

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**UM MUSEU CIENTÍFICO NA HISTÓRIA DE SÃO PAULO: O
MUSEU DO IPIRANGA**

Ana Maria de Alencar Alves

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA À FFLCH/USP

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA AMÉLIA M.DANTES

São Paulo

1998

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	6
1. <i>OS ANTECEDENTES E A CRIAÇÃO DO MUSEU PAULISTA</i>	22
1.a A construção de um monumento à Independência a instrução e a ciência.....	23
A “questão do Ipiranga”.....	24
A polarização dos debates.....	29
Celebrar e instruir.....	36
O monumento e a ciência.....	38
1.b Discursos em prol de um museu oficial de História Natural.....	40
Um museu quase oficial: o “Museu Sertório” vira Museu do Estado.....	49
As negociações entre Derby e Ihering.....	56
1.c O governo e os cientistas: encontro de estratégias.....	62
O monumento como museu ou o museu como monumento?.....	73
2. <i>A ATUAÇÃO DO MUSEU PAULISTA (1895 – 1916)</i>	76
2.a As primeiras atividades e a definição dos caminhos a seguir.....	77
2.b O modelo.....	78
Escolhendo e aplicando o modelo.....	83
2.c Os museus de História Natural e a instrução.....	85
As mudanças na relação com o público.....	87
O Museu Paulista e a instrução.....	90
A importância da presença do público.....	95
Como o Museu instruiu.....	97
2.d Atividades científicas.....	101
As coleções de História Natural.....	101
As coleções de História Natural do Museu Paulista.....	102
Formas de aquisição de exemplares para as coleções.....	105
Ciências aplicadas.....	107
A “ciência pela ciência”.....	113
A Botânica no Museu Paulista.....	116
O índio como objeto de estudo.....	118
A Estação Biológica do Alto da Serra.....	121
O “precursor da ecologia”.....	124
O Museu Paulista a Comissão Geográfica e Geológica e a geologia no Museu.....	126
As conferências públicas.....	129
Os certames científicos: exposições e congressos.....	131
A Revista do Museu Paulista.....	133

2. e A História.....	135
3. <i>CRISE E MUDANÇAS NO MUSEU PAULISTA</i>	143
3. a Crise no Museu: mudanças externas e problemas locais.....	144
Os problemas do Museu Paulista e o fim da administração Ihering.....	149
3. b Os primeiros anos da administração Taunay.....	158
Taunay e a instrução.....	159
Taunay e a História Natural.....	160
Taunay e a História Pátria.....	170
A História Natural na festa do centenário.....	184
<i>Panem et circenses</i>	186
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	192
<i>FONTES E BIBLIOGRAFIA</i>	199

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Professora Maria Amélia Mascarenhas Dantes, minha orientadora; ao Departamento de História da FFLCH da USP; ao CNPq, pelo financiamento de parte de meu tempo de pesquisa e, finalmente, a todos que se reconhecerem nos méritos deste trabalho.

A Samanta e Carolina,

INTRODUÇÃO

As atividades de História Natural tiveram sua presença marcada no Brasil pela atuação dos viajantes e naturalistas brasileiros e estrangeiros, pelas coleções particulares de ciências naturais tão comuns no século XIX¹, pelas instituições criadas no país desde o período colonial como jardins botânicos e zoológicos e também através daquelas que foram talvez as mais características entre as instituições a dar abrigo à História Natural: os museus de história natural.

Embora não tenham permanecido na obscuridade, a História Natural e outras atividades científicas implantadas e exercidas no Brasil têm ganhado, recentemente, visibilidade cada vez maior como objeto de estudo histórico. Na área da História das Ciências têm sido produzidos, com frequência, novos trabalhos sobre os mais variados temas. Discutem-se os diversos aspectos envolvidos na presença e na prática científica no Brasil. Estão em questão: a existência ou não de atividades científicas antes da criação das universidades; a quantidade e qualidade dessas atividades, suas determinações externas e internas etc.. Os historiadores das ciências traçam, aos poucos, uma espécie de mapa das atividades científicas que ajuda a conhecer melhor o percurso e o papel das ciências no país².

¹Veremos neste trabalho, por exemplo, que o *Museu Paulista* foi criado a partir da reunião de duas coleções particulares, a coleção Pessanha e a coleção Sertório. As coleções particulares ainda estão por ser estudadas mais a fundo no Brasil. Existem alguns trabalhos que fazem menção a elas como o artigo de Maria Margaret Lopes: De como os moluscos venceram as zebras e os elefantes brancos: a aurora dos museus paulistas e as primeiras coleções científicas.

²Cf. Dantes (org.), *Os espaços da ciência*; Alves, *A ciência: os projetos implantados em seu nome*; Benchimol (coord.), *Manguinhos, do sonho à vida*; Benchimol & Teixeira, *Cobras, lagartos & outros bichos*; Figueirôa, *As ciências geológicas no Brasil*; Lopes, *O Brasil descobre a pesquisa científica*; Gualtieri, *Ciência e serviço*; Hochman, *A era do saneamento*; Almeida, *A República dos invisíveis*.

Os esforços que têm sido feitos para resgatar as atividades científicas são importantes, na medida em que estas atividades muitas vezes influíram e ajudaram a compor o quebra-cabeças da História brasileira, constituindo-se, portanto, em elemento fundamental para a compreensão dessa mesma História. Em outras palavras, eu diria que resgatar as práticas científicas também significa resgatar aspectos imprescindíveis para o conhecimento da História do país. Integrar os dados científicos à história do país é o objetivo principal desse trabalho ao investigar uma das tantas instituições que se voltaram para o estudo científico da natureza brasileira: o *Museu Paulista*, mais conhecido como *Museu do Ipiranga*, criado em 1893.

O *Museu Paulista* foi criado como uma instituição de História Natural, a partir de modelos institucionais externos. Como tal, os aspectos externos de sua presença na São Paulo do final do século XIX são importantes para compreender a situação brasileira no cenário mais amplo das relações entre os países nessa época. No entanto, a intenção deste trabalho é aprofundar a discussão sobre o *Museu Paulista* como uma instituição brasileira na sua relação com a história brasileira, enfatizando os aspectos locais envolvidos na sua criação e atuação e procurando com isso mostrar a influência do ambiente cultural, político, social e econômico na implantação e atuação de um modelo externo de instituição científica.

Para fazer este trabalho serão consideradas as discussões na área da História das Ciências que nos últimos anos ganharam força no Brasil e ampliaram o interesse pelas atividades científicas como objeto de estudo não só da parte dos cientistas, mas também de outros estudiosos como sociólogos e historiadores.

Dos debates na área da História das Ciências faz parte a crítica segundo a qual a história das ciências escrita nos países situados fora dos centros que produzem a ciência dita de ponta abordava as atividades científicas exercidas naqueles países como uma espécie de contribuição à ciência europeia ou mesmo a uma suposta ciência universal. Este entendimento discutível dificultava refletir sobre as condições desiguais estabelecidas no cenário internacional, sobre os fatores históricos por trás dessa desigualdade entre os países e, ainda, sobre as especificidades da presença das ciências em cada um deles.

Como parte das discussões no campo da História das Ciências, surgiram trabalhos como o de Dominique Pestre (1995), fazendo reivindicações em prol de uma história social e cultural das ciências e colocando em xeque a noção de universalidade dos enunciados científicos:

“(...) a aparente universalidade dos enunciados científicos, o fato de que eles sejam descritos como verdade em todo lugar e compreendidos nos mesmos termos por todos, não pode constituir um bom ponto de partida para uma análise histórica das ciências. Se os saberes científicos (como as outras formas de saberes) circulam, não é porque são universais. É porque eles circulam - ou seja, porque são reutilizados em outros contextos e que um sentido lhes é atribuído por outros - que eles são descritos como universais” (Pestre, 1995, p.498).

Na linha dos estudos que questionam a idéia de universalidade das ciências também se inclui o trabalho de Xavier Polanco (1986) que busca mostrar como essa idéia tem-se prestado para camuflar o desnível presente nas relações entre os países. Polanco baseando-se no conceito de “ciência-mundo” afirma que cada ciência tem seu espaço próprio.

Abordagens como a de Polanco e Pestre, não somente colocam em discussão a idéia de universalidade da ciência ou os aspectos ideológicos envolvidos nessa idéia como, direta ou indiretamente, apontam para a necessidade e a importância de estudos que aumentem o conhecimento do espaço de cada ciência, o que significa conhecer o processo de “aclimatação” das ciências no âmbito de cada país.

Outro aspecto que tem sido discutido pelos historiadores das ciências e que também interessa a este trabalho é a relação entre a ânsia pelo progresso e a presença das ciências em países como o Brasil. Já se falou da “euforia do progresso” ou da “regeneração” para descrever o estado de espírito e as transformações que visavam montar o cenário brasileiro do final do século XIX de acordo com a ideologia do progresso. Esta temática foi mais estudada para os casos do Rio de Janeiro e de São Paulo, embora já existam estudos sobre outras regiões do país³. A tentativa de seguir a trilha do progresso não foi especificidade brasileira, dando-se também em outros lugares, como resposta aos impasses provocados pelo processo de expansão capitalista. A historiadora latino-americana das ciências, Hebe Vessuri, tem abordado esta temática em sua relação com as ciências. No seu entender, os estudos de história das ciências têm negligenciado os papéis sociais e culturais da ciência e tecnologia nas “viagens ao progresso” feitas no mundo subdesenvolvido (Vessuri, 1991, p.67). As reflexões de Vessuri serão consideradas neste trabalho que tenta compreender o caso do *Museu Paulista* como parte da “viagem ao progresso” que se procurava fazer em São Paulo no final do século XIX.

³Sarges, Riquezas produzindo a Belle Époque.

Finalmente, mesmo considerando alguns parâmetros metodológicos, procurarei evitar uma situação similar à do cientista Walcott, cujas peripécias são narradas por Stephen J. Gould (1990), na obra *Vida Maravilhosa*. Walcott, poderoso cientista e burocrata norte-americano, ao fazer uma descoberta importante no campo da paleontologia, dela não teria se apercebido, por ter seguido rigidamente normas conceituais que restringiram a interpretação de seu objeto de estudo. Esta situação foi definida por Gould como a “calçada de Walcott”. Embora não vá fazer um exercício de ciência e sim de história da ciências, tentarei contornar a “calçada de Walcott”. Para estudar o *Museu Paulista* levarei em conta os diferentes atores e interesses envolvidos na criação e atuação da instituição, a partir de diferentes fontes, procurando compreender as relações entre o *Museu*, o saber a que deu lugar e a sociedade da época.

Os museus científicos são cada vez mais estudados no Brasil, inclusive como resultado das discussões na área da história das ciências a que já me referi. O quadro da historiografia sobre estes museus forma uma espécie de mosaico composto por obras de diversos tipos, feitas com diferentes motivações. Existem as obras encomendadas pelas próprias instituições que querem ver registrada a sua história; os livros e artigos de divulgação; os trabalhos acadêmicos e assim por diante.

Para dar uma amostra das falas sobre os museus de história natural no país escolhi quatro obras, visando apontar algumas lacunas que este trabalho tem a pretensão de suprir. No conjunto, as quatro obras, apresentadas a seguir, ajudam a

exemplificar pelo menos três características recorrentes na forma como os museus científicos têm aparecido na historiografia das ciências no país. Primeiro: os museus são estudados em bloco e quase não há estudos que se aprofundem sobre cada um deles. Segundo: os museus são estudados, não em si, mas por seu vínculo com outras temáticas. Terceiro: existe uma tendência em se reforçar a fragilidade dos laços dessas instituições com o ambiente brasileiro.

A obra *Formação da comunidade científica no Brasil* (1979) foi escrita por Simon Schwartzman na década de 70 como parte das iniciativas de teor desenvolvimentista em voga naqueles anos. Na época, foi realizado um programa de pesquisas para investigar o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento nacional, visando utilizar as lições dadas pelo passado para formular melhores programas de investimento em ciência e tecnologia para o futuro. Os pesquisadores procuraram reunir informações sobre as atividades científicas exercidas no país. Tratou-se: “(...) do nascimento, florescimento e da decadência de instituições científicas; das semelhanças e dessemelhanças com a experiência de outros países; das origens e particularidades da formação da comunidade científica nacional” (Schwartzman, 1979, p.XVII). Schwartzman procurou cobrir as diversas atividades de ciência e instituições científicas no Brasil, do século XVIII ao século XX, inclusive os museus *Nacional*, *Paraense* e *Paulista*. Para ele, o *Museu Nacional* estaria ligado às propostas utilitaristas de Portugal com relação ao Brasil e teria como marco de sua decadência a queda da monarquia. Já o *Museu Paulista* e o *Museu Paraense* seriam “obras de cientistas estrangeiros, Hermann von Ihering e Emílio Goeldi que continuam uma linha de trabalho na tradição já estabelecida pelo *Jardim Botânico*, em estreito contato com

o ambiente europeu e, na realidade, sem maiores vínculos com o ambiente brasileiro.” (Schwartzman, 1979, p.84). Para ele, estes dois museus seriam o único ambiente onde se praticaria legitimamente a “ciência pela ciência”, sem a simbiose com a ciência aplicada que marcava as atividades dos institutos e escolas agrônômicas, institutos vacínicos e soroterápicos, os serviços geográficos e geológicos que estariam vinculados às necessidades prementes do momento: a expansão da agricultura e a extinção das doenças. Esta característica teria tido forte influência na sua decadência, já que a não aplicabilidade dos conhecimentos desenvolvidos nestes museus teria acarretado logo o total desinteresse do governo. No livro de Schwartzman, os museus científicos ocupam bem poucas páginas, dispersos em meio a tantas outras instituições que compuseram o cenário institucional científico brasileiro e abordados no contexto de outras prioridades.

Bem mais recente, o livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, de 1995, foi escrito com o objetivo de rastrear e analisar as práticas discursivas raciais no Brasil. Sua autora, Lília Schwarcz, localizou e analisou este tipo de discurso nas publicações de algumas instituições, entre as quais, os museus de história natural. Portanto, os museus *Nacional, Paraense e Paulista* são incluídos nesta obra por sua ligação com o tema racial, oriunda dos estudos antropológicos feitos nestas instituições. Segundo Schwarcz, os museus científicos teriam dialogado de preferência com o exterior, sendo que seu vínculo com o debate local ter-se-ia dado através dos estudos evolucionistas e darwinistas sociais: “É preciso agora pensar na adequação e instalação dos museus no Brasil (...) Cópia dos modelos europeus, estabelecerão uma prática bastante isolada em relação aos demais estabelecimentos científicos

nacionais, dialogando basicamente com os museus europeus e americanos. Por outro lado, ao adotar modelos evolucionistas e darwinistas sociais, tomarão parte, de forma específica, do debate que se travava acerca das perspectivas dessa jovem nação” (Schwarcz, 1995, p.69). Schwarcz procura estabelecer a ponte entre os três museus e a temática racial, já que esta é o centro de seu interesse. Para a autora, a temática racial seria, ao mesmo tempo, a ponte entre essas instituições e o contexto interno.

Os três museus, *Nacional*, *Paraense* e *Paulista* aparecem também no livro de Sílvia Figueirôa, *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*, de 1997. Como o título indica, o interesse da autora gira em torno das ciências geológicas e é por esse viés que os museus entram no livro: “(...) acompanharei brevemente a trajetória institucional desses três museus em seus pontos relacionados às ciências geológicas.” (Figueirôa, 1998, p.135). Como se pode ver, é comum que os museus apareçam na historiografia por sua relação com diferentes temáticas. Isto se deve ao fato de que estiveram entre as instituições mais importantes do século XIX, onde se praticavam atividades dos diversos campos científicos vinculados à História Natural como a própria geologia, a zoologia, a botânica, a antropologia, etc.. Este tipo de abordagem é importante, mas é natural que pelo próprio viés escolhido deixe a descoberto um estudo mais aprofundado dessas instituições. O *Museu Paulista*, por exemplo, é contemplado com poucas páginas no livro de Figueirôa, uma vez que, nele, as ciências geológicas teriam estado presentes “de maneira subordinada, essencialmente representadas por estudos de Paleontologia.” (Figueirôa, 1997, p.143).

Já o livro de Margaret Lopes (1997) *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX* apresenta uma diferença com relação às obras anteriores. Neste livro, os museus científicos conquistam espaço como atores principais. Outra diferença é que neste livro não aparecem mais somente os museus *Nacional*, *Paraense* e *Paulista*, juntando-se a estes os museus *Paranaense* e o *Museu Botânico do Amazonas*. O *Museu Nacional*, por sua posição como uma das primeiras instituições científicas brasileiras é o alvo central da atenção da autora, mas as outras instituições também são contempladas por terem composto o movimento dos museus no Brasil. Pode-se dizer que os museus ganharam mais visibilidade, mas pode-se dizer também que o próprio livro abre espaço para que se faça uma abordagem mais aproximada de vários desses museus.

As obras acima citadas certamente contribuem para esclarecer a história dos museus científicos no Brasil, mas deixam algumas lacunas. Ao focalizar o *Museu Paulista*, pretendo contribuir com a historiografia sobre os museus científicos no Brasil, preenchendo espaços ainda não cobertos por outras obras. Primeiro, o *Museu Paulista* ainda não havia sido estudado de forma mais aprofundada como *instituição científica* e sim, como veremos adiante, como instituição histórica. Segundo, neste trabalho o *Museu Paulista* e sua história serão os personagens principais, ou seja, a instituição não será tratada de forma secundária por suas vinculações com outras temáticas. Terceiro, pretendo mostrar que as ligações entre o *Museu Paulista* e o ambiente brasileiro foram mais fortes do que se tem afirmado. Ao aproximar o olhar sobre a instituição veremos, entre outras coisas, que as aplicações práticas não foram desconhecidas da instituição e

que, embora houvesse o desejo de se atrelar aos movimentos científicos externos, os vínculos com o ambiente brasileiro também foram determinantes para a existência da instituição.

Não bastassem as motivações já apresentadas, o *Museu Paulista* possui uma especificidade que tornou ainda mais interessante e mesmo intrigante o seu estudo dentro da história institucional do país: inaugurado em 1895 como um museu de história natural, sofreria a partir da segunda década do século XX um processo de metamorfose, ao final do qual estaria transformado em museu histórico, condição que preserva até hoje. O *Museu* portanto foi científico e agora é histórico. Essa particularidade gerou algumas reflexões.

Levantando os estudos que de alguma formam se referiam ao *Museu Paulista* notei que estes, em sua maioria, privilegiavam o seu “lado histórico” em detrimento do “lado científico”.

Talvez o melhor exemplo seja a tese de doutorado de Maria José Elias, intitulada *Museu Paulista: Memória e história* (1996), que é o primeiro trabalho mais aprofundado sobre o *Museu*, fora da área da história das ciências. Neste trabalho que pretende “aclarar os caminhos da memória e da identidade nacional” (Elias, 1996, p.4), vigora a idéia da vocação histórica do *Museu Paulista* e o tempo em que a instituição foi prioritariamente científica subordina-se ao tempo em que nela se passaria a privilegiar a história. O período quase que exclusivamente científico do *Museu*, correspondente à administração do zoólogo Hermann von Ihering, é atrelado ao período em que se começa a incrementar o

lado histórico, correspondente à administração do engenheiro Afonso de Escragnolle Taunay⁴. Na tese, Ihering é visto como um desbravador que contribuiu para a cultura brasileira “a despeito de todas as adversidades”, entre as quais o “atraso brutal” e a generalizada falta de interesse para as coisas da cultura existentes no Brasil (Elias, 1896, p.141-142). Mas, de que forma a autora conseguiu fazer o elo entre as duas diferentes administrações? Depois de afirmar que a vocação de história do *Museu* instaurou-se a partir de 1917 com Afonso de E. Taunay, a autora busca sentido para os anos quase especificamente científicos da administração Ihering, estabelecendo uma continuidade com a administração Taunay através da etnologia: “Se lembrarmos a idéia de uma “história nacional” que deveria passar pelo estudo dos indígenas, e a atuação de Ihering na ampliação do acervo da área etnológica, é plausível considerar que não teria ocorrido rigorosamente uma ruptura entre a administração de Ihering e de Taunay.” (Elias, 1996, p.144). Portanto, através da etnologia o “Museu de von Ihering” teria participado da formação da nacionalidade. A meu ver, esta versão compreende mal os aspectos científicos da história do *Museu*. Para atrelar a administração Ihering à administração Taunay atém-se à etnologia, ignorando que a Zoologia foi absolutamente preponderante na instituição, sem contar as outras atividades científicas que o *Museu* abrigou.

⁴Afonso de Escragnolle Taunay (1876-1958) nasceu em Santa Catarina. Diplomou-se engenheiro civil pela *Escola Politécnica* do Rio de Janeiro. Depois de formado, foi nomeado preparador de Química da *Escola Politécnica* de São Paulo. Em 1904, passou a lente substituto da cadeira de Física Experimental, efetivando-se como catedrático a 13 de março de 1911. Nesta condição, permaneceria até 1917, quando foi designado pelo presidente do Estado, Altino Arantes, para dirigir “em comissão” o *Museu Paulista*, em substituição ao naturalista Hermann von Ihering, que havia sido demitido. Taunay foi efetivado como diretor do *Museu* em 1923. Mais conhecido como historiador, Taunay teria entrado para a “seara da História”, em 1910, ao escrever um romance histórico, intitulado *Crônica do tempo dos Felipes* (título que mudaria mais tarde para *Leonor de Ávila*). Foi membro do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Esta segunda instituição, junto com o *Museu*

Por que o “lado histórico” do *Museu* tem sido, de uma forma ou de outra, privilegiado pela historiografia? Ensaçando uma explicação para o fato, eu diria que há pelo menos duas razões.

A primeira razão é que o “lado histórico” corresponde em grande parte a um momento chave na história de São Paulo que foram as duas primeiras décadas do século XX, quando a hegemonia política do Estado estabelecida com a República começava a ser fortemente questionada, resultando numa reação por parte dos paulistas. Neste momento, houve uma espécie de “nativismo paulista” e procurou-se criar uma tradição definidora dos traços de uma São Paulo “antiga”. O *Museu Paulista* foi um instrumento fundamental para a tentativa de criação dessa tradição. Data dessa época, o início do processo que transformaria o *Museu* em museu histórico, construindo nele um aparato discursivo amparado por imagens e objetos que apresentavam São Paulo como o berço da nacionalidade e o centro de onde esta deveria irradiar-se para o resto do país. As mudanças na instituição foram capitaneadas por um nome bastante conhecido da história paulista: Afonso de E. Taunay. O aparato montado na época ainda pode ser visto no *Museu* e sua força pode ser medida até hoje pela permanência do mito dos bandeirantes, o qual, mesmo criticado, persiste nos livros escolares e povoa o imaginário dos brasileiros e, em especial, dos paulistas. A força desses elementos ajudam a explicar porque este tem sido o momento mais focalizado - com dimensões críticas ou não - pelos estudos sobre o *Museu*.

A segunda razão para que o “lado histórico” tenha sido priorizado em detrimento do “lado científico” está ligada ao campo dos estudos das ciências. O

Paulista, formou o centro das atividades de Taunay em São Paulo. Cf. Matos, *Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil*.

“lado científico” do *Museu* não esteve em foco porque as atividades científicas no país eram muito pouco focalizadas pela historiografia, especialmente aquelas exercidas no século XIX ou anteriores à fundação da *Universidade de São Paulo*, conforme as discussões na área da História das Ciências têm mostrado.

As duas razões apresentadas englobam aspectos ideológicos e corroboram a fala do historiador latino-americano Luis Carlos Arboleda quando diz que as maiores dificuldades para se praticar uma análise complexa da dinâmica da difusão-recepção de teorias científicas na periferia não são tanto materiais (que subsistem), quanto conceituais e ideológicas (Arboleda, 1987, p.10).

A intenção deste trabalho é focalizar os dois diferentes momentos da história do *Museu Paulista*: o tempo em que a instituição voltou-se quase que exclusivamente para a História Natural e o tempo em que se iniciou o processo que colocaria a História Pátria em primeiro plano. O “lado histórico” e o “lado científico” serão estudados como dois diferentes e importantes momentos da trajetória do *Museu* e serão integrados a um panorama mais geral, ajudando a compor a fisionomia da República e dos republicanos, até porque o *Museu* era uma instituição governamental.

A história do *Museu Paulista* será narrada neste trabalho de forma cronológica ao longo de três capítulos. O primeiro capítulo, “Os antecedentes e a criação do *Museu Paulista*”, cobre o período anterior à criação do *Museu*, fazendo um recorte para mostrar dentro do panorama cientificista do final do século XIX acontecimentos e falas que enfatizavam a importância da História Natural e de um museu de história natural, fazendo sua vinculação, por exemplo, com a instrução e contribuindo para criar um ambiente favorável para a existência de uma

instituição desse tipo em São Paulo. O primeiro capítulo segue até a criação do *Museu Paulista*, em 1893, e mostra que embora existissem diversas implicações externas, inclusive de cunho ideológico para a criação do *Museu*, as especificidades não só nacionais, mas regionais foram determinantes para sua criação, o que coloca em xeque a idéia da fragilidade dos vínculos entre um museu de história natural e o ambiente brasileiro.

O segundo capítulo, “A atuação do *Museu Paulista*”, inicia-se a partir do momento em que a idéia de um museu de história natural em São Paulo já foi concretizada, com a criação e inauguração do *Museu Paulista* em 1893 e 1895 respectivamente. O capítulo cobre as atividades científicas referentes à administração Ihering que vai até 1916. Para começar, serão apontados os referenciais escolhidos como base para a organização da nova instituição e até que ponto a escolha desses referenciais esteve relacionada com as vicissitudes de uma sociedade em processo acelerado de mudanças como a São Paulo do final do século XIX. O capítulo desenvolve-se apresentando as atividades científicas do *Museu* sempre com a preocupação básica de mostrar como este se relacionou com o ambiente em que foi implantado. Também discuto as atividades instrutivas do *Museu* que o diferenciaram com relação aos outros museus brasileiros pela amplitude do público alvo e pela precedência. As atividades do *Museu* são resgatadas e confrontadas com as demandas da sociedade, o que ajuda a compreender melhor essa sociedade e o papel que o *Museu* teve nela.

O terceiro capítulo, “Crises e Mudanças no *Museu Paulista*”, começa com uma discussão sobre a situação e as mudanças no campo dos museus de história natural feita por Herman von Ihering, o zoólogo que dirigia o *Museu*. Também

discute o tumultuado fim da administração Ihering, em 1916. No entanto, a maior parte do capítulo é dedicada à análise da administração do engenheiro Taunay, desde seu início, em 1917. As atividades realizadas sob o comando de Taunay serão relatadas até o ano de 1922, quando se dão as comemorações do centenário da Independência, nas quais o *Museu* teve um papel principal. Serão analisadas tanto as atividades voltadas para a ciência como as atividades voltadas para incrementar o lado histórico da instituição que teria seu auge no centenário da Independência, em 1922. Enquanto a presença da História na instituição crescia, já que esta era utilizada como instrumento para a reafirmação do poder dos republicanos paulistas, a presença da História Natural diminuía. Mas, isto não se deu de imediato. Neste capítulo, questiono a idéia de que Taunay teria assumido a diretoria já com a missão de “historicizar” o *Museu*, pois só ao poucos as ciências naturais foram sendo preteridas. O capítulo esclarece, portanto, algumas questões relacionadas ao início do processo que transformaria o *Museu Paulista* de museu científico em museu histórico.

Ao longo dos três capítulos tentarei responder as seguintes questões: como foram criadas as condições para a existência do *Museu*? Que razões estiveram por trás da criação de um museu de história natural em São Paulo no final do século XIX? Qual foi o modelo seguido para a organização do *Museu* e quais as implicações deste modelo? Em que áreas o *Museu* atuou? Como se iniciou o processo que mudaria o seu *status* de científico para histórico? Como as atividades do *Museu* relacionaram-se com o contexto? Criado pelos republicanos paulistas, qual o papel ou os papéis reservados ao *Museu*? Como a ciência e a

história foram utilizadas por aqueles que estiveram envolvidos na história do *Museu?*

1. OS ANTECEDENTES E A CRIAÇÃO DO *MUSEU PAULISTA*

1.a A construção de um monumento à Independência brasileira, a instrução e a ciência

O palácio do Ipiranga passou incólume pela febre de reformas a que foi submetida a cidade de São Paulo neste século. Construído no final do século XIX, continua intato marcando com sua imponência e visualidade mesmo as mentes daqueles que apenas passam por ele ou fazem uso dos seus jardins, sem adentrarem no prédio. É, ainda hoje, lugar de agitada visitação por parte de estudantes e turistas, sendo também estudado por sua arquitetura neoclássica e freqüentado por pesquisadores, para utilização da documenta o que guarda. Constitui-se atualmente em um museu histórico, mas já foi um museu científico. Sua estrutura abrigou diferentes funções, atividades, objetos, personagens e histórias. Seus contornos arquitet nicos confrontaram-se com diferentes paisagens e momentos históricos como, por exemplo, aquele vivido pelos homens da passagem do século XIX para o XX.

O projeto de constru o de um palácio no Ipiranga para celebrar a Independência foi elaborado durante o regime político monárquico, porém só se concretizaria na década que veria a despedida da monarquia como regime político do país. O palácio-monumento, iniciado em 1885 e terminado em 1890, portanto já na República, foi apropriado pelos republicanos, que somariam   função celebrativa a função instrutiva e científica: o palácio do Ipiranga abrigaria um museu de história natural.

Mas, será que estaria previsto, já na concepção do monumento, algum tipo de vínculo com a ciência? Procurando responder a esta questão, serão relatados,

cronologicamente, alguns episódios relacionados à idealização, utilização das verbas, construção e ocupação do monumento que depois seria museu. Farei isto, resgatando as falas e ações dos personagens a favor ou não da construção de um monumento à Independência e suas diferentes concepções quanto à melhor forma de comemorar o fato.

Ao relatar o processo de idealização, construção e utilização do palácio do Ipiranga, pretendo mostrar de que forma alguns grupos manusearam temas recorrentes no período, tais como instrução, progresso, civilização, patriotismo e nação. Mais que isto, aponto para o cruzamento que se fez entre estes temas e a noção de ciência, ajudando a criar condições para que o monumento à Independência viesse a ser ocupado por um museu de história natural.

A “questão do Ipiranga”

Logo após a Independência, surgiram as primeiras idéias em favor da construção de um monumento que celebrasse este fato¹. Segundo Afonso de E. Taunay registrou anos mais tarde: “(...) pensou-se logo em assinalar, com duradouro padrão, o local, perdido no meio do semi-deserto campo, onde o primeiro Imperador fizera ouvir o brado de rebelião.” (Taunay, 1946, p.5). De acordo com Maria José Elias: “perpetuar a memória da Independência foi uma preocupação constante dos presidentes da província [de São Paulo] por todo o decorrer do século XIX.” (Elias, 1984, p.9).

¹Existe documento sobre o primeiro projeto para um monumento comemorativo à Independência, datado de 1823, reproduzido por Taunay no *Guia da Seção Histórica do Museu Paulista*, 1937.

De fato, foram muitas as tentativas feitas em prol da construção de um monumento comemorativo à Independência do Brasil no Ipiranga², em São Paulo. Quase todas tiveram o mesmo resultado: foram frustradas. Somente no final do século XIX, iria ser feito mais um esforço que, desta vez, “sairia do tinteiro”: grande montante de verbas e energias seria dispendido para construir no “sítio” do Ipiranga um palácio de linhas neoclássicas, que recortaria a paisagem deserta do local, transformando-a com sua presença e passando a compor um referencial, cuja mensagem era lembrar àqueles que por ali passassem o lugar onde nascera a nação brasileira. Vejamos as iniciativas vinculadas à construção desse palácio-monumento.

Para cuidar dos assuntos relativos ao monumento, a Câmara Municipal de São Paulo nomeou, em 1869, uma comissão Central, para atuar na Corte e, mais tarde, uma comissão em São Paulo, a qual se reuniria pela primeira vez em 1873³. As duas comissões foram criadas para somar esforços em favor da construção de um monumento no Ipiranga. Todavia, esses esforços só se tornariam mais concretos a 6 de abril de 1880, quando o presidente de São Paulo, Laurindo Abelardo de Brito, sancionou uma lei determinando a realização de três loterias a fim de levantar verbas para a construção de um monumento à Independência⁴.

No ano seguinte, foi promulgada uma nova lei provincial que definia a maneira como deveriam ser aplicadas as verbas das loterias do Ipiranga. Esta lei

²Sobre essas tentativas, Taunay fez um relato comentado no *Guia da Seção Histórica do Museu Paulista* de 1937.

³Para acompanhar composição, problemas e mudanças das comissões ver Elias, *Museu Paulista: história e memória*, v. I, cap. I.

⁴Lei n. 49 de 6 de abril de 1880, *Collecção de leis e posturas municipais promulgadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo, 1878-1881*. Os petiçãoários das loterias foram o Conselheiro Joaquim Ignácio Ramalho e o Dr. Diogo de Mendonça Pinto.

previa que as verbas seriam aplicadas na instrução: “Instrução Pública. O benefício das loterias concedidas pela lei n.49 de 6 de abril de 1880 para a construção do Monumento do Ipiranga será empregado na disseminação da instrução primária e construção dos edificios necessários”⁵.

De que maneira os termos dessa lei eram conciliados com a idéia do monumento no Ipiranga? Que relação se fazia entre a instrução primária e a comemoração à Independência?

Primeiro, vejamos uma resposta tardia. Mais de meio século depois da aprovação da lei, Taunay, ao relatar o processo de criação do monumento, apresentou uma resposta para esta questão: “(...) dominava no seio da Comissão [de São Paulo] a idéia de que o monumento não devia ser obra escultural e sim arquitetônica, capaz de utilização prática e cultural, sede de algum estabelecimento de educação e instrução.” (Taunay, 1946, p.9).

No entanto, os documentos e discussões da época registram razão diferente para a existência da lei que destinava os “dinheiros” do Ipiranga para a instrução. Conforme crítica veiculada pela imprensa⁶, a “fraudulenta”⁷, como foi apelidada essa lei, era o resultado das manobras da Comissão de São Paulo junto à Assembléia Provincial a fim de isentar as verbas das loterias do Ipiranga dos grandes impostos a que estariam sujeitas se não fossem destinadas à instrução primária.

⁵Lei n.10 de 13 de fevereiro de 1881, *Repertório das leis promulgadas pela Assembléia Legislativa de São Paulo de 1876 a 1889*, vol. I.

⁶O editorial do *A Província de S. Paulo*, de 17 de fevereiro de 1885, resgata a discussão sobre essa lei. Sobre o assunto, ver também carta de Homem de Melo para o Barão de Ramalho, de 28 de dezembro de 1880, Coleção Barão de Ramalho, Fundo Museu Paulista.

⁷“Fraudulenta” foi o apelido que Rangel Pestana deu à lei que destinava as verbas do Ipiranga para a instrução primária. Cf. editorial do *A Província de S. Paulo*, 17/2/1885.

As manobras da Comissão livraram as verbas dos impostos, mas forneceram uma bandeira de luta - a instrução - para a entrada de novas vozes nas discussões sobre a construção do monumento. Destinando as verbas das loterias para a instrução, a “fraudulenta” deu margem a diferentes interpretações, algumas das quais colocavam em risco a própria idéia da construção do monumento no Ipiranga. Expressando diferentes interesses, novos elementos entraram nos debates, novas questões foram levantadas, novas propostas apresentadas.

Em torno da “questão do Ipiranga”⁸ ou dos “negócios do Ipiranga”⁹ pequenas batalhas foram travadas pelos diversos personagens envolvidos, que incluíam Rangel Pestana¹⁰, os membros das comissões encarregadas dos negócios do Ipiranga, em São Paulo e na Corte; legisladores; presidentes de província; ministros; o Imperador; a imprensa. A polêmica criada motivou uma abundante troca de correspondência¹¹, mobilizando São Paulo, a Corte e mesmo os municípios de São Paulo.

Os municípios acharam-se no direito de reclamar a parcela que lhes caberia para a melhoria das condições do ensino primário, se aplicada a lei. É o

⁸Hilsdorf refere-se ao uso dessa expressão no artigo Nas Colinas do Ipiranga: palacete-asilo, escola ou museu?, p. 149.

⁹A expressão foi utilizada por Rangel Pestana no *A Província de S. Paulo* de 12 de fevereiro de 1885. Para acompanhar a polêmica em torno da construção e utilização do monumento, ver os jornais do período, especialmente a década de 1880 e o jornal *A Província de S. Paulo*, no qual Rangel Pestana escrevia. Ver também a correspondência organizada no Fundo Museu Paulista.

¹⁰Francisco Rangel Pestana (1839-1903) foi jornalista, político e educador. Representou o Partido Republicano na Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo nas legislaturas de 1882-83 e 1886-87. Como deputado propôs e aprovou leis que iam ao encontro dos interesses das elites progressistas, como escolas de primeiras letras e de profissionalização para a massa de trabalhadores livres e escolas de ensino científico e técnico para as camadas médias da população. Também participou da criação e dirigiu o jornal *A Província de S. Paulo*, no qual escreveu muitas vezes sobre educação e ensino. Sobre Rangel Pestana, ver Hilsdorf, Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador.

¹¹Toda a correspondência consultada sobre o assunto, encontra-se organizada no Fundo Museu Paulista.

caso de Piracicaba, cuja Câmara Municipal manifestou-se defendendo a aplicação da lei, ao pé da letra. A justificativa era a importância da instrução:

“(...) porque todos reconhecem quão grande é a superioridade moral e intelectual do homem, que sabe ler e escrever, sobre o analfabeto. Elevar o nível moral da massa popular, inculcar no ânimo a (sic) cada brasileiro a consciência de seus direitos, de sua dignidade, e de seus deveres, é o melhor modo de comemorar o grande feito do Ipiranga”¹².

Essa pressão devia-se ao interesse do município pela parcela das verbas que lhe caberia, mas a veemência com relação à instrução indica que era assunto importante e que, na retórica de alguns, chegava a ser considerada como a melhor maneira de comemorar a Independência. Essa retórica vinculava a instrução, a formação de cidadãos e a celebração da emancipação política do país.

Quanto a celebrar a Independência, parecia haver concordância, mas o consenso parava aí. As propostas quanto à forma de fazê-lo eram variadas e mesmo divergentes. As discussões podem ser acompanhadas pela imprensa através de vários editoriais e artigos, em especial, durante a década de oitenta. As propostas sucediam-se. As perguntas eram muitas: o que seria feito com as verbas das loterias do Ipiranga? que lei seria aplicada? que tipo de instituição de ensino seria feita? um palácio-asilo, um instituto de ensino superior ou uma universidade? um monumento-palácio-asilo, um instituto científico ou simples escola de *pedantes*?¹³

¹²Ofício de 4 de fevereiro de 1883, enviado pela Câmara Municipal de Piracicaba para o presidente do Estado. Arquivo do Estado, maço 1890.

¹³Ver sobre o assunto os editoriais do *A Província de S. Paulo* de 9/1/1885, 12/2/1885 e 17/2/1885. Quanto ao termo *pedante*, um dicionário da época define: aquele que faz ostentação de conhecimentos superiores aos que possui; parlapatão, impostor, charlatão; vaidoso no falar ou na maneira com que se apresenta; pretencioso. Figueiredo, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. I.

A discussão sobre o monumento resumia-se a três pontos principais. Em primeiro lugar, o que seria construído, um ou mais prédios? Em segundo lugar, em que local seria construído o prédio ou prédios: no “sítio” do Ipiranga, no perímetro urbano ou em outros municípios? Finalmente, a questão mais polêmica que a lei colocou na ordem do dia: que utilidade teria o monumento? Em torno dessas questões, dividiam-se as opiniões.

A polarização dos debates

Apesar dos variados personagens, questões e propostas, houve uma polarização dos debates. Por um lado, as comissões encarregadas dos negócios do Ipiranga, cujos títulos honoríficos denunciavam a relação com a monarquia¹⁴, procuraram seguir os designios do Imperador, o que significava construir, no próprio Ipiranga, uma obra grandiosa - um palácio - voltada primordialmente para a comemoração da Independência. Mas, se para aqueles ligados à Corte a comemoração era um fim, para os republicanos a comemoração era um meio e a instrução um fim. Deste lado da polêmica, estava Rangel Pestana, republicano influente que respondia por seu partido quanto aos assuntos relativos à instrução¹⁵. Pestana foi um dos personagens mais combativos na oposição aos planos das

¹⁴Um dos presidentes da Comissão da Corte foi o Visconde do Bom Retiro e dela fizeram parte, entre outros, Manoel de Araújo Porto Alegre (Barão de Santo Ângelo), Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello que foi ministro dos Negócios do Império em 1880, o Barão de Pirapama e o Visconde de Niterói. Um dos presidentes da Comissão de São Paulo foi o Conselheiro Joaquim Inácio de Ramalho, cuja documentação encontra-se organizada na Coleção Barão de Ramalho, no Fundo Museu Paulista.

¹⁵ Para mais detalhes sobre a atuação de Rangel Pestana, ver Hilsdorf, Rangel Pestana: jornalista, político e educador.

comissões e da Corte, tendo a instrução como bandeira de luta, por si mesma ou associada a outras noções como a de patriotismo.

Aliás, nos embates, uma das questões mais recorrentes era ser ou não ser patriota. A palavra ganhava atributos diferentes, dependendo dos interesses envolvidos, sendo tão usada, que poder-se-ia dizer ter havido uma verdadeira guerra de patriotismos¹⁶. A questão era colocada assim: seriam patriotas aqueles que lutavam pela construção de um monumento para celebrar o nascimento da nação ou aqueles que se preocupavam em dar instrução aos integrantes dessa mesma nação, formando cidadãos?

Na fileira daqueles que combatiam pela instrução, Pestana centrou fogo na “questão do Ipiranga”, tanto na tribuna parlamentar, quanto na imprensa. Num de seus muitos discursos sobre o assunto, assim se expressou:

“Eu queria sr. presidente, que todo o produto das loterias do Ipiranga fosse concentrado em um único estabelecimento de ensino nesta província, em um liceu com plano largo de instrução, que abrangesse o ensino secundário, subindo até ao ensino superior [grifo meu]”.

Mas é necessário atender ao pensamento da comissão do Ipiranga. Ela havia idealizado já um plano no lugar onde se deu o fato histórico.” (*A Província de S. Paulo*, 28/1/1885).

Mesmo reconhecendo a prioridade do plano da Comissão, as palavras de Pestana, reproduzidas acima, faziam parte do discurso que pronunciou no final de 1882, exatamente quando apresentava à Assembléia Provincial um projeto de lei, modificando o plano da Comissão e distribuindo as verbas do Ipiranga para a

¹⁶Como exemplo, ver o editorial do *A Província de S. Paulo* de 17/2/1885, no qual Pestana utiliza a noção de patriotismo para combater a idéia do palácio-asilo, perguntando

construção de estabelecimentos de instrução¹⁷. A instrução seria o melhor modo de comemorar a Independência porque contribuía para definir a nacionalidade brasileira. Que tipo de instrução? Aquela que fosse dada “segundo o desenvolvimento das ciências”:

“Já dissemos que o melhor, o mais glorioso e duradouro monumento para comemorar a Independência do Brasil, é um estabelecimento de instrução (...). Não se pensa do mesmo modo no seio da comissão: prefere-se ali gastar 1.200 a 1.500 contos com uma extensa alameda e quase outro tanto talvez com um custoso monumento figurativo de qualquer coisa, menos da alta compreensão que possamos ter de nossos deveres sociais.

Ficará o resto para algumas acanhadas escolas ou para um pequeno liceu.

Não nos parece este o meio mais digno de comemorar aquele fato histórico.

Como monumento, o estabelecimento de ensino é incontestavelmente significativo e útil. A sua influência na formação da nacionalidade, pelas lições que as gerações aí receberão segundo o desenvolvimento das ciências deve perpetuar gloriosa e proficuamente a data e o fato que determinaram a existência dessa mesma nacionalidade, até hoje ainda mal definida por falta de instrução.” (Rangel Pestana, citado por Hilsdorf, 1986, p.282).

Pestana incorporou o episódio do Ipiranga na sua luta pela mudança de regime político no país. Um dos pilares dessa luta era a instrução que seria a “base de nossa regeneração social.” (Rangel Pestana, citado por Hilsdorf, 1986, p.266).

irônico: “A verdadeira expressão do patriotismo será o palácio-asilo, plano do Sr. Soares Brandão, e que estava assentado em virtude da lei em vigor, a de 13 de fevereiro?”

¹⁷Pestana apresentou o projeto de lei n.1 à Assembléia Provincial, na sessão ordinária de 29 de dezembro de 1882. O projeto foi reproduzido pelo jornal *A Província de S. Paulo* de 27/1/1885.

No projeto de Pestana, o monumento restringia-se a uma coluna no meio de uma praça, ficando o grosso das verbas para a construção de instituições de ensino. Ao invés de um “mudo” monumento de pedra ou tijolos à Independência, tratava de conseguir cidadãos para a República através da instrução. O projeto não seria aprovado, mas dá uma boa idéia do pensamento do seu autor que devia representar alguns setores da sociedade da época.

Os pontos centrais do projeto eram: a criação de uma escola agrícola - no próprio “sítio” do Ipiranga - na qual se pretendia conciliar “curso científico (...) e ensino completamente prático.” (*A Província de S. Paulo*, 28/1/1885) e a criação de um liceu secundário - “Liceu Ipiranga” - que do Ipiranga só emprestaria o nome, pois estava previsto para ser construído no perímetro urbano.

O projeto também previa que o ensino no liceu abrangeria dois cursos: o de letras e o de ciências. O conhecimento científico fazia parte da receita para tirar a população do seu despreparo ante as demandas da época. O liceu a ser criado deveria fornecer “os conhecimentos científicos necessários à vida nas sociedades modernas.” (*A Província de S. Paulo*, 27/1/1885).

Finalmente, Pestana contemplava a Santa Casa de Misericórdia com uma parcela das verbas das loterias porque aplaudia a pretensão da instituição de atuar na área da instrução, realizando: “(...) uma idéia nobre e grandiosa, como é a de promover a educação de ingênuos¹⁸.” (*A Província de S. Paulo*, 27/1/1885). A idéia era considerada merecedora de aplausos e verbas porque atendia a uma necessidade: assimilar os desvalidos, transformando-os em cidadãos brasileiros.

¹⁸Quanto ao termo *ingênuo*, um dicionário da época diz: natural; simples; em que não há artifício ou malícia; inocente. Figueiredo, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. I.

Pestana respondia às demandas da Santa Casa que respondia às demandas do contexto:

“(...) depois da lei do ventre livre, que atirou à sociedade uma grande massa de crianças desvalidas, a sociedade não tratou de organizar um meio de dar asilo aqueles que têm de ser cidadãos brasileiros.

Trata-se de um estabelecimento [a Santa Casa de Misericórdia] em que devem receber educação boa parte desses menores, que dentro de pouco tempo entrarão no gozo de direitos políticos, tendo na sociedade a mesma posição que aqueles que têm vivido livres (...)”(*A Província de S. Paulo*, 27/1/1885).

Porém, se Pestana desejava ver os recursos das loterias aplicados na instrução secundária, agrícola, científica, ou mesmo dos “ingênuos”, no caminho para suas pretensões estavam atravessados a Corte e as comissões encarregadas dos negócios do Ipiranga, que priorizavam a idéia de celebrar a Independência através da construção de um palácio no próprio Ipiranga. Era necessário temporizar. Para isto, Pestana elaborou, em 1883, um substitutivo¹⁹ ao seu projeto, diminuindo a verba para o liceu e aumentando a verba para o prédio a ser construído no Ipiranga, mas continuava a destinar este prédio ao ensino agrícola. O substitutivo era uma tentativa de conciliar seus interesses com os da Corte e das comissões. Tentativa fracassada. Apresentado em 1883, não obteve na Assembléia os dois terços necessários para ser promulgado e não foi sancionado pelo presidente da província.

¹⁹O substitutivo “procurando conciliar as opiniões e assegurar a passagem pronta da lei” foi apresentado na sessão de 2 de março de 1883. Reproduzido em *A Província de S. Paulo* de 27/1/1885.

Em 1885, o projeto de Pestana - novamente em votação na Assembléia - seria definitivamente rejeitado. Nem por isso ele se afastaria dos negócios do Ipiranga. No mesmo ano, desabafava em editorial: “É admirável que dentro de cinco anos não se tenha chegado a um acordo sobre a aplicação do produto das loterias. Parece que cada vez as coisas mais se embrulham.” (*A Província de S. Paulo*, 12/2/1885).

O culpado da balbúrdia? O Imperador, é claro: “uma única vontade que domina tudo e tem trazido em completa balbúrdia comissão e presidente - a do Imperador”.

“Façam o que quiserem, diz o monarca, *contanto que seja no Ipiranga* [grifo meu].” (*A Província de S. Paulo*, 17/2/1885).

Pestana fazia apelos para que se tentasse uma conciliação entre os planos do monarca e os planos mais ao gosto dos republicanos: “Pois bem, façam-lhe a vontade, mas tenham o critério de formar uma instituição de ensino capaz de honrar o adiantamento científico do nosso tempo.” (*A Província de S. Paulo*, 17/2/1885).

O final da controvérsia ocorreria ainda em 1885. Em janeiro, foi apresentado na Assembléia um projeto de lei que previa a criação de uma universidade para funcionar no prédio-monumento a ser construído²⁰. Em março entraram em discussão dois substitutivos a este projeto de universidade²¹. O

²⁰Cf. Diário do Barão de Ramalho sobre as atividades da Comissão das Obras do Monumento do Ipiranga - de 1882 a 1887. Coleção Barão de Ramalho, Fundo Museu Paulista.

²¹Sobre essa votação, assim se pronunciou o Barão de Ramalho: “Entrando em discussão, na Assembléia Provincial, o projeto n.19 deste ano sobre uma universidade, o autor do projeto, Dr. José Vicente, ofereceu um outro substitutivo; e pelo deputado Muniz foi oferecido um outro substitutivo, assinado por mais dez deputados, decretando a fundação e custeio de um grande estabelecimento de ensino superior (...) No concurso dos dois substitutivos, foi este preferido, adotado e sancionado a 23 de março de 1885”, Diário do Barão de Ramalho sobre as atividades da

substitutivo vencedor determinava que as verbas das loterias seriam usadas na criação de um instituto científico de nível superior no Ipiranga²². Quanto ao ensino no instituto, a lei definia: “o ensino compreenderá todas as disciplinas ordinariamente designadas sob o título de - ciências físicas e matemáticas e ciências naturais, e será distribuído em duas categorias: uma eminentemente teórica e outra essencialmente prática com aplicação às indústrias, às artes e à agricultura”²³.

Ainda em 1885, os jornais veicularam o anúncio do início das obras do monumento que, afinal, deveria ser um estabelecimento científico²⁴. A “questão do Ipiranga” estava encerrada.

Nem palácio-asilo, nem escola agrícola, nem liceu secundário, nem universidade. E sim um instituto científico. A lei não somente colocou um ponto final nas controvérsias como, de certa forma, contemplou os dois lados nelas envolvidos: previa a construção de um palácio no próprio Ipiranga para comemorar a Independência e a sua ocupação pelas atividades de instrução e ciência. Talvez por isso, mesmo não sendo aprovado o seu projeto, Pestana estava entre os oradores quando, dois dias depois de sancionada a lei, realizou-se a cerimônia de inauguração do início das obras, com a presença de autoridades, discursos, banda de música, salva de tiros e foguetórios.

Comissão das Obras do Monumento do Ipiranga - de 1882 a 1887. Coleção Barão de Ramalho, Fundo Museu Paulista.

²²Lei n.63 de 23/3/1885, *Leis de São Paulo*.

²³Artigo 3º da lei n.63 de 23/3/1885, *Leis de São Paulo*.

²⁴Editais do *A Província de S. Paulo* de 24/3/1885.

Celebrar e instruir

Na cerimônia de inauguração das obras do monumento, os oradores ressaltaram a idéia de juntar no mesmo espaço o culto à memória da Independência e o ensino científico. Américo de Campos²⁵ definiu o conteúdo dos discursos realizados na ocasião: “Nestes discursos tornou-se saliente a preferência dada ao intento de tornar imorredoura a data da Independência, por meio de um estabelecimento que realize as modernas aspirações que pedem horizontes mais largos do que lhes poderia oferecer um mudo monumento de pedra.” (*Diário Popular*, 23/6/1885).

Em seguida, Américo de Campos colocava suas próprias expectativas com relação ao projeto que vinculava Independência e ciência: “O sucesso é importantíssimo, pois representa brilhante vitória obtida em prol da civilização e desenvolvimento intelectual da província.” (*Diário Popular*, 23/6/1885).

Para ele, o novo instituto, ao pretender difundir a instrução científica para toda a população, era uma idéia inovadora, única e exemplar. Os elogios rasgados à idéia dos paulistas expressavam um quadro em que a província de São Paulo buscava destacar-se do resto do país, inclusive, através do aparato institucional:

“O Instituto Científico, uma academia expressamente destinada para difundir a instrução científica apropriada à generalidade da população, criada, não para fazer sábios, mas para generalizar a instrução científica popular, é fato único em nossa terra e, se o projeto não for mistificado, dentro de poucos anos será uma das mais notáveis instituições da província, e por isso mesmo um dos mais belos exemplos

²⁵ Américo de Campos, “republicano ostensivo”, fez parte da cúpula partidária republicana, na década de oitenta do século XIX.

dados ao país pelo espírito empreendedor, providente e sensato dos paulistas.” (*Diário Popular*, 23/6/1885).

O tema da instrução do povo também fez parte do discurso do orador da Comissão do Monumento do Ipiranga²⁶ que louvou a idéia de somar as duas funções - celebrar e instruir:

“(...) erga-se, portanto, o monumento e já que ele é destinado à comemoração à Independência do Brasil, tenha também a consagração complementar, seja dedicado à instrução do povo.

Eis o seu nobre e santo destino! Ele testemunhará o fato mais importante de nossa história: será uma homenagem de gratidão aos excelsos cooperadores de nossa emancipação política; e será também um grande santuário de instrução, em que indefectivelmente se hão de elaborar as grandezas do futuro.” (*Diário Popular*, 23/6/1885).

De acordo com esta visão, uma vez realizada a obra, estariam contemplados, por um lado, o passado, com a celebração da emancipação política do país e, por outro, o futuro, cujas grandezas seriam alcançadas através da instrução científica. A nova instituição simbolizava o liame entre o passado, o presente e o futuro. O passado era reivindicado como caução para o presente, no qual gestava-se um futuro grandioso através da instrução e da ciência.

Finalmente, o orador da Comissão introduzia o tema do despreparo da população para os “novos tempos”, como já vimos, tão recorrente na fala de Pestana. Acreditava no relativo atraso do país e apontava a causa: o não aproveitamento dos dons da natureza, por falta de desenvolvimento das aptidões industriais da população. Também apresentava uma solução:

²⁶O orador da Comissão do Ipiranga era o Dr. José Joaquim Vieira de Carvalho.

“(…) não prepondera que na sociedade soerga-se uma classe seleta de aprimorados talentos, cuja ilustração a eleve muito acima do nível médio da inteligência social; é mais importante, sem dúvida, estabelecer e fomentar as preciosas gradações, que permitam a transição gradual entre o trabalhador manual e o gênio, que paira nas alturas, porque na complexa atividade da sociedade há lugar para todos, funções para todas as capacidades.” (*Diário Popular*, 23/6/1885).

E, referindo-se ao novo instituto concluía: “é preciso completar a instituição, é forçoso dirigi-la no interesse mais geral.” (*Diário Popular*, 23/6/1885).

A preocupação em difundir os conhecimentos científicos correspondia à idéia de que a população era inadequada para responder às novas exigências de uma sociedade em mudanças como a de São Paulo do final do século XIX. Se era necessário celebrar, mais importante era instruir. Por trás dessa retórica havia, entre outras coisas, a intenção de retirar das mãos da monarquia o controle e a influência sobre a instrução (Hilsdorf, 1986, p.294-295).

O monumento e a ciência

O processo de idealização e construção do monumento mostra os embates entre diferentes vetores políticos de São Paulo e da Corte medindo forças, numa espécie de preâmbulo das mudanças que estavam prestes a ocorrer na organização política do país. Mostra também que entre as armas utilizadas por aqueles que propugnavam por mudanças estavam a instrução e a ciência.

Instruir a população, preparar seus membros para o papel de cidadãos produtivos, difundir a ciência, comemorar a Independência e constituir uma

civilização foram temas - no caso do processo de construção do monumento - associados de alguma forma às ciências naturais.

As associações não se limitaram ao campo da retórica. Como vimos, a decisão de construir um palácio-monumento foi acompanhada da elaboração de uma lei que previa sua ocupação por um instituto científico, onde as ciências naturais seriam ensinadas. Essa lei, aprovada ainda no período monárquico, deu fim à polêmica em torno da construção do monumento, mas com as conturbações da mudança de regime político no país, acabaria não sendo cumprida.

Este final parecia dar ganho de causa àqueles ligados à Corte: somente a construção do palácio desenhado pelo amigo do Imperador, o engenheiro-arquiteto Tommazo Bezzi²⁷, iria ser concretizada no Ipiranga, satisfazendo a vontade de D. Pedro II²⁸. Nesta fase, a determinação de fazer do monumento um instituto científico não sairia do papel. Todavia, o encerramento das obras do palácio dar-se-ia já sob o regime republicano, ao qual coube a decisão sobre o seu destino: o palácio do Ipiranga, após ser dado como pronto²⁹, em 1890, permaneceria vazio até 1893, quando seria aprovada uma nova lei que o designaria para abrigar um museu de história natural: o *Museu Paulista*.

²⁷Tommazo Gaudenzio Bezzi (1844-1915), engenheiro italiano, residente na cidade do Rio de Janeiro foi indicado pela Comissão Central do Monumento do Ipiranga, localizada no Rio de Janeiro para elaborar o projeto do monumento a ser feito em São Paulo.

²⁸No relatório de 7 de setembro de 1889 sobre a construção do monumento, cujas obras já iam adiantadas, o presidente da Comissão de São Paulo, o Barão de Ramalho, lembrava que a planta do monumento tinha sido aprovada por Sua Majestade e que os trabalhos vinham sendo acompanhados pelo presidente da Comissão da Corte, o Visconde de Cruzeiro. Coleção Barão de Ramalho, Fundo Museu Paulista.

²⁹No ano de 1890, as obras de construção do palácio do Ipiranga foram dadas por encerradas, mas o palácio não havia sido completado de acordo com a planta desenhada pelo engenheiro-arquiteto Bezzi. Ficaram faltando as duas alas laterais que dariam ao prédio o formato da letra E.

1.b Discursos em prol de um museu oficial de História Natural

Tratei antes dos embates em torno da construção de um monumento à Independência e sua relação com os temas da ciência e da instrução. Tratarei agora de acontecimentos relacionados, direta ou indiretamente, à criação de um museu de história natural, o *Museu Paulista*, que foi alojado justamente no palácio-monumento.

No contexto em que foi criado o *Museu*, um dado importante foi a utilização da imprensa para a publicação de artigos sobre a ciência ou temas a ela relacionados. Para alguns “cavalheiros”, para cientistas ou para aqueles que podiam se expressar através da imprensa, esta constituiu-se em espaço de debates e reivindicações, sendo usada como instrumento de propaganda e pressão. É o caso de alguns artigos publicados no final do século XIX. Estes artigos ajudarão a esclarecer como alguns contemporâneos tratavam o tema museu de história natural e como seus discursos procuravam estabelecer um ambiente favorável à criação de um museu deste tipo.

Começarei por dois artigos da autoria de Ezequiel Freire³⁰, veiculados pela imprensa na década de oitenta do século passado, portanto ainda no período monárquico, e reproduzidos por Taunay em publicação de 1946³¹. Os artigos de Freire intitulavam-se “O museu errante” e “As coleções Sertório”³².

³⁰O jornal *O Estado de S. Paulo* de 14/11/1941 publicou uma matéria comemorativa dos 50 anos da morte de Ezequiel Freire. O jornal o descreve como poeta, jornalista, prosador, novelista, crítico literário e político. Apesar de sua importância para este trabalho, não pude encontrar mais dados sobre Freire.

³¹Parte dos artigos de Ezequiel Freire foram reproduzidos e comentados por Taunay em *Comemoração do cinquentenário da instalação do Museu Paulista*, p. 13-20. Taunay diz que os artigos foram publicados “em meados da última década imperial”.

³²Segundo Elias, *Museu Paulista: memória e história*, p.151, o Coronel Joaquim Sertório era um rico comerciante estabelecido na cidade de São Paulo na segunda metade do

“O Museu errante” informava sobre uma tentativa frustrada de formar um museu provincial, feita por “alguns cavalheiros”³³ que teriam resolvido reunir suas coleções zoológicas em uma só, para doá-las ao governo:

“Reunidas todas as dádivas, viu-se que a fauna nacional estava aí ricamente representada, faltando apenas, como espécime das classes pensantes, a Zebra. (Ordem dos Paquidermes; família dos Solípedes, gênero cavalo. - Cuvier)

Pesou esta fatalidade desde logo sobre o pobre museu recém-criado: que a zebra devia influir no seu destino, se não como espécime zoológico, ao menos como ação administrativa.” (Freire, citado por Taunay, 1946, p.15).

Freire relatava os azares dessa tentativa, os quais seriam consequência do desinteresse do governo: “desde então começara a ojeriza presidencial ao incipiente instituto a fazer andar a bicharia de um para outro ponto, transformando-a em museu errante” (Freire, citado por Taunay, 1946, p.15).

Os diversos “mandados de despejo” que sofreram tais coleções zoológicas e o descaso das consecutivas administrações quanto à importância de um museu de história natural para a província de São Paulo foram objeto da crítica divertida de Freire. Sua maneira bem humorada de escrever não amenizava as críticas à falta de interesse do governo, ou de seus representantes, pela instituição de um museu científico. Freire, no final do século, ironizava:

“Pobres bichos! Inofensivos e empalhados! Quando, no dia do Juízo Final, ressurgirem os mortos, urrai, zurrai, assobiai contra os administradores que vos deram tão vagabunda vida!

século XIX. Sertório seria uma pessoa abastada e solitária, conhecida na cidade por suas coleções de história natural. Estas coleções constituíam uma espécie informal de museu, conhecida como “Museu Sertório”, citado inclusive na imprensa local.

³³A expressão é de Ezequiel Freire. Cf. Taunay, *Comemoração do cinquentenário da instalação do Museu Paulista*, p.14.

E, se houver novo dilúvio, metei-vos logo na Arca de Noé, fechando-lhes as portas, a ver se, no futuro repovoamento do mundo, acaba-se a espécie-presidente!”
(Freire, citado por Taunay, 1946, p.16).

Toda essa retórica tinha uma motivação. No artigo “As coleções Sertório”, Freire dizia o que pensava a respeito do papel e da importância de um museu:

“Apesar da freqüência com que andavam confundidos entre a gente humana alguns típicos indivíduos zoológicos, um museu não era coisa tão à-toa que não interessasse à província.

Não havia pequena cidade da Europa ou da América civilizada que não possuísse ou não fizesse esforços e despesas para dispor de um museu ou, pelo menos, de simples coleção de objetos da natureza indígena.

Entravam até no programa dos exercícios escolásticos os passeios e as digressões pelos arredores das escolas, durante os quais faziam os mestres preleções sobre botânica, mineralogia, zoologia e outros ramos das ciências naturais, à vista da Natureza, tomando para tema das lições, os objetos colhidos durante o passeio pelos próprios meninos.

Eram estes, além disto, obrigados a colecionar, preparar e classificar os espécimes encontrados, formando herbários e coleções mineralógicas e entomológicas, que, reunidas, iriam constituir o museu escolar, obrigatório em todas as escolas primárias.” (Freire, citado por Taunay, 1946, p.17).

O discurso pautava-se pelos referenciais da América e Europa. A voz de Freire não estava solitária e, provavelmente, representava a postura de um setor - mesmo que diminuto - instruído da população, ao qual deviam pertencer também “os cavalheiros”, a que fez referência antes. Em seu discurso, a importância de um museu de história natural estava diretamente vinculada a uma questão que ele considerava premente: a instrução. Mas não qualquer tipo de instrução e, sim, um

tipo de ensino prático, baseado na observação, que considerava mais adequado do que aquele, exclusivamente teórico, dado na época, à criança brasileira:

“(…) contrastava singularmente este ensino prático com o exclusivamente teórico que a infância brasileira recebia nas escolas primárias. Nas escolas? não só aí; mas nos colégios de ensino secundário, onde não se tratava de educá-la para o trabalho, do mesmo modo que nas Academias não se cuidava em prepará-la para a vida civil.” (Freire, citado por Taunay, 1946, p.17).

Os problemas que apontava no campo da instrução seriam as causas de um mal, que definia como “a inércia mental da mocidade brasileira”. (Freire, citado por Taunay, 1946, p.17).

Portanto, no segundo artigo – “As coleções Sertório” - Freire continuava a falar da importância das ciências naturais. Mas, agora, acentuava o vínculo dessas ciências com o tema da instrução e o poder que elas teriam para solucionar alguns dos problemas da sociedade brasileira. No mesmo tom irônico que usara para escrever o artigo anterior referia-se à “ameaça” que a província estaria prestes a sofrer:

“A praga iminente sobre a Província não é só de gafanhotos ou de rãs, mas de animais de toda espécie - verdadeira Arca de Noé que ameaça encalhar sobre o Ararat paulista.”

Refiro-me às variadíssimas coleções, propriedade do Sr. Coronel Sertório.” (Freire, citado por Taunay, 1946, p.18).

O assunto em questão era a possibilidade de transformação da coleção particular de Sertório em um museu oficial. Freire seguia, fazendo o elo entre essa possibilidade e a necessidade do ensino da História Natural para as crianças:

“Veja a província de que está ameaçada, de possuir tudo aquilo, ela que representada nos seus presidentes, vota a toda a

fauna, o mesmo sagrado horror que sente pela barata e percevejo - (*cinex lectularius*).

Compreende-se essa idiossincrasia dos presidentes de São Paulo pela fauna da província; mas que ao menos as crianças das nossas escolas públicas possam ir adquirir noções de História Natural, estudando-a nos próprios seres que constituem o objeto daquela ciência.” (Freire, citado por Taunay, 1946, p.19-20).

A luta de Freire em defesa da criação de um museu científico na província de São Paulo tinha endereço certo:

“É a esses cérebros investigadores que quero dar a boa-nova, a esses pequenos curiosos, que tanto gostariam de ver de perto os bichos grandes algures que não nas estampas dos livros, eles que só os conhecem até hoje, pequeninos, sob a forma e ferroadada do carrapato (*ixodus ricinus*), do bicho do pé (*pulex penetrans*) - do bicho da sarna (*acarus scabiei*) e de toda a série de parasitas do corpo humano, inclusa a preguiça (*bradipus di e tridactylus*), tão comum nas embaúbas e nas escolas primárias dirigidas por maus mestres (...) (que existem entre nós na proporção de 300%) (...)” (Freire, citado por Taunay, 1946, p.20).

Na verdade, há algum tempo, as coleções já funcionavam informalmente como um museu, sendo conhecidas como “Museu Sertório”.

Seguindo um costume da época³⁴, as coleções abarrotavam a casa de Sertório - um “curioso”, como os cientistas costumavam referir-se aos colecionadores que não eram cientistas - que as franqueava a visitas. Alguns visitantes deixaram registradas impressões elogiosas sobre as coleções, forjando, intencionalmente ou não, um ambiente favorável à criação de um museu. Aliás,

³⁴Sobre o assunto ver Lopes, As Ciências Naturais e os museus no Brasil no século XIX, p. 30-31.

seria exatamente o “Museu Sertório” que daria origem ao *Museu Paulista*. Mas isso só na década de noventa.

Sigamos Koseritz³⁵ que, em 1883, fazia boa propaganda do “Museu” e de Sertório “(...) homem rico e só, que tem a paixão das coleções (...) suas coleções constituem um museu como nenhuma província do país possui e representam um valor muito grande”. Segundo suas palavras, quem visitasse São Paulo não poderia deixar de “passar algumas horas no Museu Sertório”. (Koseritz, 1882/1980, p.265 e 267).

Foi o que ele próprio fez, durante um passeio, a 9 de novembro de 1883, na companhia de Alberto Loefgren³⁶. Este último, há algum tempo, vinha organizando “cientificamente” as coleções Sertório, o que, segundo Koseritz, era de grande importância para a ciência. Koseritz, após descrever as coleções³⁷,

³⁵Carl von Koseritz nasceu em Dessau, na Alemanha. Em 1830, veio para o Brasil como canhoneiro do 2º Regimento de Artilharia. Cinco anos depois de chegar ao país, redigia, na cidade de Pelotas, o jornal *Noticiador*. Foi fundador ou redator de mais de dez folhas provincianas, das quais a mais importante foi *Koseritz Deutsche Zeitung* (1864-1885), que chegou a ser o órgão de expressão do pensamento e das reivindicações dos alemães do Brasil meridional. Foi professor, literato, homem de ciência, político militante.

³⁶Alberto Loefgren (1854-1918), sueco, veio para o Brasil em 1874, foi engenheiro-arquiteto da Companhia Paulista de Estrada de Ferro e, em 1886, foi contratado como botânico e meteorologista da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Foi o organizador do Serviço de Meteorologia do Estado e do Jardim Botânico, na Cantareira (atual Horto Florestal), em 1898. Em 1911, trabalhou no Serviço de Obras contra as Secas e, em 1916, ingressou no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde trabalhou até sua morte.

³⁷“A seção ornitológica possui todos os pássaros do sul do Brasil em ótimos exemplares. A seção zoológica possui também a maior parte dos quadrúpedes brasileiros em exemplares igualmente excelentes. A coleção de moluscos é extremamente rica e possui notadamente ostras de pérolas em grande profusão e de surpreendente beleza. Igualmente ricas e bem organizadas são as seções mineralógica e botânica, que, graças à atividade do Dr. Loefgren, possuem um alto valor científico. A coleção de peixes e répteis é da mesma forma muito abundante mas, ao contrário, a coleção antropológica não é muito valiosa, pois só possui um esqueleto de mulher preparado na Europa e alguns crânios comuns. Nada há sobre o homem americano, nem crânios ou ossos dos sambaquis, nem tampouco ossos das cavernas (...) A coleção etnográfica contém poucas armas de pedra, urnas e potes, mas possui, em compensação, muitos objetos de uso dos indígenas atuais, que são muito interessantes. A coleção de moedas é bem coordenada e tem exemplares raros; é de importância considerável. Ao lado se vê um coleção de jornais brasileiros, quadros, gravuras e litografias, também muito interessante (...) Ali estão as disciplinas (instrumentos de flagelação dos velhos conventos de São Paulo; uma camisa, uma toalha de barba e cartas de Solano Lopez; a espada ornada de ouro do general Tobias; uma espada de couraceiro do campo de batalha de Sedan; uma grande coleção de velhas, novas e novíssimas

espalhadas pelas salas, corredores e escadas da casa de Sertório, sugeria que estas fossem doadas e transformadas em um museu: “O coronel Sertório devia doar suas coleções à província, para servir de base a um museu; prestaria assim o maior serviço a São Paulo; mas a província deveria possuir um edifício conveniente para este fim (...)” (Koseritz, 1882/1980, p.267).

O tema da importância da criação de um museu de História Natural continuaria encontrando eco na imprensa. Em 1890, o *Diário Popular* publicaria matéria sobre o assunto, contendo sugestões mais diretas. Começava, cobrando do governo a responsabilidade pela criação de estabelecimentos científicos:

“Não pode hoje a administração pública descurar certos serviços científicos, indispensáveis ao desenvolvimento social e político do país. Além dos institutos de ensino, ocorre ao governo a indeclinável necessidade de criar estabelecimentos consagrados à alta especulação científica; os museus, laboratórios, observatórios e bibliotecas, são encargos do poder público, enquanto diretor da atividade social, e de que o mesmo não se pode eximir, ao menos enquanto não avigorar-se a iniciativa individual.” (*Diário Popular*, 30/4/1890).

A matéria prosseguia com a sugestão de que o palácio do Ipiranga, recém-construído, fosse ocupado por um museu de História Natural. É bom notar que este artigo foi escrito três anos antes que o palácio fosse, de fato, ocupado por um museu. Isto significa não só que havia esforços visando abrir novos espaços para as atividades científicas em São Paulo, mas que havia olhos voltados para o palácio vazio do Ipiranga: “pois bem, aplique-se àquele edifício [o palácio do Ipiranga] um museu, onde se reunam as coleções precisas ao estudo científico,

armas de fogo; velhos floretes de Toledo; um assento de honra que serviu a D. Pedro I em São Paulo, além de uma quantidade de outras coisas como fetos, petrificações, ovos de pedra etc.” Koseritz, *Imagens do Brasil*, p.266-267.

arquive-se em sua biblioteca todos os livros e documentos relativos à história do país, e especialmente a deste Estado”³⁸.

O Jornal completava, propondo como solução temporária a transferência da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo para o palácio: “por ora acomode-se ali a comissão geológica...e ir-se-á gradativamente, *sem prejudicar a comemoração histórica* [grifo meu], consagrando o monumento como um templo da ciência”³⁹.

Sobre o “Museu Sertório” também se pronunciou Henrique Raffard⁴⁰, que esteve em São Paulo em março de 1890 escrevendo uma série de artigos sobre o progresso do Estado. Estes artigos foram reunidos e publicados em 1892, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com o título: “Alguns dias na paulicéia”. Neles, dizia: “Não posso deixar de recomendar que se visite no largo Municipal n.27 o Museu Sertório, onde já se acham reunidos bom número de objetos diversos, sendo alguns de incontestável valor.” (Raffard, 1892, p.233).

Depois do elogio descrevia o que vira:

“(...) admirei muitas armas dos nossos indígenas, vestimentas e enfeites das tribos amazônicas (sic), urnas funerárias (caçabas), crânios de Carijós e outros, sambaquis, conchas e mais coisas do mar, pedaços de xistos com fósseis, madeiras petrificadas, coleção de madeiras do país, matérias têxteis, inúmeras amostras mineralógicas, borboletas, insetos, répteis, bichos e aves empalhadas, algumas mandadas vir da Europa,

³⁸*Diário Popular* de 30 de abril de 1890, citado por Raffard, *Alguns dias na paulicéia*, p.241.

³⁹*Diário Popular* de 30 de abril de 1890, citado por Raffard, *Alguns dias na paulicéia*, p.241.

⁴⁰Henrique Raffard, filho do consul suíço no Brasil, secretário do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

outras obtidas do Jardim Público de São Paulo (...)” (Raffard, 1892, p.234).

No texto, Raffard corroborava as impressões otimistas sobre o “Museu Sertório” e acrescentava que “deveria ser auxiliado pelos cofres públicos a fim de ter o desenvolvimento de que é merecedor.” (Raffard, 1892, p.236).

Como vimos, as apreciações de Raffard são de 1890. Nesse mesmo ano, o “Museu Sertório” seria doado ao governo pelo novo dono da casa e das coleções de Sertório: o Conselheiro Mayrink⁴¹. A notícia da doação foi publicada pelo *Diário Popular* num tom bastante entusiasmado:

“Museu Sertório. - Dádiva fidalga, verdadeiramente foi a que fez o eminente financeiro F. de Paula Mayrink ao Estado de S. Paulo.

O ilustre cidadão, representante hoje do nosso mundo de finanças, e representante acatado por todos, não só pelos seus serviços perduráveis à nação como pelo alto patriotismo que o guia em todos os seus atos, adquiriu a propriedade do Museu Sertório, e transferiu-a para o nosso Estado (...).

Resta agora, (...) que o governo, tomando a direção daquele estabelecimento, que representa muito esforço e muita inteligência, faça do museu um estabelecimento completo, digno da sociedade e digno do nosso progresso.” (*Diário Popular*, 28/10/1890).

Os artigos na imprensa indicam que, se havia resistências ou indiferença, havia também uma movimentação em prol da criação de um museu de História Natural em São Paulo. Neste contexto o “Museu Sertório” seria transformado na menina dos olhos de alguns cientistas que viam nele o embrião de um futuro museu científico.

⁴¹“Tendo em fins de 1890, o Sr. Conselheiro Mayrink adquirido o prédio situado no Largo Municipal construído pelo Cel. Sertório para sua residência e para acomodar a coleção que tinha acumulada e que era geralmente conhecida pelo nome de ‘Museu Sertório’, estando a

Um museu quase oficial: o “Museu Sertório” vira Museu do Estado

Como vimos, o “Museu Sertório” motivou vários discursos sobre os benefícios que um museu de História Natural traria para São Paulo. Entre os mais interessados estavam os naturalistas. É o caso de Alberto Loefgren e Alexandre Hummel⁴², cuja correspondência⁴³ mostra seu interesse em ver o “Museu Sertório” transformado num museu oficial. Loefgren, inclusive, conhecia bem as coleções que ajudara a formar e organizar⁴⁴. Sigamos a movimentação desses naturalistas.

Em 1890, começava a ser organizado um evento batizado como Exposição Continental. Ciente do assunto Loefgren, amigo próximo de Hummel, escreveu a este uma carta⁴⁵, na qual mostrava-se entusiasmado quanto à possibilidade de organizar e apresentar o “Museu Sertório” na Exposição Continental, acrescentando que se isto acontecesse Hummel estaria “arranjado”. Em seguida sugeria a Hummel que escrevesse e publicasse na imprensa um artigo “de estrondo” sobre o assunto como forma de pressionar a comissão encarregada da

dita coleção incluída na compra do Conselheiro Mayrink, esta foi oferecida em seu nome ao Governo do Estado (...)”, Derby, Ofício ao cidadão Dr. Hermann von Ihering, p.13.

⁴²Alexandre Hummel, nasceu em Copenhague em março de 1844, veio para o Brasil por volta de 1867. Foi funcionário da Estrada de Ferro Inglesa. Fixou residência em Tietê. Estudioso de nossa flora, foi professor de botânica, História Geral e línguas “para poder viver”. (extraído de artigo de B. Pires de Almeida, no jornal *O Democrata*, publicado em Tietê em 12 e 19 de janeiro de 1969).

⁴³A correspondência entre A. Loefgren e A. Hummel faz parte da Coleção Hummel, organizada no *Museu Paulista*.

⁴⁴Derby (Ofício ao cidadão Dr. Hermann von Ihering, p.13) referiu-se da seguinte maneira à relação de Loefgren com as coleções Sertório: “(...) Alberto Loefgren, botânico desta Comissão [Comissão Geográfica e Geológica], que tinha colaborado na formação do ‘Museu Sertório’ e que se interessava para que não fosse deixado assim no abandono este cabedal científico que podia servir para núcleo de um museu digno do Estado de S. Paulo (...)”.

⁴⁵Carta de Loefgren para Hummel, 6/10/1890, Coleção Hummel. *Museu Paulista*.

Exposição. Mas esse não era o único assunto da carta. Loeffgren, bastante otimista quanto às perspectivas para as ciências naturais em São Paulo, falava sobre o seu envolvimento num projeto grandioso, em elaboração: “(...) a criação de um jardim zoológico-botânico, superior ao do Rio, com coleções, aquários, museus tudo enfim que pode ornar a capital e dar dinheiro, porque haverá toda espécie de jogos como teatro, música, jogos de infância, montanhas russas, etc. inclusive magnífico hotel restaurante”⁴⁶.

Sobre o tal projeto acrescentava: seriam gastos dois mil contos, os iniciadores do mesmo eram “o Dr. Carlos Botelho, mais o Dr. Ramos de Azevedo” e, ele, Loeffgren, tomaria conta “disso”. Informava a Hummel que o incluiria no projeto chegando mesmo a dizer num tom apoteótico que ambos logo estariam “na ponta”, verdadeiros “*fin de siècle*”⁴⁷.

Loeffgren não voltaria a escrever sobre esse projeto grandioso, nem sobre a idéia da apresentação na Exposição Continental, mas continuaria a acompanhar de perto os assuntos relativos ao “Museu Sertório”, sempre cientificando Hummel das novidades. É o caso da doação do “Museu” e da possibilidade de nomeações para o mesmo. Interessado em ser nomeado, Loeffgren deixava entrever que havia disputas: “O museu foi vendido já, e já entregue ao governo. Dizem por aí que o Albuquerque do Jardim está se empenhando fortemente para aquele lugar, mas como o governador é engenheiro-agrônomo e parece um homem sensato, duvido

⁴⁶Carta de Loeffgren para Hummel, 6/10/1890, Coleção Hummel. *Museu Paulista*.

⁴⁷Carta de Loeffgren para Hummel, 6/10/1890, Coleção Hummel. *Museu Paulista*.

ainda que ele nomeará aquele borra-botas. Enfim te comunicarei tudo que houver”⁴⁸.

Esta situação fazia com que Loeffgren já não se mostrasse tão entusiasmado com a possibilidade dos dois trabalharem no “Museu” e aconselhasse Hummel a aceitar no caso de achar outro emprego, pois “melhor um pássaro na mão etc.”⁴⁹. Em outra carta, Loeffgren confirmava a imprecisão da situação: “A respeito do museu nada sei, porém, não creio que fica com o Albuquerque”⁵⁰. Logo depois, em dezembro de 1890 voltava a aconselhar Hummel a aceitar outro emprego: um cargo de professor de línguas⁵¹.

A indefinição porém chegaria ao fim. Após receber a doação das coleções Sertório: “(...) o presidente Dr. Américo Brasiliense em 7 de abril de 1891 providenciou a respeito encarregando o Sr. Loeffgren da sua direção interina, e destinando uma pequena verba para a sua conservação. Foram nomeados naturalistas ajudantes os cidadãos Guilherme Friedenreich e Alexandre Hummel (...) e zelador, o cidadão Roberto de Almeida.” (Derby, 1895, p.13).

O governo teria tomado estas providências como resultado da insistência de Loeffgren⁵². Este, depois de ter sido nomeado diretor interino, apressou-se em comunicar a Hummel que o escolhera para ser um de seus auxiliares: “Comunicovos que por ordem do Sr. Governador e proposta minha, fostes nomeado ajudante

Paulista.

⁴⁸Carta de Loeffgren para Hummel, 10/11/1890, Coleção Hummel. *Museu*

Paulista.

⁴⁹Carta de Loeffgren para Hummel, 10/11/1890, Coleção Hummel. *Museu*

Paulista.

⁵⁰Carta de Loeffgren para Hummel, 27/12/1890, Coleção Hummel. *Museu*

Paulista.

⁵¹Carta de Loeffgren para Hummel, 27/12/1890, Coleção Hummel. *Museu*

⁵²Ver Derby, Ofício ao cidadão Dr. Hermann von Ihering, p.13.

interino do Museu da capital, com a gratificação mensal de 150\$000 podendo apresentar-vos desde já para tomar conta deste cargo”⁵³.

Ao “Museu Sertório” somou-se outra coleção particular, conhecida como coleção Pessanha, formando o Museu do Estado. Uma vez nomeado, Hummel foi encarregado de fazer um levantamento das coleções, o qual resultou no “Primeiro Relatório do Museu do Estado”, datado de outubro de 1891⁵⁴. No Relatório, Hummel apresentava algumas das dificuldades e necessidades do Museu: havia “superabundância” de material para classificar, faltava espaço físico para a boa organização das coleções, faltava um hábil caçador e preparador, as coleções zoológicas eram abundantes em exemplares e escassas em espécimes etc.

Apesar dos problemas, as perspectivas eram positivas. Segundo o naturalista, haveria “(...) vasto campo (...) para estimular o zelo e o patriotismo dos que se interessam pelo progresso e pela vulgarização neste Estado, da bela ciência de que o museu representa a encarnação palpável”⁵⁵.

Procurando compreender algumas das idéias sobre o museu, sobre a História Natural, suas perspectivas e relações com o contexto, vamos acompanhar as apreciações de Hummel sobre o Museu do Estado.

A necessidade de organizar sistematicamente as coleções foi apontada por ele. Era o caso da coleção de insetos na qual via falhas justamente por estar organizada “(...) com este único fim de agradar a vista sem atender ao arranjo

⁵³Ofício de Loefgren para Hummel, de 11/4/1891, Coleção Hummel. *Museu Paulista*.

⁵⁴O título por extenso é: Primeiro Relatório sobre as atuais condições do Museu do Estado apresentado ao diretor do mesmo por Alexandre Hummel, ajudante interino. São Paulo, outubro de 1891. O relatório faz parte da Coleção Hummel e foi o único documento que encontrei sobre essa fase do *Museu*.

⁵⁵Primeiro Relatório sobre as atuais condições do Museu do Estado, outubro de 1891.

sistemático”⁵⁶. Entretanto, pelo menos para o caso desta coleção, a ausência de arranjo sistemático seria logo resolvida, porque o outro auxiliar contratado para trabalhar no museu era entomologista: “esta falta, porém, ficará em breve remediada, pois que o Sr. G. Friedenreich, meu colega, cuja especialidade é a entomologia, empreendeu de organizar uma coleção rigorosamente sistemática, para a qual deve de haver elementos de sobra na infinidade de duplicatas que existem”⁵⁷.

Mas, as coleções seriam organizadas sistematicamente e expostas com que finalidade? Hummel, que já fizera referência à vulgarização da História Natural, afirmava que, uma vez disposta sistematicamente, a coleção dos insetos, ao lado das outras coleções, teria como função “(...) instruir agradando e servir de guia para aqueles que mais profundamente desejarem conhecer a nossa fauna entomológica e estudá-la segundo ordem, família e gênero”⁵⁸.

A instrução portanto estava entre as finalidades pretendidas para o Museu do Estado. Mas, a quem seria dirigida essa instrução? Hummel fornecia pistas propondo uma mudança do tipo de público que freqüentava o Museu, ao criticar o fato de ser até então visitado apenas por um pequeno número de privilegiados. Era preciso franquear os tesouros do Museu para a instrução popular e para um público mais amplo:

“Para que um museu preencha seu fim, de ser um estabelecimento de instrução popular e educação do espírito, é preciso que não continue mais a ser como tem sido, um

⁵⁶Primeiro Relatório sobre as atuais condições do Museu do Estado, outubro de 1891.

⁵⁷Primeiro Relatório sobre as atuais condições do Museu do Estado, outubro de 1891.

⁵⁸Primeiro Relatório sobre as atuais condições do Museu do Estado, outubro de 1891.

documento para a comparação entre dois momentos da instituição: “Este relatório, apesar do seu caráter de pródromo e completa nulidade de mérito, parece-me entretanto não indigno de ser arquivado, por ser baseado em algarismo e portanto muito no caso para servir como termo de comparação quando algum dia o museu tiver duplicado ou triplicado do que é hoje. Então não deixará de ser interessante recordar qual foi o seu começo”⁶¹.

Igualmente entusiasmadas as palavras que finalizavam o relatório revelam bastante sobre o tipo de ligação que se estabelecia entre o contexto e uma instituição científica como a que se estava criando. O propalado progresso daria vez aos institutos científicos, os quais, por sua vez, seriam o melhor atestado para este mesmo progresso:

“Oxalá [o *Museu*] possa progredir na mesma proporção que esta capital e o estado de São Paulo, pois que agora chegou o tempo em que é bem justo que do decantado banquete do engrandecimento paulista caiam algumas migalhas para os institutos científicos que mais que tudo e duma maneira mais duradoura são aptos para perante o mundo atestarem o progresso rápido e ao mesmo tempo sólido de que com razão nos ufanamos”⁶².

Hummel expressava não somente a idéia do progresso de São Paulo como também o desejo de atrelar-se a este progresso. Este desejo não se dava no vazio, mas fundamentava-se na consciência das possibilidades oferecidas pelas mudanças por que passava São Paulo, criando novas demandas, abrindo espaços para a movimentação de novos grupos, viabilizando a criação de novas

⁶¹Primeiro Relatório sobre as atuais condições do Museu do Estado, outubro de 1891.

⁶²Primeiro Relatório sobre as atuais condições do Museu do Estado, outubro de 1891.

instituições. Embora Hummel falasse em migalhas, não era pequeno o papel que os cientistas reivindicavam para si, já que eram os portadores do conhecimento científico, importante instância legitimadora do progresso do estado não só internamente, mas “perante o mundo”.

Apesar da veemência do discurso e dos esforços dispendidos, o que se conseguiu então foi um museu incipiente, ainda não oficial, o qual um pouco mais tarde suscitaria novas negociações.

As negociações entre Derby e Ihering

A administração provisória do Museu do Estado terminaria e outros personagens iriam interferir na sua trajetória, quando a lei do orçamento votada em 1892, o anexou à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo - instituição subordinada à Secretaria da Agricultura - incorporando também o seu pessoal. Sobre a anexação do Museu, o geólogo Orville Derby⁶³, diretor da Comissão Geográfica e Geológica, escreveria dois anos mais tarde:

“Tendo aceitado a responsabilidade do Museu com grande relutância e em obediência à lei que fora votada sem eu ser consultado e sem fazer provisão para o desenvolvimento conveniente do Museu, esbocei um plano para o coordenar e

⁶³ Orville Adalbert Derby nasceu em Kellogsville, Estado de Nova York, a 23 de julho de 1851 e fez seus estudos na Universidade de Cornell de 1869 a 1873, bacharelando-se em História Natural. Desde 1870 foi auxiliar do Professor Charles Frederick Hart em seus estudos de Paleontologia. Veio ao Brasil pela primeira vez em 1870 como integrante da Expedição Morgan. A partir de 1875, Derby radicou-se no país e dedicou 40 anos ao estudo da geologia do Brasil, chegando a naturalizar-se brasileiro alguns meses antes da sua morte em 1915. Integrou a Comissão Geológica do Império; dirigiu a Seção de Geologia do Museu Nacional; dirigiu a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, desde a sua criação em 1886 até 1905; organizou e dirigiu o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil entre 1907 e 1915.

desenvolver modestamente à sombra da Comissão Geográfica e Geológica, que tinha a seu cargo diversos serviços que podiam contribuir para várias seções de um Museu de História Natural, notadamente as de Geologia, Mineralogia e Botânica.” (Derby, 1895, p.14-15).

As palavras de Derby não revelam muito sobre a trajetória do Museu do Estado. Este fora anexado à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo na forma de uma seção de Zoologia, situação que duraria apenas alguns meses. Depois disso, seria transformado em uma instituição independente: o *Museu Paulista*. As palavras de Derby também não revelam as negociações que estiveram por trás dessa mudança de *status* e de nome. É o que veremos a seguir.

As novas negociações em torno do Museu tiveram por protagonistas o próprio Derby e o zoólogo Hermann von Ihering⁶⁴. Derby, como já foi dito, era o diretor da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, criada em 1886. O assunto pode ser acompanhado através da correspondência trocada por anos a fio entre os dois cientistas⁶⁵.

Em 1886, bem antes que o Museu do Estado fosse integrado à Comissão Geográfica e Geológica, Derby respondia à uma carta de Ihering, na qual este expressara o desejo de fundar um museu provincial, o que mostra que a idéia da

⁶⁴Hermann von Ihering (1850-1930) nasceu na Alemanha, filho do jurista Rudolph von Ihering. Formou-se em medicina e em Ciências Naturais tendo sido discípulo de Lenhart, Virchow e outros mestres. A princípio, dedicou-se à antropologia. Depois ocupou-se com a filogenia dos moluscos. Em 1877, publicou, como tese de candidato à cátedra de zoologia, a obra *Anatomia comparada do sistema nervoso dos moluscos*. Em 1880, veio para o Brasil, fixando residência no Rio Grande do Sul, onde exerceu a medicina e trabalhou como naturalista viajante para o Museu Nacional do Rio de Janeiro de 1882 a 1891. Em 1894, seria nomeado diretor do *Museu Paulista*, cargo que exerceu até 1916, quando foi demitido. Algum tempo depois voltaria para a Alemanha, onde permaneceu até sua morte em 1930. Ver mais dados sobre Hermann von Ihering em artigo publicado no *Correio Paulistano* de 21/3/1930. Ver também: Sawaya, Homens e instituições, p.52-61 e Losano, Um precursor da ecologia no Brasil, p.89-99.

⁶⁵Neste item será amplamente utilizada a correspondência entre Orville Derby e Hermann von Ihering encontrada na Alemanha, na Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz, Berlin: Handschriftenabteilung, Damm. Smlg., La 1892, pela professora Silvia Figueirôa, a quem devo a gentileza do acesso a esses documentos.

criação de um museu era acalentada por Ihering, anos antes da criação do *Museu Paulista*. Derby declarava que ficaria satisfeito se essa idéia fosse realizada e avaliava o seu potencial de ajuda - sinônimo de influência junto ao governo⁶⁶.

Anos mais tarde, a influência de Derby seria requerida para solucionar os problemas de Ihering, os quais, segundo seu filho Rodolpho⁶⁷, começaram com o advento da República, quando: “(...) os jacobinos entenderam que toda a ciência feita pelos naturalistas estrangeiros do Museu Nacional não contrabalançava uma demonstração de seus rubros sentimentos patrióticos e assim de uma assentada foram demitidos esses servidores de nomes arrevesados, o que para o caso especial do Dr. Hermann equivalia à supressão da sua por assim dizer única remuneração em dinheiro.” (Rodolpho von Ihering, 1924, p.162).

Se Ihering tivera dificuldades, originadas com as agitações republicanas, estas não pararam por aí. No Rio Grande do Sul, onde morava, mesmo não querendo “(...) se filiar nem a um nem a outro partido”⁶⁸ acabaria passando por outro momento difícil: “um compadre, forte na política, mas que na ocasião estava ‘por baixo’, pediu-lhe licença para esconder o melhor da sua cavahada num rincão da ilha⁶⁹(...). Apesar de feita muito às escondidas, a coisa transpirou mais tarde e com isto perdeu o Dr. Ihering o sossego de que até então gozava na sua aprazível propriedade do Camaquam.” (Rodolpho von Ihering, 1924, p.162).

⁶⁶Carta de Derby para Ihering, 29/7/1886.

⁶⁷Rodolpho von Ihering, filho de Hermann von Ihering também era zoólogo, e trabalhou durante vários anos no *Museu Paulista*. Mais tarde, entre 1927 e 1931, trabalharia no *Instituto Biológico*, onde seria nomeado chefe de seção. Porém não exerceria o cargo, por ter sido posto à disposição do governo federal para organizar o serviço de piscicultura nos açudes nordestinos, na Inspetoria Federal de Obras contra as Secas.

⁶⁸Segundo Rodolpho von Ihering seu pai evitava tomar posição com relação às “contínuas revoluções pró e contra o federalismo”. *Contos de um naturalista*, p.162.

⁶⁹Chegando ao Brasil, Hermann von Ihering fixou residência no Rio Grande do Sul. Seu filho, Rodolpho von Ihering, conta que “avolumando-se as suas coleções, foi obrigado a escolher residência definitiva e assim optou por uma ilha na foz do rio Camaquam, onde construiu

Segundo o filho de Ihering, estes acontecimentos tiveram influência na mudança da família para São Paulo: “nessas circunstâncias foi com prazer que aceitou em 1892 o convite de Cesário Motta⁷⁰ para organizar um museu de história natural em São Paulo (...)” (Rodolpho von Ihering, 1924, p.162).

Mas a interferência do cientista na história da origem do *Museu Paulista*⁷¹ foi mais direta do que deixa entrever a versão do filho. A movimentação em torno da criação ou não do *Museu* envolveu, não somente o possível convite de Cesário Motta, mas as negociações que Ihering entabulou com Derby, utilizando a influência deste junto ao governo para arranjar um lugar em São Paulo.

Toda essa trama aparece na correspondência entre os dois cientistas. Solicitado a arranjar um emprego para Ihering em São Paulo, Derby escreveu a ele diversas cartas, nas quais o assunto é discutido com detalhes. A princípio, Derby teria recebido “apelos” para arranjar a situação de Ihering. Elaborou então o seguinte plano: “Estou pensando em propor ao governo do estado daqui, a criação de uma seção zoológica da Comissão com responsabilidade sobre o Museu para ser oferecida a você. O salário será, provavelmente de 700\$000 por mês. Eu presumo que a coisa pode ser arranjada, mas não estou certo. Seria conveniente para você, se isto puder ser feito?”⁷².

confortável vivenda”. Como Ihering, além de naturalista era médico e exercia essa profissão, a ilha passou a ser conhecida como “ilha do doutor”. Ihering, *Contos de um naturalista*, p.160.

⁷⁰Cesário Motta, na época, era o secretário do Interior, em São Paulo.

⁷¹Figueirôa, com base no teor da correspondência de Derby e Ihering, afirma que “no entanto, ao lado desse papel principal [do Estado], conviveu um outro, de não menos importância: o de abrir espaço a iniciativas claramente pessoais e individuais de cientistas que buscavam a segurança de espaços institucionais que lhes garantissem salário e suporte (financeiro e de infra-estrutura) para a realização de suas pesquisas e a construção de suas carreiras científicas”. *As ciências geológicas no Brasil*, p.147-148.

⁷²Carta de Derby para Ihering, 12/10/1892.

Para viabilizar seu plano Derby recorreria ao governo, expondo sua proposta ao secretário da Agricultura. Confiante na própria influência, na receptividade do governo ou em ambas Derby adiantava estar seguro de que sua proposta seria aceita⁷³, o que em breve se confirmaria. Mas os planos de Ihering eram um tanto diferentes, criando uma polêmica que só se resolveria algum tempo, uma certa tensão e muitas cartas depois.

A discordância era causada por Ihering que, retomando sua antiga idéia de criar um museu, desejava ver o Museu do Estado transformado numa instituição independente que pretendia dirigir. As cartas revelam uma crescente tensão nas respostas de Derby à proposta de Ihering.

Derby para defender sua idéia de criar a seção zoológica referia-se ao Museu do Estado como obra de um “curioso”, com “pequeno valor científico”, “tão insignificante” que só no futuro serviria para ser um verdadeiro museu. E já que só no futuro o Museu poderia ganhar importância para ser uma instituição científica independente, o seu plano era o melhor. Procurava então mostrar a Ihering as vantagens que teria: “A Comissão pode dar facilidades para o trabalho zoológico que, no presente, você não encontrará em nenhuma outra parte do Brasil e um salário satisfatório para viver (...)”⁷⁴.

Derby deu seguimento ao seu plano e logo conseguiu autorização para contratar um zoólogo, comunicando o fato a Ihering em carta de 16 de janeiro de 1893. Aproveitando a ocasião voltava à carga falando do Museu do Estado como um pobre negócio, o qual inclusive estaria “sem teto”. Naquele momento, o

⁷³Carta de Derby para Ihering, 29/1/1892.

⁷⁴Carta de Derby para Ihering, 23/11/1892.

Museu servia apenas de pretexto para criar o lugar de zoólogo na Comissão e fornecer os meios necessários para trabalhar pelo estudo da fauna de São Paulo.

Mas Ihering continuava insistindo em ser diretor de uma instituição independente. Diante disso, Derby viu-se obrigado a delimitar mais claramente a situação definindo sua postura e aquela que dizia ser a do governo:

“(...) o governo de São Paulo não está especialmente interessado em estudos zoológicos, nem no museu, considerando este último, ao contrário, como uma espécie de elefante branco, uma opinião com a qual concordo de boa vontade... (...) Quando apelos me foram feitos para arranjar algo para você em São Paulo eu tomei a idéia do museu e do trabalho zoológico na comissão como os únicos meios práticos de fazer o que fora requerido e era um meio de ajudar um colega que se supunha necessitado de tal serviço”⁷⁵.

A carta era longa e em grande parte dedicada a demonstrar ao insatisfeito Ihering que, diante das circunstâncias, Derby fizera o possível: “O que fiz foi, tanto quanto pude, diante das circunstâncias, aventurar a pedir ao governo sem risco de recusa (...) A autorização para nomear um zoologista (...) foi sinal de consideração a mim, não de interesse no museu ou em pesquisa zoológica”⁷⁶.

Derby finalizava suas explicações, dando o golpe de misericórdia:

“Se você não aceitar, somente três pessoas em toda São Paulo, Dafert, Loefgren e eu irão lamentar sua decisão ou dar a mínima importância com respeito ao assunto (...) Como vê, o lugar oferecido foi criado ‘ad hoc’ para você, e se não aceitá-lo, nenhuma nomeação será feita. Não entrei antes nesses assuntos, porque não desejava que viesse para cá com um senso de obrigação pessoal para comigo e, não deveria fazer

⁷⁵Carta de Derby para Ihering., 23/1/1893.

⁷⁶Carta de Derby para Ihering., 23/1/1893.

isto agora, mas, vejo por suas cartas que compreendeu de forma absolutamente errônea a situação”⁷⁷.

Era pegar ou largar. O plano de Derby foi vitorioso, mas por pouco tempo. Ihering não se equivocara tanto assim. Em agosto de 1893, poucos meses após a sua criação, a seção de zoologia transformar-se-ia em uma instituição independente: o *Museu Paulista*⁷⁸. Ihering seria nomeado seu diretor. Se o naturalista um dia tivera problemas com a República, isto era coisa do passado.

A criação do *Museu Paulista* contrariava as afirmações de Derby de que o Museu não tinha importância suficiente para tornar-se uma instituição autônoma e de que o governo não tinha interesse no assunto. O Museu não só foi transformado numa instituição independente, mas para isso teve o aval do governo.

As cartas de Derby apontam para a influência dos interesses pessoais no processo de criação de um museu de História Natural em São Paulo. No entanto, é bom relativizar essa importância, pois é difícil imaginar que o governo se disporia a gastar energia e verbas tão somente para atender aos caprichos de um ou dois naturalistas. Cabe então perguntar: qual teria sido o interesse do governo em criar o Museu? E, mais: como este interesse convergiu com as reivindicações dos naturalistas, dando condições de existência ao Museu Paulista?

1.c O governo e os cientistas: encontro de estratégias

⁷⁷Carta de Derby para Ihering., 23/1/1893.

⁷⁸A Lei n. 200 de 29 de agosto de 1893 criou o *Museu Paulista*. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1893*, t. III, São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1913.

Em 1893 o *Museu Paulista* foi criado como uma instituição voltada para o estudo da História Natural. Como espaço físico para a organização do *Museu* foi designado o “magnífico” palácio-monumento do Ipiranga⁷⁹, vazio desde que se encerrara sua construção. Esse ato promovia o encontro do monumento à Independência com a História Natural.

Idealizado e construído durante o Império, mas ocupado durante a República, já se disse apropriadamente sobre o monumento que “como projeto do Império que foi incorporado pela República, é muito representativo de ambos” (Sevcenko, 1991, p.23).

Entretanto, o destino dado pelos republicanos ao palácio do Ipiranga - abrigar um museu de História Natural - já foi visto com estranheza pela historiografia. Alguns entenderam como falta de alternativa⁸⁰. Outros, como uma espécie de parêntesis na trajetória de uma instituição que teria sempre tido a história como vocação⁸¹.

Nem falta de alternativa, nem parêntesis. Pode-se compreender a ocupação do palácio do Ipiranga por um museu científico como parte dos projetos políticos republicanos que somavam Independência e patriotismo à ciência e instrução. O

⁷⁹Lei n.192 de 26 de agosto de 1893. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1893*, t. III, São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1913.

⁸⁰Hilsdorf, refere-se assim à ocupação do palácio do Ipiranga por um museu de História Natural. Nas *Colinas do Ipiranga*, p.155.

⁸¹Meneses em *As margens do Ipiranga*, p. 5, fala da “vocação de museu histórico” do *Museu Paulista*. Elias, na mesma publicação, p. 24, diminui a importância do lado científico do *Museu*, quando diz haver “dois momentos extremamente significativos na história do Museu Paulista: o primeiro, refere-se à transformação do museu de História Natural para um local voltado à preservação da história da nação, durante a gestão Taunay; o segundo, constitui-se em um desdobramento dessa mudança e prende-se à valorização do movimento das bandeiras e à exaltação dos bandeirantes, tidos como construtores de São Paulo e, a partir daí, do Brasil”. Desta visão muito difundida sobre o *Museu Paulista*, resulta a valorização do período Taunay como tema de estudos e o quase desconhecimento com relação à atuação da instituição como um museu de História Natural.

palácio - projeto de comemoração cívica elaborado durante a monarquia - iria ser utilizado pelos republicanos para ser o espaço da ciência e da instrução.

Já vimos pela polêmica criada antes e durante a construção do monumento, que os republicanos estavam interessados em que as verbas e/ou os prédios a serem construídos fossem utilizados para fins de instrução. Também vimos que, pouco antes do início das obras de construção do palácio-monumento, foi aprovada uma lei decidindo que seria criado um instituto científico para ocupá-lo. Embora essa lei nunca tenha sido cumprida, sua existência resultara da polêmica em torno da construção e ocupação do monumento, expressando a presença de forças favoráveis à criação de espaços voltados para o desenvolvimento da instrução e da ciência em São Paulo.

Os sinais deste contexto favorável à instrução e à ciência também apareciam em outros acontecimentos desvinculados das discussões relativas à construção de um monumento à emancipação política do país. Era o caso, como vimos, dos discursos de alguns cavalheiros e cientistas em prol das vantagens que um museu científico traria para São Paulo. Este contexto incluiu também os esforços de cientistas para transformar o “Museu Sertório” num museu público e oficial. Sabemos que estes cientistas tiveram sucesso e, depois de alguns percalços, o museu foi criado.

Decerto que entre as razões para a criação do *Museu Paulista* contaram a existência de um ambiente favorável e os esforços e pressões dos cientistas - que desejavam um novo espaço institucional para exercer suas atividades profissionais, fundamentar sua autoridade e aumentar sua força e papel social. Mas, será que somente estes aspectos são suficientes para explicar que o *Museu*

tenha passado da condição de “elefante branco” para a existência como instituição científica prevista por lei, ou da condição de “sem teto” para a localização num palácio? Que outras razões teriam existido, naquele momento, para a criação de um museu de História Natural?

Uma importante razão, além das já apresentadas, iria contribuir para a criação do *Museu Paulista*: o encontro das estratégias dos cientistas com as do novo regime republicano, do qual receberam aprovação e suporte financeiro para a criação de mais um espaço de atuação dentro do panorama institucional que estava sendo reorganizado. Como se deu este encontro? Qual o ponto de interseção entre as estratégias dos cientistas e as dos republicanos?

Uma vez no poder os republicanos, novos autores dos documentos oficiais, registravam nesses documentos as linhas mestras de seu projeto político. As aspirações do programa de governo republicano faziam parte das mensagens presidenciais enviadas ao Congresso. Vejamos o conteúdo da mensagem do presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, datada de 1895:

“Predominante no espírito público, tem orientado os poderes do estado, principalmente, a idéia de satisfazer as duas grandes aspirações correspondentes a necessidades primordiais e indeclináveis: - a elevação do ensino público, a ponto de ser eficaz e proveitoso, e a constituição de um meio higiênico que garanta a saúde da população.

Tem assim consistido a política governamental paulista aos cuidados pela instrução, pela higiene e ainda pelo desenvolvimento econômico e pela organização financeira.”⁸²

A instrução e a higiene eram as “grandes aspirações”. A instrução era entendida como um fundamento para o progresso do estado. Não difundi-la

significava estar fora do compasso da época e renunciar à tão almejada condição de civilização. Da instrução dependeria uma espécie de renovação cultural que poderia trazer diversos benefícios:

“A não querer colocar-se fora de sua época e renunciar aos foros da civilização a que está filiado, não podia o Estado basear a sua existência e o seu progresso senão na difusão dos conhecimentos elementares e dos preceitos educativos, tendo em vista, sobretudo a nova geração.

Só assim poderão ser adquiridos os fundamentos, as condições e os recursos próprios à germinação generalizada no seio de nossa sociedade, de idéias úteis e aplicáveis, de hábitos e costumes esclarecidos, de atividades, métodos e processos que fecundem, e tomem proveitosas e produtoras, riquezas e forças latentes, em parte desconhecidas.”⁸³

Para que essa renovação ocorresse seria necessário enfrentar a situação existente, a qual era apresentada como herança de uma estrutura cultural deficiente no tratamento de “exigências inadiáveis” como a instrução. O presidente do estado construía seu discurso contrapondo o tamanho dos problemas com a grandeza da tarefa a ser realizada: “É tamanho o vácuo deixado em torno destas exigências inadiáveis, pela indisciplina de uma cultura deficiente, meramente literária ou metafísica e pelo analfabetismo, que muito terão ainda os poderes públicos de labutar antes que frutifique a obra patriótica nobremente empreendida nos últimos anos”⁸⁴.

⁸²*Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 7 de abril de 1895, por Bernardino de Campos, presidente do estado, São Paulo, Typographia do “Diario Oficial”, 1895.*

⁸³*Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 7 de abril de 1895, por Bernardino de Campos, presidente do estado, São Paulo, Typographia do “Diario Oficial”, 1895.*

⁸⁴*Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 7 de abril de 1895, por Bernardino de Campos, presidente do estado, São Paulo, Typographia do “Diario Oficial”, 1895.*

No entusiasmo dos primeiros anos republicanos essa labuta incluiria diversas providências nos campos relacionados à instrução. As medidas abrangiam, desde o ensino elementar até o ensino superior, do ensino prático ao ensino teórico, pretensões de criar uma biblioteca pública, uma galeria de belas artes, uma escola de música⁸⁵. Algumas instituições foram reformadas, outras foram criadas.

No campo da educação foram criadas escolas modelo, escolas complementares, grupos escolares, ginásios para o ensino secundário, a *Escola Politécnica*, a *Escola Normal* para a qual foi construído um edifício de grandes proporções; o *Liceu de Artes e Ofícios* foi reformado; mobílias para as escolas foram importadas dos Estados Unidos. Algumas dessas medidas não se restringiam à capital, estendendo-se para o interior⁸⁶.

À frente desses empreendimentos estava o secretário do Interior, Cesário Motta. Suas primeiras medidas favoreciam a *Escola Normal*, instituição chave nos planos republicanos, já que nela se formariam os mestres que iriam difundir a instrução. Para formar novos mestres a *Escola* contava entre seus recursos com um museu de História Natural. Em uma das constantes visitas que fazia à *Escola*, Cesário Motta deu notícias sobre as condições da própria *Escola* e do museu que lá existia: “Por ocasião das nossas primeiras visitas à *Escola Normal*, verificamos a falta de diversos aparelhos indispensáveis para o estudo de certas disciplinas, tais como física, química, astronomia assim como um museu de história natural deficientíssimo.” (Cesário Motta, citado por Cássio Motta, 1947, p.133).

⁸⁵Sobre as medidas do governo, conferir o *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior*, 1894, p. XCV.

⁸⁶Cf. Motta Jr., *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior*, de 1894, p. XCV.

Em relatório ao presidente do estado, Cesário Motta, ao prestar contas das condições da *Escola Normal*, não somente voltava a chamar atenção para as deficiências do museu da *Escola*, mas procurava saná-las. Para isto recorria ao Museu Paulista: “Possui a Escola um Museu, mas bastante deficiente em espécimes do nosso país. Pelo que diz respeito à parte zoológica, então extremamente pobre, já conseguimos duas coleções da nossa fauna, dos espécimes em duplicata no Museu do Estado [Museu Paulista]”⁸⁷.

Um museu de História Natural era considerado, na época, não apenas parte integrante, mas também parte importante na composição de uma instituição escolar. Nas palavras do secretário do Interior, um museu estava incluído entre os instrumentos essenciais para o ensino: “o estabelecimento [a Escola Normal] está montado segundo todos os preceitos; possui os laboratórios, museu e tudo quanto é essencial para o ensino, esperando-se ainda os últimos aparelhos encomendados para astronomia.” (Cesário Motta citado por Cassio Motta, 1947, p.135).

A que se devia a importância da presença de um museu de História Natural numa instituição escolar? O próprio Cesário Motta dava resposta a esta questão ao falar da necessidade de um novo método de ensino que requeria alterações nos programas e uma orientação diferente do corpo docente:

“É preciso que o mestre conheça os fatos e possa explicá-los, em todos os reinos da natureza. A física, a química, a botânica, a fisiologia, a zoologia e astronomia: como mero conjunto de noções abstratas se esvaem do cérebro do aluno, passado o período escolar. Carece que este ensino se concretize de modo a permanecer como um material imperecível que o aluno capitalize o saber sem oprimir a

⁸⁷Cf. Motta Jr., *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior*, de 1894, p. XCV.

memória; e, para tanto, basta que o professor compreenda o seu ideal.

Eis porque a dissecação na Anatomia, a experimentação na Fisiologia, a herborização na Botânica, são outras tantas necessidades que se impõem e que esperamos sejam atendidas, desde que aos mestres não faleçam os meios de realizá-las”⁸⁸.

O projeto republicano para a educação visava, além de reformas materiais, mudanças de conteúdo. Para isto, era necessário abandonar o método utilizado até então que incluía o “fastidioso decorar” e oprimia a memória. A ordem agora era adotar o “método intuitivo”, seguindo os preceitos das autoridades no assunto: “ensinar de modo, quanto possível, intuitivo, segundo os preceitos de Pestalozzi, facilitar o desenvolvimento dos sentidos, aproveitando-lhes a curiosidade, como quer Froebel (...)” (Cesário Motta, citado por Cassio Motta, 1947, p.139).

O secretário do Interior, procurando estimular a adoção do novo método, fazia recomendações quanto ao modo de fazê-lo: “para seguir o método intuitivo é bastante que o professor conheça a natureza e saiba explicá-la, procurando espécimes em toda parte, encontra-os em todo o lugar.” (Cesário Motta, citado por Cassio Mota, 1947, p.142).

A ênfase na adoção do método intuitivo tornava desejável e mesmo necessária a existência de um museu de História Natural, instituição que poderia prover as escolas - como vimos para o caso da *Escola Normal* - com grande parte dos instrumentos apropriados a esse método. Essa nova demanda em conhecer e explicar a natureza através dos sentidos pode ser incluída entre as razões para a criação do *Museu Paulista*. Ao lado da própria *Escola Normal* e de outras

⁸⁸Cf. Motta Jr., *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior*, de 1894, p. XCV.

instituições, o *Museu* entrava no ambicioso programa de reforma cultural republicana. No final do século, como parte de um mesmo movimento o *Museu* era criado e mudava-se para o palácio do Ipiranga, enquanto a *Escola Normal* era transferida para o “edifício grandioso” especialmente construído para ela.

Incluído na reforma da estrutura educacional e no programa de reforma cultural mais amplo, um museu de história natural fazia sentido no quadro das instituições governamentais republicanas. Dadas as funções que o governo esperava do *Museu*, este subordinava-se ao item “instrução pública” do relatório do secretário do Interior que a ele se referia da seguinte forma: “Destinado ao ensino, principalmente da fauna da América do Sul e mais particularmente da de S. Paulo, prestará reais serviços à ciência, mormente se lhe for dado o necessário desenvolvimento; não só se poderá ter em exposição permanente todos os exemplares de nossa fauna, como poderemos estender ao da flora e da geologia do Estado”⁸⁹

Dada a importância das funções que o *Museu* exerceria, era necessário liberar verbas para o seu desenvolvimento. Em 1895, ano em que o *Museu Paulista* foi inaugurado, o presidente do Estado apelava ao congresso para que investisse na instituição:

“É indispensável que o Congresso conceda as verbas necessárias para a definitiva organização do museu, bem como para a conclusão do edifício e estabelecimento do Horto Botânico que a lei instituiu.

É excusado encarecer a utilidade da criação que honra a alta compreensão do congresso quanto à vantagem que vai ela

⁸⁹Cf. Motta Jr., *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior*, de 1894, p. XCV.

proporcionar ao progresso da Ciência e da arte e a difusão de conhecimentos necessários”⁹⁰.

Em consonância com o presidente do estado, o secretário do Interior, também fazia apelos em favor da instituição. Em relatório de 1895 reivindicava a boa vontade do Congresso para com o desenvolvimento do *Museu*, o qual, por essa época já se mudara para o monumento:

“Mudou-se para o Monumento do Ipiranga, o Museu do Estado [Museu Paulista] (...). Está na sua direção o competente naturalista Dr. H. Von Ihering.

É entretanto de urgente necessidade: 1º - Que se concedam ao Diretor os meios de completar a instalação e desenvolver o Museu; 2º - Que se façam as obras de conclusão do Monumento, calçadas em redor, a escadaria principal, a plataforma e outras medidas que são reclamadas não só pela estética, mas ainda e principalmente pela segurança do edifício; 3º - Que se equiparem os vencimentos do Diretor com os de outros Estabelecimentos.

O Congresso, por certo, não descuidará daquele Monumento.” (Cesário Motta, citado por Cassio Mota, 1947, p.184).

O governo, portanto, preocupava-se com o desenvolvimento do *Museu Paulista* que como instituição difusora de conhecimentos deveria engajar-se no combate a ser travado para tirar o país do propalado atraso cultural. Ihering, o diretor do *Museu*, não deixava dúvidas quanto à relação da instituição com os republicanos e seu programa:

“(...) e se [o Museu] está em bom caminho de ficar um dos mais importantes estabelecimentos científicos da América do Sul, isto se deve à proteção, à simpatia e aos esforços de um dos mais notáveis estadistas da República, do digno Secretário

⁹⁰Cf. Motta Jr., *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior*, de 1894, p. XCV.

do Interior, Dr. Cesário Motta Junior, que tanto se está interessando por elevar a um nível mais alto a instrução pública no estado de S. Paulo. Entra neste programa também o museu, e breve será possível ao público apreciar o que foi feito e julgar se o procedimento do Congresso e do Governo é de vantagem para o estado.” (Ihering, 1895, p.192).

Ao que tudo indica os agradecimentos de Ihering a Cesário Motta não eram só retórica. Escrevendo sobre a criação do *Museu*, mais de 50 anos depois, Cassio Mota relata o interesse que o então secretário do Interior demonstrava pela instituição e suas relações com Ihering:

“Cesário Motta fez, então [com o Museu], como fazia com as escolas, freqüentava-o assiduamente, indagava de tudo que era necessário fazer para o seu completo acabamento, para cada vez mais preencher os fins a que se destinava. Recebia o diretor na Secretaria e em sua própria residência, com o qual entabulava longas, amistosas e ilustradas palestras, não sendo raro procurá-lo em sua casa, junto ao Museu do Ipiranga, quando tinha alguma coisa a dizer-lhe em relação ao bom andamento do Museu.” (Cássio Mota, 1947, p.182-183).

No final do século, uma conjugação de interesses entre as autoridades republicanas e alguns cientistas havia criado condições para que o *Museu Paulista* fosse fundado e Ihering nomeado seu diretor. Em 1894, ano de sua nomeação, este cientista prestou “(...) compromisso perante o Secretário do Interior e o governador Dr. Bernardino de Campos de ser empregado fiel e bom republicano”⁹¹.

No ano seguinte, durante a cerimônia de inauguração do *Museu*, Ihering faria um discurso ressaltando a contribuição que as ciências naturais poderiam dar

⁹¹Trecho retirado do diário das atividades relativas ao *Museu Paulista*, escrito por Hermann von Ihering de janeiro de 1894 a dezembro de 1895. *Museu Paulista*.

no campo da instrução: “é geralmente reconhecido hoje que fora do estudo das línguas não há meio mais próprio para a educação do espírito infantil do que o ensino das ciências naturais.” (Ihering, 1895, p.23).

Nas palavras do cientista a grandeza da causa à qual o *Museu* serviria tornava, não só compatível, mas louvável a junção de um museu científico com um monumento à Independência: “Não era possível, portanto, construir um monumento mais digno, comemorando a Independência da pátria, do que este esplêndido prédio, que como Museu, como Panteão e como meio da investigação científica do Estado está destinado a prestar grandes serviços à causa da instrução pública.” (Ihering, 1985, p.25).

Um museu de História Natural, na linguagem de seu diretor, possuía os instrumentos necessários para contribuir com o desenvolvimento da instrução pública. Se na retórica da época instrução e progresso estavam vinculados era natural que o diretor do *Museu* finalizasse seu discurso apresentando seus desejos de que o Museu Paulista fosse “(...) um elemento poderoso para o progresso deste rico e futuroso Estado (...)” (Ihering, 1895, p.25).

As palavras de Ihering somando ciência, independência, instrução e progresso foram ditas para todos aqueles que se encontravam na cerimônia de inauguração do *Museu*, mas deviam soar especialmente bem aos ouvidos republicanos que lá se encontravam⁹².

O monumento como museu ou o museu como monumento?

⁹²A descrição da cerimônia de inauguração do *Museu Paulista* foi feita pelo *Correio Paulistano* e reproduzida no volume I da *Revista do Museu Paulista*, de 1895.

O período que abrangeu o final da construção do monumento do Ipiranga - 1890 - e a criação do *Museu Paulista* - 1893 - foi o tempo da mudança de regime político no país. Para instituir seus projetos os novos “donos do poder” tinham muitos problemas a enfrentar: o aumento e a diversificação da população provocados pela imigração e pela urbanização, a necessidade de assimilar o contingente de libertos, o analfabetismo da população etc.. Para muitos dos problemas o diagnóstico era o mesmo: deficiência cultural. O quadro pintado era desolador. Diante deste quadro colocava-se a seguinte questão: agora que o país era uma República, quem seriam os cidadãos?

Para adequar a sociedade à República recém-proclamada a ordem era mudar o quadro cultural herdado da monarquia. Neste contexto acentuou-se a ansiedade de remodelar e modernizar o país. Mas, como esta tarefa seria enfrentada? A retórica daquele tempo, como vimos, apresentava dois instrumentos fundamentais para modificar o panorama cultural: a instrução e a higiene. Ambas eram apresentadas como panacéias para sanar os males do país.

Instrução e higiene estavam na base do programa de modernização do país proposto pelos novos governantes. Para promovê-las iniciou-se uma reorganização institucional que incluiu, no campo da instrução, as medidas que criaram o *Museu Paulista* e destinaram o palácio do Ipiranga para ser ocupado por este *Museu*.

A ocupação do palácio-monumento por um museu científico vinculava o peso da tradição aos projetos correntes naquele momento. Em outras palavras, se no passado a monarquia emancipara a nação, no presente os republicanos

tomavam a si a tarefa de modernizá-la. Para dar cabo dessa tarefa seria preciso diminuir a distância entre a nação que se tinha e a nação que se queria.

Para isso, uma das principais receitas era instruir a população, compatibilizando seus membros com a condição de cidadãos, condição teórica que lhes outorgara o novo regime político. Representantes deste regime propalavam ser necessário preparar o povo para os novos encargos que a “vida moderna” requisitava. E se a “vida moderna” demandava não mais um número limitado de sábios e sim a difusão da instrução e a vulgarização das ciências, a receita republicana para comemorar a Independência acabara por prevalecer com a instalação de um museu científico no palácio do Ipiranga.

Pelo menos na retórica não era pequeno o papel que se reservava ao *Museu*: suas atividades deveriam contribuir para o progresso de São Paulo. Além disto, de acordo com a ideologia da época, o *Museu* era por si só um símbolo e atestado de civilização. O ato republicano que fundiu a tradição - personificada no monumento do Ipiranga - com a modernização - representada pelo *Museu Paulista* - havia promovido a união de um monumento à Independência com um “monumento à civilização”.

2. A ATUAÇÃO DO MUSEU PAULISTA (1895 - 1916)

2.a As primeiras atividades e a definição dos caminhos a seguir

O *Museu Paulista* começou a ser instalado no palácio do Ipiranga, em 1894. Ihering, nomeado diretor, tratou de iniciar as atividades da nova instituição¹: redigiu ofícios reivindicando verbas, iluminação, segurança, serviço de telégrafos, transporte para o público atingir o *Museu*; escreveu ao Arquivo Nacional e ao Seminário Episcopal, pedindo ajuda para a coleção numismática; recebeu o quadro de Pedro Américo, “Independência ou Morte”, encomendado para ser exposto no salão nobre do *Museu*. Também foi nomeado pela Secretaria da Agricultura para participar de uma comissão encarregada de examinar uma praga que atacava as vinhas e estudar uma maneira de debelá-la.

No ano seguinte, 1895, Ihering contratou um entomologista² e um naturalista-viajante³; recebeu uma “excursão científica” dos alunos e do diretor da *Escola Normal*, pediu ao governo que ampliasse o horário de visitas aos domingos; enviou uma caixa com espécimes para uma escola em Itapetininga etc. Os preparativos e atividades, neste período, também tinham como finalidade aprontar o *Museu* para a sua inauguração, a ser realizada em data escolhida a dedo pelo governo: 7 de setembro de 1895.

¹As atividades diárias do *Museu Paulista* encontram-se registradas em ofícios, bilhetes, cartas e outros documentos, que fazem parte da documentação organizada no Fundo Museu Paulista.

²“O entomólogo foi contratado a 31 de agosto de 1895”. *Evolução institucional do Museu Paulista*, p. 106.

³No *Museu Paulista*, “o cargo de naturalista-viajante foi mencionado pela primeira vez em 1891, quando Alexandre Hummel, o então naturalista ajudante do Museu do Estado, descreveu em seu relatório de atividades para o diretor interino, Alberto Loeftgren, a importância da contratação de um naturalista-viajante para exploração das matas do Estado de São Paulo, com a finalidade de estudo e ampliação do acervo do Museu do Estado”. *Evolução institucional do Museu Paulista*, p. 107.

A criação oficial do cargo deu-se pela lei n. 200, de 29 de agosto de 1893. A denominação de naturalista-viajante só mudaria para naturalista-colecionador com o

Estes movimentos iniciais de organização do *Museu* já definiam alguns dos aspectos que iriam marcar a existência e as atividades da instituição: a convivência da História Pátria com a História Natural; a relação com a agricultura; a relação com a instrução. Estes aspectos compuseram grande parte da vida da instituição e serão tratados neste capítulo. Antes porém vejamos qual foi modelo em que Ihering se inspirou para organizar o *Museu*.

2.b O Modelo

Quanto à escolha do modelo a ser seguido pela nova instituição, não se pode acusar seu diretor de falta de clareza. Ihering, já no discurso de inauguração, colocou claramente os padrões de museu científico que considerava mais modernos e dignos de serem adotados, o que significou, em grande parte, aceitar as idéias e proposições defendidas por George Brown Goode⁴, diretor do Museu Nacional dos Estados Unidos e uma autoridade em se tratando de museus de História Natural, de quem Ihering recebera elogios, quando de sua nomeação para a direção do *Museu Paulista*⁵.

Goode escreveu, em 1895, *The principles of Museum Administration*⁶, sobre a atuação, função e, como indica o título, a administração de museus. Dada

decreto n. 3.871, de 3 de julho de 1925, mantendo, contudo, as mesmas atribuições". *Evolução institucional do Museu Paulista*, p.107.

⁴Brown Goode era o secretário assistente da *Smithsonian Institution* e encarregado do Museu Nacional dos Estados Unidos.

⁵Ofício de Brown Goode para Ihering de julho de 1894. Goode não só parabeniza Ihering, mas diz conhecer seu trabalho deste há muitos. Fundo Museu Paulista, pasta n.69.

⁶*The Principles of Museum Administration* foi extraído do Relatório Anual da Associação de Museus de 1895 e reeditado ainda em 1895.

a influência deste trabalho na organização inicial do *Museu Paulista*, torna-se relevante conhecer algumas das idéias nele discutidas⁷.

O texto começa definindo os museus: “Um museu é uma instituição para a preservação daqueles objetos que melhor ilustram os fenômenos da natureza e os trabalhos do homem, e a utilização destes para aumentar o conhecimento e para a cultura e ilustração do povo.” (Goode, 1895, p.3).

Para Goode, um museu deveria: estender as fronteiras do conhecimento; atuar como um adjunto das salas de aula e de conferência, seja em conhecimento elementar, secundário, tecnológico ou superior e fornecer cultura ao público. As duas principais finalidades de um museu seriam: contribuir para o avanço dos conhecimentos e para a instrução e educação do público. Estas funções contavam para a própria sobrevivência dessas instituições, evitando a condição de “museu morto” e conferindo-lhes utilidade e respeitabilidade: “um Museu para ser útil e respeitável, deve estar constantemente engajado em trabalho agressivo, seja em educação ou investigação, ou em ambos.” (Goode, 1895, p.9).

Goode reforçava a ideologia, segundo a qual a existência de um museu estaria diretamente relacionada ao grau de ilustração de um povo e ao grau de civilização de um lugar: “o Museu não existe, exceto entre povos altamente ilustrados, e atinge seu mais alto desenvolvimento somente em grandes centros de civilização.” (Goode, 1895, p.7).

O lado público do museu era enfatizado e estimulado. Uma relação mais próxima com o público, diferenciava os museus de outras instituições e tornava-os

⁷É bom frisar que Goode estendia seus princípios a outros tipos de museus, como os de Arte, História e Antropologia. Mas, para esta dissertação interessam apenas os aspectos relativos aos museus de História Natural.

símbolos de uma comunidade civilizada: “O museu está mais estreitamente em contato com o povo do que a universidade e a sociedade científica e tanto quanto a biblioteca pública, embora, mais que esta, seja fruto das modernas tendências do pensamento. Portanto - O MUSEU PÚBLICO É UMA NECESSIDADE EM TODA COMUNIDADE ALTAMENTE CIVILIZADA [grifo do autor].” (Goode, 1895, p.7).

O poder civilizatório dos museus estava diretamente relacionado a sua capacidade instrutiva. Para desenvolver esta capacidade era necessário atrair o público, estimulando o seu desejo de instrução e atraindo-o para outras instituições de saber: “(...) para servir às necessidades do público em geral através da exposição das ‘atrativas séries de exibição’, bem planejadas, completas e inteiramente rotuladas; e assim estimular e alargar a mente daqueles que não estão engajados em pesquisa escolar e atraí-los para as bibliotecas públicas e salas de conferência.” (Goode, 1895, p.9).

Os museus deveriam estar preparados, no final do século XIX, para a presença de um público, não somente ampliado em número, mas também diversificado na sua formação, para o qual funcionaria como um suplemento das salas de aula e de conferência, abrangendo desde os níveis elementares até os níveis superiores do saber. Deveria atuar como uma espécie de “Bureau de Informações” para o trabalhador, o estudante, o jornalista, o orador público, o sábio, contribuindo para a cultura do público em geral (Goode, 1895, p.8-9). No museu, o público presenciaria o avanço do saber, pois era lá que se registravam e conservavam materiais que pudessem servir para estudos comparativos com os estágios passados da história do homem e da natureza.

O destaque dado por Goode ao caráter público dos museus condicionava mudanças na forma de organização. Para uma organização moderna, os museus deveriam dividir suas coleções em coleções de estudo e coleções de exposição⁸. Esta inovação ligava-se aos dois principais objetivos de um museu: investigação e instrução.

As coleções de estudo, também chamadas de séries de estudos, deveriam ficar permanentemente organizadas em laboratórios e salas de armazenagem, fora do alcance do público em geral e abertas aos estudiosos, cientistas e estudantes de nível superior. Essas coleções eram o instrumento de que os museus dispunham para fornecer educação superior e para promover o progresso do conhecimento: “A eficácia de um Museu como uma agência para o progresso do conhecimento e para educação superior depende da manutenção de uma série de estudos, cuja administração deveria submeter-se a um plano bastante diferente daquele empregado para as séries de exibição pública.” (Goode, 1895, p.38).

Quanto às coleções de exposição, ou séries de exibição pública, formavam a porção dos museus conhecida como “Museu do Povo”. Esta parte dos museus tinha como proposta, ser “(...) muito mais do que um saguão cheio de espécimes em invólucros de vidro. Deveria ser um saguão cheio de idéias, arranjadas com rigorosa atenção ao sistema.” (Goode, 1895, p.40).

As coleções de exibição pública ou “Museu do Povo” eram organizadas com a finalidade de transmitir idéias e instruir o povo. A lição que deveriam dar definia o critério de seleção dos espécimes a serem expostos: “Os espécimes em

⁸Sobre a elaboração deste princípio, Lopes esclarece: “(...) Sheets-Pyenson, baseada em Meyer credits a Agassiz a formulação desse princípio de separação de coleções, que mais tarde seria adotado também na Europa.”, *As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX*, p.296.

exposição devem ser escolhidos unicamente com referência à lição que podem ensinar, separadamente ou em combinação.” (Goode, 1895, p.40).

Mas, os espécimes e sua organização não arcaíam sozinhos com o encargo de transmitir as lições a serem aprendidas. Para auxiliar nesta tarefa, uma verdadeira parafernália de novos objetos seria produzida e utilizada nos museus. Havia os livros de mão, os livros de referência, os modelos, os guias, os mapas, os gráficos e, mais importante que tudo, as etiquetas: “Deveria haver um completo sistema de etiquetas, escritas em linguagem simples, suplementadas por pinturas, diagramas, mapas e livros de referência.” (Goode, 1895, p.41).

Das novas necessidades de informar um público aumentado e diversificado, nasceria uma verdadeira “arte das etiquetas”. Goode ocupou várias páginas de seu texto discutindo a função, a forma, o tamanho, as cores, os tipos de etiquetas e a importância do papel a elas reservado: “a etiqueta de exposição é o principal meio pelo qual os tesouros em um Museu tornam-se inteligíveis para o público (...)” (Goode, 1895, p.56).

Revelar tesouros, mas não quaisquer tesouros. Uma boa etiqueta deveria condicionar o olhar para aquilo que era considerado importante aprender:

“Uma boa etiqueta descritiva deveria fazer algo mais que fornecer informação. Deveria estar expressa de modo a excitar o interesse da pessoa que está examinando o espécime, ao qual está atada; chamar sua atenção para os pontos que são importantes que a pessoa observe, dar a informação que ela mais precisa, enquanto olha para o espécime e fazer referência aos livros por meio dos quais ela pode, se disposta, aprender tudo que é conhecido sobre o assunto ilustrado.” (Goode, 1895, p.60).

Que informações deveria conter uma etiqueta? O nome técnico e, se possível, o nome comum do espécime exposto, a explicação de sua distribuição

geográfica, estrutura, hábitos, localidade, data da coleção e fonte onde foi coletado, podendo também conter informações como dimensões e peso. A preparação de etiquetas seria “(...) uma das mais difíceis tarefas do homem de museu. A seleção da matéria descritiva a ser imprimida requer o melhor do julgamento e a mais vasta e acurada informação (...)” (Goode, 1895, p.59).

Toda essa discussão a respeito de museus, coleções, espécimes e etiquetas, fazia de Goode um porta-voz das mudanças significativas que ocorriam na área da História Natural. Só para dar um exemplo, voltemos à divisão das coleções, uma para o povo, outra para os cientistas, que ele defendia. Esta inovação expressava um movimento que, por um lado, em função das demandas de uma sociedade de massas, requeria a vulgarização do conhecimento científico, por outro lado, anunciava o distanciamento entre ciência e população, através da crescente especialização.

Escolhendo e aplicando o modelo

Diante da tarefa de organizar o *Museu Paulista*, Ihering procurou aplicar os preceitos discutidos por Goode que considerava como os mais modernos para a organização e administração de museus na passagem do século XIX para o XX.

Atento às mudanças que ocorriam lá fora, Ihering declarou, já no discurso de inauguração do *Museu Paulista*, a adoção do princípio da divisão das coleções⁹, que vinha sendo adotado, não só nos Estados Unidos, mas também na Europa:

⁹Lopes considera a separação das coleções como parte das mudanças que estavam ocorrendo no final do século XIX : “Essa questão da separação das coleções de

“O que mais me está satisfazendo na atual instalação do Museu é a separação das coleções expostas e das coleções de estudos: as experiências feitas neste sentido nos grandes museus da Europa e dos Estados Unidos demonstram a inconveniência de cansar o público com a exposição de objetos em demasia. É esta a razão porque os grandes museus como os de Londres e Berlim começaram a separar as coleções expostas e que são escolhidas com todo critério, e as coleções de estudos que armazenadas, menos lugar ocupam. Este sistema razoável e prático já temos aqui seguido desde o princípio.” (Ihering, 1895b, p.21).

Em outra ocasião, confirmava a separação das coleções dentro do palácio do Ipiranga: “Estão separadas as coleções expostas das de estudo, sendo o andar térreo destinado a estas e à administração, laboratórios, biblioteca, etc., e o primeiro andar às coleções expostas.” (Ihering, 1897a, p.7).

Depois de reproduzir e comentar, elogiosamente, os princípios de administração de museus de Goode no segundo número da *Revista do Museu Paulista* (1897), Ihering declarava: “examinando nestas condições a organização do Museu Paulista, verifica-se que corresponde perfeitamente às regras e princípios [de Goode] expostos.” (Ihering, 1897, p.7).

As coleções expostas estariam organizadas com a finalidade de instruir o público de forma agradável, cumprindo uma função que ajudava a comprovar o papel social desempenhado pelo *Museu*. Para aferir o sucesso, bastava conferir os números:

“Provam-no quanto à instrução as 40.000 pessoas que durante o ano de 1896 visitaram o Museu e as modificações que tenho feito nas coleções expostas, especialmente no sentido de serem substituídos

estudo e exposição que se destaca como um aspecto talvez mais evidente, foi uma das conseqüências catalisadoras, do conjunto de alterações que integraram o todo das diferentes concepções de museus, que estavam em jogo no final do século.”, *As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX*, p.318.

os exemplares velhos e feios por outros mais bonitos. Enriqueceram bem estas coleções pela aquisição de numerosas espécies representando a fauna do Amazonas, adquiridas no corrente ano.” (Ihering, 1897, p.7).

Ihering fazia uma avaliação positiva também no que dizia respeito às atividades de exploração científica da natureza, as quais, de acordo com as normas modernas eram regidas por um plano de organização e definição das metas do *Museu*: “(...) e agressivo (...) também foi o trabalho no sentido da exploração científica do Estado e das regiões limítrofes. Está bem definido o plano pela lei que organizou o museu, destinando-o a esclarecer a fauna, o reino mineral, o homem do Brasil e sua história.” (Ihering, 1897, p.7).

2.c Os museus de História Natural e a instrução

Na Europa, no Brasil, ou nos Estados Unidos, os museus de História Natural, contaram freqüentemente entre suas atividades, com a instrução. Desde 1683, quando os estudantes passaram a ter acesso às coleções de Elias Ashmole doadas à Universidade de Oxford, os museus feriam começado a se tornar públicos (Lopes, 1997, p.34)¹⁰. Denominados de estudiosos, pessoas curiosas, cidadãos interessados em aprender, o público dos museus a princípio não era tão abrangente como as variadas denominações podem fazer crer.

A relação dessas prestigiadas instituições com a instrução dava-se através de seus vínculos com estabelecimentos de ensino superior e com o público que tinha acesso a este tipo de instrução. Como locais que complementavam as

¹⁰Ver também Suano, *O que é Museu*.

atividades de instrução, os museus cediam espaço, materiais e ofereciam cursos. De modo geral, a transmissão de conhecimentos assumia a forma de cursos ou conferências.

Assim se passou com o *Museu de História Natural de Paris*, cujas origens remontam ao Antigo Regime, o qual integrou o sistema educacional francês. Beneficiado pela Revolução Francesa, esse museu, mesmo conhecido como “república dos professores”, voltava-se mais para a pesquisa do que para o ensino, seus cursos eram dirigidos para o público leigo, não tinha um corpo permanente de alunos e não conferia títulos. Suas atividades já foram definidas como sendo tradicionalmente: “(...) de ensino público, onde as conferências eram abertas para todos e não conferiam diplomas reconhecidos pelo estado.” (Limoges 1980, p.237).

Quando o ensino das ciências ampliou-se no final do século XIX, o Museu de História Natural de Paris teve de disputar com sérios competidores no universo educacional francês, tendo chegado a correr o risco de perder sua autonomia e ser absorvido pela Universidade de Paris. Isso teria ocorrido, em grande parte, justamente devido a sua fraca atuação no campo da educação¹¹.

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, fundado em 1818, também teve a instrução entre suas preocupações. Inicialmente esteve subordinado ao “Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino (...) para dar amplas providências que eficazmente promovam a instrução pública.”¹². Uma de suas

¹¹Limoges, The development of the Museum d’Histoire of Paris, c. 1800-1914, p. 211-240.

¹²Decreto 26/2/1821. *Collecção das Leis do Brazil, 1821-1822*. Rio de Janeiro, Imp. Nac. 1889, p.24. Citado por Lopes, *As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX*, p.43.

atribuições era fornecer informações aos leigos a fim de habilitá-los a enviar os produtos naturais que a instituição demandava. Além disso, durante todo o século XIX, teve função complementar em assuntos de instrução, interagindo com outras instituições, como a *Academia Militar* e a *Escola de Medicina*¹³.

No decorrer da trajetória do *Museu Nacional*, alguns de seus diretores procuraram aumentar a autonomia da instituição no campo da instrução. Entre outras coisas, tentou-se instituir um curso de Ciências Naturais, dando-lhe *status* semelhante ao das escolas superiores da Corte. Na década de 70, foram realizados cursos públicos, mais tarde transformados em conferências públicas que contaram com a presença de deputados, senadores, algumas senhoras e o próprio Imperador, D. Pedro II, que lá compareciam para instruir-se. A população, em sua maioria analfabeta, certamente não devia integrar o público ao qual se dirigiam os cientistas.

As mudanças na relação com o público

Na segunda metade do século XIX, porém, aconteceriam algumas mudanças que implicariam uma modificação ou uma ampliação dos vínculos entre os museus de História Natural e a instrução: “Coleções que inicialmente existiam para dar suporte às investigações da pesquisa taxonômica e teórica, todavia, tornaram-se mais e mais envolvidas com audiências públicas e com educação, não somente nos Estados Unidos, mas também, na Grã-Bretanha e Europa.” (Kohlstedt, 1987, p.168).

¹³Sobre o *Museu Nacional* consultar Lopes, *As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX e O Brasil descobre a pesquisa científica*.

Estas mudanças faziam parte de um movimento mais amplo, que indicava o crescimento do prestígio dos Estados Unidos, inclusive na área científica. Segundo Lopes, teria ocorrido uma transferência dos “(...) referenciais em termos de organização de museus, da Europa para a América do Norte, evidenciando também nesse aspecto, os sinais de hegemonia econômica, social e científica, em certas áreas, que os Estados Unidos vinham adquirindo no panorama internacional.” (Lopes, 1993, p.245).

A importância crescente dos museus de História Natural nos Estados Unidos, suas relações com a instrução e o surgimento de novos referenciais de administração de museus são temas discutidos por Sally Kohlstedt (1987) no texto “International Exchange and National Style: A view of Natural History Museums in the United States, 1850-1900”.

Segundo Kohlstedt, os museus norte-americanos, ao procurarem equiparar-se ou mesmo superar os museus europeus, teriam começado a diferenciar-se destes, no último terço do século XIX, criando um estilo nacional. A marca principal deste estilo nacional teria sido a proximidade cada vez maior entre os museus e o sistema educacional.

A responsabilidade dos museus com a instrução teria aumentado à medida em que estes necessitaram, cada vez mais, do suporte financeiro governamental - local e federal - em substituição às imprevisíveis verbas particulares, antes preponderantes para a sua sobrevivência nos Estados Unidos. O Estado, em troca das verbas exigia apoio para seus programas educacionais. Os museus deveriam fornecer programas de ensino e instrução que contemplavam desde os professores

símbolos de uma comunidade civilizada: “O museu está mais estreitamente em contato com o povo do que a universidade e a sociedade científica e tanto quanto a biblioteca pública, embora, mais que esta, seja fruto das modernas tendências do pensamento. Portanto - O MUSEU PÚBLICO É UMA NECESSIDADE EM TODA COMUNIDADE ALTAMENTE CIVILIZADA [grifo do autor].” (Goode, 1895, p.7).

O poder civilizatório dos museus estava diretamente relacionado a sua capacidade instrutiva. Para desenvolver esta capacidade era necessário atrair o público, estimulando o seu desejo de instrução e atraindo-o para outras instituições de saber: “(...) para servir às necessidades do público em geral através da exposição das ‘atrativas séries de exibição’, bem planejadas, completas e inteiramente rotuladas; e assim estimular e alargar a mente daqueles que não estão engajados em pesquisa escolar e atraí-los para as bibliotecas públicas e salas de conferência.” (Goode, 1895, p.9).

Os museus deveriam estar preparados, no final do século XIX, para a presença de um público, não somente ampliado em número, mas também diversificado na sua formação, para o qual funcionaria como um suplemento das salas de aula e de conferência, abrangendo desde os níveis elementares até os níveis superiores do saber. Deveria atuar como uma espécie de “Bureau de Informações” para o trabalhador, o estudante, o jornalista, o orador público, o sábio, contribuindo para a cultura do público em geral (Goode, 1895, p.8-9). No museu, o público presenciaria o avanço do saber, pois era lá que se registravam e conservavam materiais que pudessem servir para estudos comparativos com os estágios passados da história do homem e da natureza.

das escolas normais até as crianças da rede escolar, complementando a instrução dada por outros estabelecimentos, como bibliotecas e escolas¹⁴.

Apesar da resistência de parte dos naturalistas que preferiam os trabalhos de pesquisa e recusavam-se a explicar os segredos da História Natural para crianças, as mudanças davam-se em ordem crescente. Museus e coleções eram reorganizados para poderem entreter, ensinar e instruir um número cada vez maior de visitantes. As coleções arranjadas especialmente para o público foram separadas daquelas que eram destinadas apenas aos estudiosos; mudou-se o modo de expor, introduzindo-se os arranjos ecológicos, ao invés das intermináveis fileiras de espécimes e tornando as etiquetas mais explicativas. Mapas e gráficos foram elaborados e guias procuravam facilitar o entendimento das coleções. Para atrair o público, os curadores lançavam mão de estratégias convincentes como a montagem de esqueletos de elefantes na entrada de seus museus e outras, ainda mais convincentes, como a entrada gratuita. A frequência diversificou-se, com a inclusão das classes trabalhadoras. Os diretores registravam e comparavam o número de visitantes. A meta era que os visitantes se auto-intruissem e, ao mesmo tempo, absorvessem uma visão de mundo: “Como para as escolas e bibliotecas, esperava-se dos museus que fizessem muito mais do que ensinar fatos: que ensinassem valores.” (Kohlstedt, 1987, p.177).

Toda esta movimentação estaria vinculada ao surgimento de centros cada vez mais populosos e urbanizados. Kohlstedt destaca o caso de New York com uma população crescente e muitos imigrantes para aculturar e conclui que, como resposta a este contexto, os programas educacionais tornaram-se a mais ativa e

¹⁴Cf. Kohlstedt, *International Exchange and National Style*, p. 170 a 180.

visível parte dos museus norte-americanos de História Natural no final do século XIX.

Algumas das preocupações da época, inclusive com a instrução, foram sintetizadas por um contemporâneo, o já citado George Brown Goode, diretor do Museu Nacional de Washington, definido como “o principal porta-voz em matéria de teoria e prática de exposições de museus.” (Kohlstedt, 1987, p.182).

Como vimos, a voz de Goode foi ouvida no Brasil pelo naturalista Ihering que escolheu os princípios propalados por ele como referenciais para a organização do *Museu Paulista*, criado justamente neste momento de mudanças que abriu espaço para a demanda de uma nova atuação dos museus de História Natural no campo da instrução.

O Museu Paulista e a instrução

No discurso de inauguração do *Museu Paulista*, seu diretor afirmava: “não temos até hoje universidade alguma no país, nem ao menos uma academia ou escola de ciências naturais. Nestas condições não é difícil explicar o estado de atraso em que até hoje acha-se o estudo das ciências naturais no Brasil.” (Ihering, 1895, p.21).

Ihering prosseguia, falando dos problemas do ensino das ciências naturais, no Brasil:

“Vamos tomar como exemplo a situação de um professor que, dedicado ao estudo da natureza, quer estudar a botânica, fazer excursões com os discípulos e ensiná-los, torná-los em suma versados na rica natureza do Brasil. Quais serão os recursos literários? Temos a *flora brasiliensis*. Mas é escrita em latim, é uma

obra que consta de muitos volumes, custa perto de cinco contos de réis e tem o fim de servir a sábios e não a amadores.”(Ihering, 1895, p.22).

Para comprovar a carência do país na área do ensino das ciências naturais, fazia comparações com a Europa:

“Perguntamos agora: qual será a posição do professor nas mesmas condições na Europa? Onde ele viver, sempre lhe será fácil comprar um compêndio da flora do seu país, um livro bem ilustrado, dando descrições, nomes vulgares e científicos e mais informações. Se ele viver por exemplo numa província da Alemanha, haverá à disposição não só a flora da Alemanha, mas também livros sobre a flora da província e até da cidade na qual mora, indicando as localidades onde poderá encontrar certa planta e o tempo quando está com flores. E este livro lhe custará apenas 10 ou 20 mil réis.” (Ihering, 1895, p.22).

A seguir, Ihering afirmava o reconhecimento da importância do ensino das ciências naturais e voltava a fazer críticas à situação no Brasil, na área:

“É geralmente reconhecido hoje que fora do estudo das línguas não há meio mais próprio para a educação do espírito infantil do que o ensino das ciências naturais.

Se, porém, o Brasil já fez progressos animadores no ensino, se já tem os institutos para formar médicos, juristas e engenheiros, não há uma academia de ciências naturais para formar professores de história natural, que sejam mais ou menos comparáveis com os da Europa. Neste sentido tudo é transtorno.” (Ihering, 1895, p.23).

Discursando para os membros do governo e outras autoridades, não era à toa que Ihering ressaltava a importância das ciências naturais e de sua institucionalização e as lacunas e problemas existentes neste campo no Brasil. Afinal, fazia o discurso de inauguração do *Museu Paulista*, cuja proposta era fazer frente a estas dificuldades, o que não era tarefa pequena: “Está se vendo que não

pretendo exagerar os serviços que este museu poderá prestar.” (Ihering, 1895, p.24).

Os serviços que a nova instituição pretendia prestar tornavam adequada a escolha do modelo de administração feito por Ihering. Como já foi dito, Ihering voltara-se para os Estados Unidos em busca de inspiração para organizar o *Museu Paulista*. Ao fazer isto, tornava-o diferente, em alguns aspectos, dos outros museus brasileiros de História Natural, como o *Museu Nacional* e o *Museu Paraense* que seguiram padrões europeus de organização de museus. Um dos aspectos que diferenciava o *Museu Paulista* era a sua pretensão de instruir um público mais amplo que incluía os estudantes do nível elementar.

A instrução constava do Regulamento do *Museu Paulista*¹⁵, artigo 2º: “Serve o Museu de meio de instrução pública e também de instrumento científico para o estudo da natureza do Brasil e do Estado de São Paulo, em particular.” (*Regulamento do Museu Paulista*, 1894, p.4).

Uma forma de colocar a instrução em prática, foi a adoção da inovação já citada: a divisão das coleções. Não era mais de bom tom para os museus expor a totalidade do seu acervo e sim separá-lo em coleções de exposição e coleções de estudo.

No prédio do *Museu Paulista*, as coleções de estudo ocupavam o andar térreo, abertas apenas aos cientistas e estudiosos da História Natural. Já as coleções de exposição ocupavam o primeiro andar e eram organizadas para transmitir conhecimentos ao público em geral, de preferência sem entediá-lo. Essa preocupação de não entediar o público era recorrente e já existia no tempo em que

¹⁵*Regulamento do Museu Paulista do Estado de São Paulo*, São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1894.

a instituição ainda usava a rubrica de *Museu do Estado*. Na época, o naturalista Hummel chamava atenção para a forma de apresentar os espécimes:

“Quanto aos pássaros pode-se objetar que, sendo em geral bem empalhados, o preparador descursasse algum tanto de lhes dar posições naturais e vivas, aquelas intermináveis fileiras sugerem a monotonia dum regimento em marcha ou duma grave reunião sem assunto para palestra de que se vê que as atribuições do perfeito empalhador devem ser múltiplas e a menor não é esta de ter estudado a natureza.” (Primeiro Relatório do Museu do Estado, 1891, p.12-13).

Adotado por Ihering o princípio da divisão das coleções traçava no interior do *Museu Paulista* uma linha divisória entre a formação de sábios e a formação de um público instruído com rudimentos das ciências. A iniciativa de Ihering demonstrava que ele procurava manter-se a par das inovações em matéria de museus de História Natural, e também que procurava harmonizá-las com demandas e projetos locais, contribuindo para viabilizar a existência e a sobrevivência do *Museu*. Se o governo republicano propalava a instrução como remédio para os males do país, melhor oferecê-la.

Pensar na viabilização do *Museu*, através de uma adequação do modelo científico externo às exigências do contexto local faz sentido se lembrarmos que as expectativas criadas pela mudança de regime político haviam forjado um sentimento de insatisfação para com o país e, em especial, para com o “despreparo” da população frente aos novos tempos.

Tanto contemporâneos como aqueles que escreveram sobre o período apontaram para o amplo sentimento de insatisfação para com a nação existente na passagem do século. Políticos, cientistas e literatos como Euclides da Cunha e

Silvio Romero¹⁶ discutiram esta problemática que teve como uma de suas manifestações a instalação de um clima de intolerância para com as camadas mais pobres da população, consideradas como portadoras dos males que mantinham fora do alcance o almejado *status* de civilização. O diagnóstico era uma espécie de inadequação do “povo brasileiro” ao papel que dele era requisitado para poder ser cidadão de uma república e membro de uma civilização. O clima de intolerância foi assim retratado: “Afiml, a luta contra a ‘caturrice’, a ‘doença’, o ‘atraso’ e a ‘preguiça’ era também uma luta contra as trevas e a ‘ignorância’; tratava-se da definitiva implantação do progresso e da civilização.” (Sevcenko, 1983, p.33).

Civilização era uma palavra chave no discurso ideológico da época. Grande parte dos esforços práticos e discursivos expressavam o desejo de “aprontar” o Brasil para estar à altura da *belle époque*, época considerada, em geral, como o lado dourado do período que iria se encerrar com a Primeira Guerra¹⁷.

Cronistas, historiadores e cineastas cantaram e contaram os progressos de São Paulo na passagem do século, sua urbanização, o crescimento, a diversificação populacional e as realizações da cidade que começava a se tornar metrópole¹⁸. O novo cenário de mudança política, progresso material e

¹⁶Ver Romero, *Provocações e debates*, e Cunha, *À margem da história*. Tanto Silvio Romero, quanto Euclides da Cunha foram classificados como “homens de ciência”, por Scwarcz no livro *O espetáculo das raças*.

¹⁷Hobsbawn, referindo-se aos autores que escreveram sobre o período de 1875 a 1914, diz: “Os menos observadores e mais sentimentais tentam constantemente retomar os encantos de uma era que as lembranças das classes alta e média tenderam a ver através de uma névoa dourada: a assim chamada *belle époque*, ou “bela época”. Naturalmente, esse enfoque agradou aos produtores de espetáculos e da mídia, os figurinistas e outros fornecedores dos consumidores muito ricos. Talvez seja esta a versão do período com mais chances de ser conhecida do público através do cinema e da televisão”. *A Era dos Impérios*, p.21.

¹⁸Um exemplo é o filme “São Paulo, a sinfonia da metrópole”, produzido pela Rex Film em 1929, com direção, roteiro e fotografia de Rudolf Rex Lustig e Adalberto Kemeny. O anúncio de lançamento do filme, em 1929, dizia: “é a alma da cidade que você

modernização exigia uma população à altura. Esta tornou-se então o alvo daqueles que estavam investidos de autoridade para modificá-la, tornando-a mais saudável, instruindo-a, acostumando-a a viver em ordem e habilitando-a a promover o progresso do país a fim de que este atingisse o estágio de civilização.

Se instruir a população era um dos principais remédios receitados para dar cabo de sua inadequação aos projetos que pretendiam atualizar a nação de acordo com a cultura européia, pode-se dizer que o *Museu Paulista*, ao apresentar-se como instituição difusora da instrução, constituiu-se como uma peça componente do quebra-cabeças civilizatório.

A importância da presença do público

Se durante o período de organização do *Museu Paulista* algumas pessoas puderam visitá-lo apenas com a recomendação de alguma autoridade, uma vez organizada a instituição, instituiu-se inclusive por regulamento, que o acesso às coleções expostas no Museu seria mais democrático¹⁹, embora com cautelas:

fez com seu trabalho, cantando ao ritmo maravilhoso do mais formidável progresso. O romance da cidade: a labuta diária da grande massa anônima, que uma objetiva apanhou em flagrantes preciosos, sempre habilmente escondida dos olhos do grande público. É uma visão quase fantástica que se desenrola aos nossos olhos como um sonho, ora alegre, ora triste, mas sempre agradável porque mostra a cidade que nós construímos para orgulho nosso e para glória e exemplo do Brasil novo!". Este texto foi reproduzido no *folder* distribuído por ocasião da exibição da cópia restaurada do filme, no CINESESC, de 6 a 9 de março de 1997.

¹⁹Embora por regulamento, o acesso fosse mais democrático, permanecia o costume de receber pessoas especialmente autorizadas, como mostra o texto seguinte: "Foi para tal fim [regularizar a entrada do público] que o governo deu o respectivo regulamento e verbalmente obteve vossa autorização para abrir o Museu também nos dias feriados e outros quando julgar conveniente para pessoas recomendadas por cartão pelo governo, membros do governo e Congresso, diplomatas, deputados, senadores federais e mais pessoas de elevada posição sempre estou fazendo exceção se chegam na semana em dia em que o Museu não está aberto". Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, datado de 16/12/1896, Fundo Museu Paulista, pasta n.70.

“O Museu será aberto ao público em dias previamente determinados pelo diretor, de acordo com o governo, do meio dia às quatro horas. Durante este tempo tanto os serventes como as praças de polícia têm de achar-se às ordens do diretor. Será franqueada a visita do estabelecimento às pessoas decentemente vestidas, devendo os encarregados da vigilância atender a que não tenham ingresso menores, sem pessoas que os guiem, indivíduos ébrios ou acompanhados de animais e pessoas não decentemente vestidas.

Os visitantes deverão deixar com o porteiro as bengalas, guardasol etc. para poderem ter ingresso no edifício.” (*Regulamento do Museu Paulista*, 1894, p.9).

O público abrangia estudantes e professores das escolas elementares, secundárias, normais e de nível superior e a população de forma geral. Mais que permitido, o público seria requisitado e sua frequência constituiria objeto de estatística, marca da utilidade e importância social da instituição e objeto de disputa com as instituições congêneres, sendo publicado na imprensa o número de pessoas que frequentavam, mensalmente, o *Museu*.

A vulgarização da ciência e a instrução do público eram medidas em números, portanto, era preciso atrair as pessoas ao *Museu*. Exemplos de estratégias utilizadas foram a montagem de um esqueleto de baleia na entrada do *Museu* e a exposição de uma águia caçada e mantida viva, em gaiola. Ihering referiu-se a essa águia como a maior ave de rapina da América do Sul, registrou sua doação ao *Museu* e pediu ao governo para comunicar à imprensa que “[o museu recebeu] do Sr. Comendador José Umbelino Fernandes, residente em Caconde, um lindo exemplar vivo de Harpia (*Thrasyaetus harpyia* L.) que se acha exposto em uma grande gaiola, que mandei construir no pavimento inferior do monumento, tornando-se um ponto de grande atração dos visitantes.” (Ihering, 1902, p.3).

O vínculo do *Museu* com a História Pátria também era um atrativo para a população que participava de festas cívicas. De sua parte, a população também posicionava-se: havia a comissão de moradores do Ipiranga ou outras comissões, que reivindicavam o espaço do *Museu* e seus arredores para a realização de festas em homenagem à Independência ou mesmo piqueniques nos fins de semana. A praça em frente ao palácio do Ipiranga, especialmente depois de ajardinada, tornou-se um dos pontos mais procurados para os passeios de domingo. A preocupação com a presença do público era grande, como demonstram os pedidos de Ihering, requisitando a melhoria do transporte para o Museu ou a redução do preço das passagens dos bondes, pedidos que se redobravam nas vésperas da data da Independência.

Como o Museu instruiu

São muitos os ofícios entre o *Museu Paulista* e as escolas do Estado²⁰. As escolas pediam orientação sobre assuntos de História Natural, duplicatas de espécimes e números da *Revista do Museu Paulista*. Também visitavam o *Museu*, a fim de ver os objetos lá expostos.

No ano de 1894, o *Museu* nem havia sido inaugurado e já começava a receber visitas de estudantes. Em clima festivo, aprender era um prazer: “Aos 16 do mês [de agosto] chegou o Seminário dos Salesianos com 300 alunos e banda de música, para ver o monumento e as coleções históricas e de mamíferos”²¹.

²⁰São muitos os ofícios sobre o assunto, organizados no Fundo Museu Paulista.

²¹Arquivo Permanente do Museu Paulista, Fundo Museu Paulista, Grupo Direção e Administração, série: crônicas do Museu Paulista, Datas-limite: 1894-1921.

Após a inauguração, o *Museu* continuaria a lidar com as instituições escolares. Entre muitos exemplos: em 1896 cedeu vidros que representavam a metamorfose das rãs para a *Escola Normal*²² e recebeu pedido de espécimes para o grupo de Amparo²³. Em 1897, Ihering pediu e recebeu autorização para importar dez museus escolares de História Natural, da Alemanha²⁴. Esses museus escolares chegaram em janeiro de 1898, e um deles foi montado no *Museu* para ser exibido ao secretário do Interior, que deveria determinar a distribuição dos mesmos para as escolas do Estado. As escolas demonstraram interesse e os pedidos de museus escolares vieram de vários lugares. Foram contemplados, entre outros, os grupos escolares de Piracicaba, Botucatu, Tatuí e Lorena²⁵.

Os serviços prestados pelo *Museu* incluíam o fornecimento de materiais para estudo nas escolas. É o caso de um esqueleto humano e modelos anatômicos cedidos para as aulas de História Natural no Ginásio da capital e duplicatas de espécimes das áreas de zoologia, botânica e mineralogia para figurarem nas salas de estudo da Escola Politécnica da capital²⁶.

Solicitações variadas vinham, não somente de escolas, mas também de outros tipos de instituição. É o caso do *Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas* que pedia a ajuda de Ihering para a realização de seus “nobres fins”, os

²²Ihering faz referência a esta doação em ofício ao Secretário do Interior, datado de 12/8/1896. Fundo Museu Paulista, pasta n. 70.

²³Ofício do Secretário do Interior para Ihering, 26/9/1896: “Tendo o inspetor escolar do 19º Distrito solicitando a remessa de alguns espécimes para o museu escolar, que possam ser dispensados pelo Museu do Estado, a fim de aumentar a coleção existente no Grupo ‘Luiz Leite’ - de Amparo, recomendo-vos que me informeis sobre a possibilidade de satisfazer esse pedido”. Fundo Museu Paulista, pasta n. 70.

²⁴O ofício da Secretaria do Interior para Ihering, autorizando a importação dos museus escolares, data de 27/3/1897. Fundo Museu Paulista, pasta n. 70.

²⁵Os ofícios referentes à entrega desses museus escolares encontram-se na pasta de número 73 do Fundo Museu Paulista. Infere-se de um desses ofícios, que alguns desses museus haviam sido entregues no ano anterior.

²⁶Ver ofícios de 28/2/1900 e 16/1/1901. Fundo Museu Paulista, pastas 74 e 75.

quais estavam bem de acordo com o espírito de vulgarização científica que vigorava na época:

“Realizando semanalmente em seu vasto salão, sessões ordinárias em que são debatidas, em público, as questões de interesse geral e devendo instituir conferências de instrução popular, criar uma biblioteca pública, manter uma revista científica e organizar um museu, recebe o Centro toda e qualquer contribuição em livros, jornais, revistas, espécimes etc. para suas coleções, devendo toda dádiva constar de um livro especial (...)”²⁷.

Como instituição contemporânea, o *Centro* ajuda a mostrar a conjuntura que deu vida ao *Museu*. O primeiro dos objetivos do programa do *Centro* era “(...) promover entre os sócios o estudo e o desenvolvimento de todos os ramos das ciências, das letras, das artes, com especialidade das ciências naturais”²⁸.

O *Museu* se apresentava e era visto como uma instituição que contribuía com a instrução. Por ocasião da Exposição Nacional de 1908, Ihering viu e se interessou por uma coleção de peixes do Brasil, expostos no pavilhão de Inspeção de Matas, Jardins e Arborização do Distrito Federal, pedindo à prefeitura do Rio de Janeiro que doasse duplicatas dessa coleção ao *Museu Paulista*²⁹: “(...) tanto mais por se tratar de um estabelecimento que muito concorre para a instrução pública”³⁰.

²⁷Ofício do *Centro de Letras e Artes de Campinas* para Ihering, 30/4/1902. Fundo Museu Paulista, pasta n.77.

²⁸Ofício do *Centro de Letras e Artes de Campinas* para Ihering, 30/4/1902. Fundo Museu Paulista, pasta n.77.

²⁹Sobre o assunto, ver ofício de 14/9/1908 de Ihering para Barros Barreto, um dos responsáveis pela organização da Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro e que transmitiu o pedido de Ihering à prefeitura do Rio de Janeiro. Fundo Museu Paulista, pasta n.87.

³⁰Ofício da Comissão da Exposição do Estado de São Paulo para o prefeito do Rio de Janeiro, 25/9/1908. Fundo Museu Paulista, pasta n.87.

A resposta ao pedido de Ihering foi negativa, mas é ilustrativa dos esforços da época para vulgarizar a ciência. A Inspetoria não poderia doar a coleção de peixes porque pretendia usá-la como fundo de um museu da flora e fauna marítima e terrestre que iria formar. Este museu seria exibido ao público em exposições anuais, em um pavilhão de madeira de “atarrachar e desatarrachar”, de modo a ser armado facilmente em qualquer dos jardins públicos³¹. Um museu ambulante, portanto, para facilitar o contato com o público.

Sobre assuntos de instrução o *Museu* fazia contatos com diversos professores e instituições escolares também de fora do país, como a *California State Normal School* que escreveu ao *Museu* para intercâmbio de espécimes³².

A relação com as escolas continuaria por toda a administração Ihering, mas o entusiasmo inicial diminuiria bastante. Se, em 1909, o *Museu* cedeu duplicatas para o museu da *Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*³³ e no ano seguinte foi autorizado a preparar uma coleção de duplicatas para o colégio das irmãs de Santa Igenez³⁴, em 1913 seu diretor continuava atendendo alguns pedidos de escolas, mas afirmava: “(...) o Museu atualmente não tem compromisso algum com relação a coleções escolares (...)”³⁵.

³¹Ofício da Inspetoria de Matas, Jardins e Arborização para o prefeito do Rio de Janeiro, 29/9/1908. Fundo Museu Paulista, pasta n.87.

³²Ofício de Jesse F. Mills Paugh, presidente da *California State Normal School* de Los Angeles, 7/10/1912. Fundo Museu Paulista, pasta n.95.

³³A *Escola* já possuía um museu e precisava de duplicatas como mostram as palavras de Ihering: “Em resposta ao ofício n.10 de 5 do corrente, da Secretaria da Agricultura, sobre material em duplicata ... que possa servir ao museu da *Escola Agrícola 'Luiz de Queiroz'*, tenho a informar a V.E. que de fato temos objetos em duplicata que poderão servir perfeitamente para o museu dessa Escola, os quais estarão ao dispor do mesmo mediante ordem de V.E.”. Ofício de 15/1/1909. Fundo Museu Paulista, pasta n.88.

³⁴Ofício do Secretário do Estado para Ihering, 5/2/1910. Fundo Museu Paulista, pasta n.90.

³⁵Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 16/10/1913. Fundo Museu Paulista, pasta n.97.

O *Museu Paulista*, criado sob o impacto da mudança de regime político e organizado sob os ventos da ideologia republicana, propôs-se a atuar no campo da instrução. Para desempenhar esta tarefa, foram organizadas as coleções de exposição e foram fornecidas informações e materiais para instituições escolares em todos os níveis. Do *Museu* o “cidadão” deveria sair mais instruído do que era ao entrar. Mas, com o tempo, os esforços nesse campo arrefeceram.

2.d Atividades científicas

Nos relatórios do *Museu Paulista* constava o item “atividades científicas”. O que este título incluía? Todos os trabalhos relacionados com a “exploração da natureza” e com a organização das coleções: aquisição de materiais, através de compra, permuta, doação e excursões científicas dos funcionários; classificação e determinação científica desses materiais; aplicação prática desses conhecimentos no campo da agricultura; preparação de catálogos; a publicação da revista do *Museu* e publicações de artigos em outros periódicos; a realização de conferências e a participação em certames científicos.

As coleções de História Natural

A base das atividades de um museu de História Natural era constituída pela coleta, estudo, conservação e organização de objetos da natureza em coleções. Para Sheets-Pyenson: “à verdadeira medida da importância de um museu era a excelência das suas coleções.” (Sheets-Pyenson, 1986, p.289).

O número e a qualidade dos espécimes que compunham as coleções eram utilizados como medida do prestígio de um museu. A importância da quantidade vinculava-se à herança iluminista que atribuía à História Natural a missão de estudar toda a natureza do planeta. Os cientistas, tomados por uma ambição enciclopédica, tentavam enquadrar a diversidade natural em coleções arranjadas dentro de prédios que vieram a ser definidos como “catedrais da ciência”³⁶ num paralelo com a grandiosidade que tivera, antes, a religião. Os diretores dos museus contavam suas aquisições aos milhares. Sheets-Pyenson, num artigo sobre o desenvolvimento dos museus coloniais no final do século XIX, dá um exemplo desse afã pelos números: “o gigante da época era talvez o Museu Nacional em Washington, D.C., com mais de três milhões de itens no começo dos anos 1890.” (Sheets-Pyenson, 1986, p.294).

O tamanho das coleções servia inclusive para que os museus medissem forças, num cenário científico que comportava tanto o intercâmbio e a cooperação, quanto a competitividade. Mas não eram só os números que contavam. Situados na periferia das correntes científicas que ditavam os modelos, os museus menores não conseguiam bater os grandes em matéria de números e procuravam diferenciar-se, organizando coleções especializadas em exemplares da fauna e da flora locais.

As coleções de História Natural do Museu Paulista

³⁶Esta expressão faz parte do título do artigo de Sheets-Pyenson: “Cathedrals of science: the development of colonial natural history museums during the late nineteenth century”.

No caso do *Museu Paulista*, houve, desde o início, a proposta de especialização em coleções nativas. Na sua área científica mais proeminente - a zoologia - isto significaria: “(...) coligir materiais dos quais mais tarde será possível organizar um quadro exato e completo do reino animal do Estado.” (Ihering, 1897, p.6-7).

Mas as coleções do *Museu* não se restringiriam a exemplares do reino animal, nem só ao estado de São Paulo. O artigo primeiro do seu *Regulamento* estendia seus estudos a um espaço geográfico mais amplo, ambicionando atualizar estes estudos com métodos modernos: “O *Museu Paulista* tem por fim estudar a história natural da América do Sul e em particular do Brasil, cujas produções naturais deverá coligir, classificando-as pelos métodos mais aceitos nos museus científicos modernos e conservando-as, acompanhadas de indicações, quanto possível, explicativas, ao alcance dos entendidos e do público.” (*Regulamento do Museu Paulista*, 1894, p.3).

O artigo segundo acrescentava o homem como objeto de estudo: “o caráter do Museu em geral será o de um museu Sul-americano, destinado ao estudo do reino animal, de sua história zoológica e da história natural e cultural do homem” (*Regulamento do Museu Paulista*, 1894, p.4). No discurso de inauguração, Ihering confirmaria o campo a ser coberto: “(...) o fim destas coleções é dar uma boa e instrutiva idéia da rica e interessante natureza da América do Sul e do Brasil em especial, como do homem sul-americano e de sua história.” (Ihering, 1895, p.20).

Estudando o homem, buscava-se, entre outras coisas, dar resposta a uma das questões candentes da ciência na época: descobrir a origem do homem americano. Não só o *Museu Paulista*, mas outros museus brasileiros procuraram

rastrear as pegadas que reconstituiriam a história do homem americano. A questão circulava entre os ilustrados do país e foi assim colocada por José Veríssimo³⁷:

“Nesta parte da América passou-se, senhores, um desses dramas obscônditos e esquivos às investigações ainda dos mais sagazes estudiosos, que vem se passando no seio da Humanidade desde que ela surgiu de seus princípios obscuros e impenetráveis. Nesta região, raças cuja origem se ignora, cuja filiação se desconhece, cuja história se não sabe, existiram, viveram, lutaram, deixando vestígios que lançam a cada passo a dúvida, a hesitação, a contradição no campo das investigações científicas, criando e destruindo na antropologia e na etnografia hipóteses e generalizações.

Quem sabe, senhores, se aqui não está a chave de um dos enigmas mais excitantes da curiosidade científica destes tempos: a origem do homem americano? Quem sabe se os *mounds* de Maracá e de Marajó, cujo estudo não foi ainda com todo o rigor científico feito, quem nos diz que *muirakitan*, os restos da maravilhosa cerâmica dessa gente apenas sabida, não nos dará um dia um elemento importante à solução desse problema?” (Veríssimo, 1891/1896, p.7).

No espaço dessas discussões científicas entrava o *Museu Paulista*, onde organizaram-se coleções de zoologia, botânica, geologia, arqueologia, antropologia e etnologia³⁸. Dentre estas disciplinas, graças à especialidade de seu diretor³⁹, a zoologia sobressaiu e reinou nas salas de exposição, de estudos e nos laboratórios do palácio do Ipiranga⁴⁰.

³⁷José Veríssimo atuou no campo da literatura e da crítica literária, tendo sido Diretor Geral da Instrução Pública no Estado do Pará, cargo que ocupava na época que fez o discurso citado.

³⁸Ao contrário do *Museu Nacional* e do *Museu Paraense*, no *Museu Paulista* não havia uma divisão formal das disciplinas em seções científicas.

³⁹No início de sua carreira Ihering dedicara-se à antropologia e suas primeiras publicações, em 1872, versaram sobre a formação do crânio humano, craniometria e temas congêneres. A partir de 1874 passou a ocupar-se com a filogenia dos moluscos, passando para o campo da zoologia, a partir de então.

⁴⁰Os índices da *Revista do Museu Paulista* mostram a predominância absoluta dos artigos de zoologia, dos quais, a maior parte foi escrita pelo diretor do *Museu*.

Formas de aquisição de exemplares para as coleções

Uma das formas de aumentar as coleções era através das atividades do naturalista-viajante que tinha como uma de suas obrigações, escrever um diário. Ernesto Garbe desempenhou essa função durante muitos anos para o *Museu Paulista* e foram muitos os relatos que fez, falando das dificuldades que enfrentava no trabalho de campo: dependência da ajuda das populações locais; dificuldade para arranjar ajudantes, pois estes tinham medo dos índios; ataque dos índios; febres; doenças dos ajudantes; despesas; falta de verbas; chuvas; rios cheios; roupa úmida; sapatos gastos⁴¹. Havia também complicações para obter novas espécies que escasseavam como resultado do desmatamento⁴². O progresso que tinha na ciência um de seus pilares começava a dificultar os movimentos dessa mesma ciência: “Nos 9 anos que eu estava ausente, a situação do país se desenvolveu em nosso prejuízo. As matas onde eu caçava antas e onças estão parcialmente derrubadas dando lugar a grandes plantações. As poucas matas que sobram estão cheias de estradas em todas as direções e muita gente aqui se estabeleceu. Assim as caçadas não têm mais vez”⁴³.

Além da atuação do naturalista-viajante, havia outras formas de aumentar as coleções: doações, compras e permutas. As doações mostram que além dos cientistas, havia outros interessados no *Museu* e suas ciências. Eram doadores,

⁴¹As cartas de Garbe a Ihering estão organizadas no Fundo Museu Paulista.

⁴²A relação entre o progresso e a destruição do meio ambiente é discutida em Dean, *A ferro e fogo*.

⁴³Garbe para Ihering, 5/3/1910. Fundo Museu Paulista, pasta n.90.

tanto particulares - grande número com sobrenome estrangeiro - quanto instituições. Entre os particulares, figuravam desde um presidente da República que enviou uma medalha comemorativa, até um juiz de direito de Xiririca que enviou dois estalactitos⁴⁴. As doações eram, em sua maioria, de ciências naturais, embora quadros e objetos históricos estivessem sempre chegando ao museu.

Quanto às instituições, fizeram não só doações, mas trabalhos e permutas. Relacionaram-se com o *Museu*, tanto instituições de fora do país - museus de La Plata, Montevideu e Londres, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - como nacionais - Comissão Geográfica e Geológica, Instituto Bacteriológico, Seminário Episcopal, etc.

Para incrementar as coleções, Ihering tentou outros expedientes. Em 1899, enviou ofício ao governo do Rio Grande do Sul, propondo receber 12 contos de réis por ano para instruir preparadores e fazer coleções que preenchessem as lacunas do conhecimento sobre o Rio Grande do Sul. Única exigência: metade do material coletado deveria ir para o *Museu Paulista*. Como referência dizia não haver ninguém que tivesse o conhecimento e a experiência sobre a fauna do Brasil meridional como ele que a estudou por mais de 12 anos com grandes sacrifícios pessoais e sem pedir o mínimo favor ou coadjuvação do estado⁴⁵.

Embora adquiridos através de meios diversos e oriundos de diferentes localidades, uma vez no *Museu* os exemplares eram estudados e organizados sistematicamente em coleções.

⁴⁴Informações tiradas da *Revista do Museu Paulista*, 1902, p.4-5. Para ter uma idéia mais completa das doações, ver os relatórios publicados nessa revista, pois estes continham o rol dos objetos doados e os nomes dos doadores.

⁴⁵Ofício de Ihering para o governo do Rio Grande do Sul, 10/5/1899, Fundo Museu Paulista, pasta n.73.

Para realizar os trabalhos, havia o diretor, o zelador ou custos⁴⁶, o naturalista viajante, o preparador, o amanuense, o porteiro e o servente. É importante notar que o lugar de entomologista foi ocupado logo no início⁴⁷, pois, como veremos, a entomologia e sua aplicação econômica representariam um dos pontos fortes das atividades do *Museu*, constituindo um elo de ligação entre as ciências nele desenvolvidas e o contexto local.

Ciências aplicadas

As ciências do *Museu* tiveram mais de uma utilidade, servindo tanto para a elaboração de teorias, quanto para fins mais imediatos como a agricultura, cuja importância econômica dera, em tempos antigos, e ainda dava, tempos gloriosos à História Natural. Como veremos, na história do *Museu Paulista* a agricultura não representou o papel de simples figurante.

Depois de criado, em 1893, o *Museu* ficaria subordinado à Secretaria dos Negócios do Interior até 1931⁴⁸. Apesar do vínculo administrativo, o *Museu*

⁴⁶O cargo de zelador ou “custos”, como também era denominado, já existia relacionado à organização da Coleção Sertório, mas somente foi oficializado e regulamentado com a criação do Museu Paulista em 1893. O exercício do cargo requeria um zoologista com aprendizado também em botânica para funções científicas, administrativas e de supervisão da conservação das diversas coleções. O cargo foi extinto em 1925, com a reforma administrativa que desmembrou suas atribuições.

⁴⁷Conforme ofício de 11 de julho de 1896, o entomologista foi contratado a 31 de agosto de 1895. Todas as contratações para o lugar de entomologista, feitas entre os anos de 1894 e 1925, não preencheram cargos regulamentados por lei, portanto, o cargo a que se refere este verbete não foi criado oficialmente. Para obter informações sobre os cargos, suas denominações e atribuições ao longo da trajetória do *Museu*, consultar *Evolução Institucional do Museu Paulista, 1891-1893*, São Paulo, *Museu Paulista*, 1992. Ver também o *Regulamento do Museu Paulista do Estado de São Paulo*, São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1894.

⁴⁸*Evolução Institucional do Museu Paulista, 1891-1963*, São Paulo, *Museu Paulista*, 1992. A partir de 1931, o *Museu* passará para a Secretaria de Estado da Educação e da Saúde.

exerceu, desde o princípio, atividades a chamado da Secretaria da Agricultura e de instituições como a Sociedade Nacional de Agricultura. Os problemas agrícolas entraram na pauta do *Museu*, em 1894 - antes mesmo da inauguração - quando Ihering foi nomeado⁴⁹ membro de uma comissão encarregada de estudar uma peste agrícola- a filoxera⁵⁰.

Dá por diante, Ihering participaria de outras comissões encarregadas de estudar e resolver problemas da lavoura ou a ela relacionados:

“A Sociedade Nacional de Agricultura nomeia-me seu sócio honorário e membro de uma comissão composta de altas capacidades para estudar um projeto que deverá ser apresentado ao governo da União, a fim de impedir a importação de pestes terríveis para a nossa lavoura. Comunico-vos portanto que aceito tão elevado cargo, cumprindo sempre o dever de patriota, comprometendo-me a fazer tudo (...) para o progresso da lavoura do nosso país”⁵¹.

A legislação agrícola, portanto, também esteve entre as preocupações de Ihering, às voltas com a regulamentação das importações e exportações na área⁵². Sobre o tema dirigiu-se a diversas autoridades, como o presidente do Paraná, a

⁴⁹Segundo o Novo Dicionário Aurélio, filoxera é um inseto homóptero, da família dos *filoxerideos*, praga da videira. Seu ataque produz galhas em folhas, gavinhas e brotos, e prejudica ainda mais as raízes. É também a doença causada na vinha por este inseto.

⁵⁰Ihering faz referência a essa nomeação no diário que escreveu de 1894 a 1895, relatando as atividades do *Museu*. Fundo Museu Paulista.

⁵¹Ofício de Ihering para José Cardoso de Moura Brasil, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, 30/1/1897. Fundo Museu Paulista, pasta n. 71.

⁵²Em 1899, por exemplo, a Sociedade Nacional de Agricultura voltava a convidar Ihering para participar de uma comissão para formular um programa de lei a ser apresentado ao governo para combater a filoxera. Os demais membros da comissão eram o Barão de Capanema, Luís Pereira Barreto, Eduardo Prevost, Germano Vert, Campos da Paz e Aristides... (não foi possível decifrar no documento, o sobrenome deste membro da comissão). Ofício da Sociedade Nacional de Agricultura para Ihering, Rio de Janeiro, 26/1/1899. Fundo Museu Paulista, pasta n.73.

quem escreveu, em 1896, pedindo informações sobre leis e regulamentos relativos à colheita e exportação da erva-mate⁵³.

Em 1898, Ihering enviou ao presidente da República, Prudente de Moraes, uma cópia do estudo que fizera - sobre pulgões - junto a um ofício, no qual apelava: “Seria tempo de providenciar para salvar a agricultura do país dessas importações perigosas”⁵⁴. Afirmava ser conveniente que as alfândegas da República proibissem a importação de plantas vivas e frutas até que se elaborasse uma lei respectiva e sugeria que o Ministério da Agricultura contratasse um entomologista. A resposta aos seus apelos emperrou nas engrenagens governamentais: para a contratação do entomologista não havia verbas; quanto à proibição da importação seria necessário consultar a Secretaria da Fazenda⁵⁵.

Ihering continuaria tentando abrir espaço para que um cientista tivesse poder de decisão sobre assuntos agrícolas, na esfera governamental. Como referencial, usava os Estados Unidos:

“O serviço agrônômico nos Estados Unidos da América, tanto central, como nos estados é tão excelente que ao meu ver, nesse sentido, não há país mais adiantado e sempre ali, é ligado com este ramo da administração pública a função de especialistas em entomologia para examinar e debelar as doenças vegetais. Aqui, infelizmente, não temos leis, nem federais, nem estaduais, para impedir a introdução de plantas infeccionadas, nem ao menos tem o Ministério da Agricultura às suas ordens, o auxílio competente de um entomologista (...)”⁵⁶.

⁵³Ofício de Ihering para o presidente do Estado do Paraná, datado de 16/11/1896. Fundo Museu Paulista, pasta n.70.

⁵⁴Ofício de Ihering para o presidente da República, Prudente de Moraes, 11/3/98. Fundo Museu Paulista, pasta n.72.

⁵⁵Ofício de Ihering para o presidente da República, Prudente de Moraes, 11/3/98. Fundo Museu Paulista, pasta n.72.

⁵⁶Ofício de Ihering para G.N. Smith, representante da Cia de plantas vivas, 30/6/1898. Fundo Museu Paulista, pasta n.72.

São Paulo constituiria exceção: “Observo, entretanto, que o governo do Estado de São Paulo, nesse sentido, acha-se em condições mais lisonjeiras, tendo a sua disposição o *Instituto Agrônomo de Campinas* e o *Museu do Estado [Museu Paulista]* com seção entomológica”⁵⁷.

Entre as atividades do *Museu* relacionadas à lavoura, a que mais se destacou foi a entomologia econômica. Os trabalhos feitos tiveram sob sua mira: a filoxera, que prejudicava o programa das vinhas; as pragas do café; os piolhos das laranjeiras e jaboticabeiras.

Na *Revista do Museu Paulista* saíram artigos como “Os piolhos vegetais (*Phytophthires*) do Brasil” (1897) e “A doença das jaboticabeiras” (1898) de Herman von Ihering; “Notas sobre *Capulinia Jaboticabae* Ihering” (1898) e “As *Coccidas* brasileiras” de A. Hempel e “Três *Chalcididas* parasitas do bicho do café” (1914) de Rodolpho von Ihering. A demanda era grande, como provam as diversas revistas voltadas para temáticas relacionadas à lavoura, nas quais os cientistas também publicaram: “Prejuízos causados em São Paulo às laranjeiras por piolhos vegetais” (1899) na *Revista Agrícola*; “As brocas e a arboricultura” (1909) no *O Entomologista Brasileiro* e no *Boletim de Agricultura*; “Os insetos nocivos da figueira” (1911) na revista *Chácaras e Quintaes*, todos três da autoria de Hermann von Ihering.

Com a supressão do cargo de entomologista do *Instituto Agrônomo de Campinas*, a situação teria piorado, mas a importância do *Museu* aumentou, já que agora combatia sozinho na luta contra as pragas: “Na organização atual do estudo e ensino da agricultura neste estado, a falta de um serviço entomológico é lacuna

⁵⁷Ofício de Ihering para G.N.Smith, representante da Cia. de plantas vivas. 30/6/1898. Fundo Museu Paulista, pasta n.72.

sensível, sendo suprimido o respectivo lugar do *Instituto* em Campinas, que aliás nunca foi enchido, de modo que é sempre ao *Museu* que todos que precisam de informações se dirigem, inclusive o *Instituto de Campinas*⁵⁸.

Eram muitas as consultas sobre problemas agrícolas. Uns pediam mudas, outros enviavam larvas, ninfas, insetos, galhas, bagas, pragas para serem estudados. O Intendente do Município de Tatuí enviou lagartos, borboletas, ninfas e ovos apanhados em algodoads, elogiando o interesse de Ihering pela extinção de uma praga que causava desânimo e pedindo dados e ensinamentos⁵⁹; a Secretaria da Agricultura fez ofertas⁶⁰ e consultas⁶¹ como, por exemplo, sobre um inseto nocivo aos cafeeiros⁶² e sobre uma praga que atacara uma plantação de trigo em São Bernardo⁶³; o *Instituto Agrônomo de Campinas* pediu estudos sobre coleópteros que estragavam o café⁶⁴. De sua parte, Ihering sugeriu à Secretaria da Agricultura que publicasse boletins informativos sobre pestes agrícolas⁶⁵.

⁵⁸Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 12/9/1898. Fundo Museu Paulista, pasta n. 72.

⁵⁹Ofício do Gabinete do Intendente Municipal de Tatuí para Ihering, 31/5/1899. Fundo Museu Paulista, pasta n.73.

⁶⁰Entre as diversas doações da Secretaria da Agricultura consta uma antiga monografia sobre o café.

⁶¹Era normal a Secretaria enviar insetos ao *Museu*, pedindo informações sobre sua vida, hábitos e outros pormenores ou então pedindo “notícia científica” sobre os mesmos. É o caso do ofício enviado a Ihering em 16/5/1904, Fundo Museu Paulista n. 81.

⁶²“Tendo-se manifestado, ultimamente, em cafeeiros deste Estado, um coleóptero que ataca as preciosas rubiáceas logo após a maturação, remeto-vos, em nome do Sr. Dr. Secretário, a fim de que procedais ao necessário estudo e classificação, diversos bagos do fruto danificado e, bem assim, alguns exemplares do inseto destruídos.

Atendendo à importância do assunto, peço-vos enviar a esta secretaria, o mais breve possível o resultado das vossas experiências”. Ofício da Secretaria da Agricultura de São Paulo, 09/4/1901. Fundo Museu Paulista, pasta n.75.

⁶³Ofício da Secretaria da Agricultura para Ihering, 9/9/1901, Fundo Museu Paulista, pasta n. 76.

⁶⁴Ofício do *Instituto Agrônomo de Campinas* para Ihering, 17/9/1901, Fundo Museu Paulista, pasta n. 76.

⁶⁵Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 30/3/1905. Tratando da incidência de uma praga nas frutas, Ihering apresentava o trabalho de seu filho, Rodolpho von Ihering sobre o assunto e concluía: “Infelizmente cheguei a conclusão de que esta peste está com tendência a aumentar e nestas condições creio que será de toda conveniência para a Secretaria da Agricultura de dedicar ao assunto um boletim especial, acompanhado de

As consultas sobre questões agrícolas vinham também de outros estados e países. O *Museu* teve, entre seus correspondentes, instituições como o *College of Agriculture of New Mexico*; o *Havai Board of Commissioner of Agriculture and Forestry, Superintendent of Entomology*; a *University of California, Department of Entomology*; o *U.S. Department of Agriculture, Bureau of Entomology*; o *Agriculture Department of South Africa*; o *Museu Entomológico Alemão*⁶⁶.

O interesse de Ihering estendeu-se à formação de profissionais para atuarem na agricultura. Mais uma vez, foi para os Estados Unidos que se voltou, pedindo informações ao Departamento de Agricultura daquele país sobre colégios, onde estudiosos de São Paulo e do Brasil pudessem receber instrução em agricultura prática e trabalhos de estação experimental⁶⁷.

A forte ligação com as questões agrícolas mostra que as ciências do *Museu* foram requisitadas para solucionar os problemas do Brasil ainda essencialmente agrícola do final do século XIX, colocando em xeque a afirmação, segundo a qual somente com a criação do Instituto Biológico em 1927, a ciência chegaria ao campo⁶⁸. Mas, talvez por não constar entre as pretensões declaradas oficialmente pela instituição, a atuação do *Museu* nessa área não encontra-se registrada nos trabalhos sobre a instituição.

desenhos instrutivos a fim de ser distribuído aos que entre nós se interessam pela floricultura”, Fundo Museu Paulista, pasta n. 82.

⁶⁶É extensa a lista de instituições com as quais o *Museu* estabeleceu contato. A correspondência encontra-se organizada no Fundo Museu Paulista.

⁶⁷Ofício do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para Ihering, 9/9/1899, Fundo Museu Paulista, pasta n.73. Não consegui encontrar documentação que mostrasse se essa idéia se concretizou.

⁶⁸Cf. Ribeiro, História, Ciência e Tecnologia – 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da agricultura (1927-1997).

A “ciência pela ciência”

Parte integrante do cenário institucional republicano, o *Museu Paulista* esteve sujeito às injunções econômicas daqueles que tinham autoridade e verbas para criar e sustentar a instituição. Isto levou seu diretor, que tinha outros interesses, a queixar-se da ânsia pelos resultados práticos: “Infelizmente o culto das ciências naturais ainda está em fase atrasada e infantil no Brasil, onde em geral se deseja ver resultados práticos dos estudos científicos, isto é sua utilidade imediata.” (*Revista do Museu Paulista*, 1911, p.23).

Ihering voltaria a se posicionar, defendendo os estudos científicos sem aplicações imediatas ou a “ciência pura”⁶⁹ como se dizia na época:

“Não é certamente só isto que aspiramos nós outros, que cultivamos as ciências naturais. Como qualquer outro ramo da biologia, a zoologia requer um estudo exaustivo, aprofundado em todos os detalhes, quer sejam estes conhecimentos diretamente aproveitáveis pelas outras ciências ou artes, quer não. Nem mesmo é possível prever em caso algum, que serviços nos possam prestar tais noções; não raro muito indiretamente uma observação acurada vem esclarecer dúvidas em se tratando de investigar problemas às vezes muitíssimo diversos na aparência.” (Ihering, 1914, p.21).

Mas, mesmo que não na medida desejada, o *Museu* funcionou como suporte para estudos que não visavam aplicação imediata. Lá, Ihering desenvolveu estudos de zoogeografia, em busca de confirmação para suas teorias sobre a temática da antiga ligação entre os continentes americano e africano. Seu trabalho

⁶⁹Sobre a concepção de “ciência pura” na época, ver Alves: O movimento pela ciência pura e a Academia Brasileira de Ciências.

sobre o assunto foi publicado com o título *Archhelenis und Archinotis*⁷⁰. Sobre esses estudos declarou, em 1916: “Tendo por meio de estudos zoogeográficos chegado à convicção de que o Brasil na época secundária e um começo da terciária, estava ligado à África, fui levado à conclusão que na primeira metade da época terciária o oceano Atlântico não existia (...)”⁷¹.

Estes estudos teriam provocado uma discussão “(...) particularmente vivaz e intensa nos vários setores da zoologia.” (Ihering, citado por Losano, 1992, p.90)

Em 1909, Fritz Ohaus⁷² lhe escreveria:

“O senhor já deve ter estranhado, qual seria a razão do meu silêncio e vai estranhar mais quando eu lhe disser que entre os motivos está o seu livro ‘Archhelenis und Archinotis’. Não que seja contrário às opiniões ali desenvolvidas (...) Pelo contrário, a leitura interessou-me tanto, que imediatamente peguei as minhas Rutelides para pesquisar no sentido, que apoio eu encontraria em vista das suas opiniões”⁷³.

Com os olhos voltados para o que acontecia em matéria de ciências naturais nos Estados Unidos e na Europa, Ihering informava-se através da correspondência com cientistas e instituições estrangeiras. Às vezes, de maneira

⁷⁰Entre 1887 e 1907, Ihering foi elaborando uma teoria pessoal sobre a origem do continente sul-americano. Em contraposição à doutrina dominante de Wallace, segundo a qual os oceanos eram dados geográficos imutáveis, os estudos zoogeográficos de Ihering procuravam demonstrar a separação da parte centro-setentrional do continente sul-americano da África, ao passo que a parte meridional ter-se-ia separado de um continente antártico. Chamava de *Archhelenis* o originário continente afro-brasileiro e de *Archinotis* o continente antártico-sul-americano. Destes nomes deriva o enigmático título do volume no qual, em 1907, reuniu seus principais ensaios de zoogeografia”. Losano, Um precursor da ecologia no Brasil, p.90.

⁷¹Ofício de Ihering para Comissão Inspectora do *Museu Paulista*, 6/4/1916. Fundo Museu Paulista, pasta n.102

⁷²Fritz Ohaus, entomólogo, foi presidente da Sociedade de Entomologia Alemã e redator da revista da Sociedade.

⁷³Carta de Fritz Ohaus para Ihering, 28/3/1909. Fundo Museu Paulista, pasta n.88.

bastante informal e até mesmo divertida, como no caso dos debates sobre nomenclatura que Fritz Ohaus comentava:

“O que diz o senhor do procedimento de Brauer contra os rígidos homens-princípios, respectivamente os puristas dos princípios prioritários na nomenclatura? É difícil ‘cavalgar’ princípios e são mais cabeçudos do que mulas; o principal é que vamos em frente, se é por mula ou canoa, não importa, e é melhor indexar um alfarrábio incômodo do que perder o valioso tempo, inutilizando bons livros só porque a nomenclatura não corresponde mais às exigências da prioridade”⁷⁴.

Outro tema de “ciência pura”, pelo qual havia interesse era a a “origem do homem americano”. Ihering chegou a programar um ciclo de conferências sobre o assunto que apesar de não realizadas, dão idéia daquilo que o cientista considerava importante mostrar ao público:

“O ciclo das conferências projetadas tratará da idade e da história mais antiga do homem particularmente na América Meridional e isto do modo seguinte:

- 1º. História geológica da América Meridional e a origem de sua fauna.
- 2º. Cultura primitiva, especialmente da idade da pedra.
- 3º. Casos fósseis do homem e de seus precursores.
- 4º. Pré-história antiga do homem na Argentina e no Brasil”⁷⁵.

O papel do Museu como base para os estudos de Ihering aparece na fala deste cientista, ao fazer uma avaliação de sua relação com a instituição, em 1916: “Não foi o Museu que deu prestígio a mim, mas eu que dei prestígio ao Museu. O que tenho de agradecer ao governo do estado de São Paulo é a possibilidade de ter

⁷⁴Carta de Fritz Ohaus para Ihering, Steglitz-Berlim, 11/7/1912, Fundo Museu Paulista, pasta n.94.

⁷⁵Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 23/9/1909, Fundo Museu Paulista, pasta n.89.

podido reunir valiosas coleções biológicas e dispor de auxiliares escolhidos e em parte formados por mim”⁷⁶.

O *Museu* deu prestígio a Ihering ou Ihering deu prestígio ao *Museu*? Sob a ótica da história o que houve foi um encontro de estratégias políticas e científicas que forjaram tanto a existência do *Museu*, quanto o prestígio de seu diretor.

A Botânica no Museu Paulista

Antes que o *Museu Paulista* fosse criado, ainda no tempo em que as coleções particulares de Sertório eram vistas como núcleo para um museu oficial, um dos seus organizadores, como vimos, foi o botânico Loefgren. É possível que se este tivesse continuado à frente do *Museu*, em função de sua especialidade e do personalismo comum na época, a Botânica tivesse tido mais importância na nova instituição. Mas, mesmo não tendo papel principal, a Botânica faz parte da história do *Museu*.

Logo após a criação do *Museu*, houve a intenção de implantar uma seção de botânica, conforme está registrado no primeiro número da *Revista do Museu Paulista*. Nesta revista foi publicado o artigo de P. Taubert, “O fim e a disposição de um museu botânico” (1895), contendo informações sobre a melhor forma de organizar um museu para expor espécimes da flora. Ihering pediu as informações e acrescentara ao artigo de Taubert uma pequena apresentação:

“Pareceu-me sempre que a exposição de objetos, tão vantajosa para o reino animal e mineral, não o é de mesmo modo para o reino vegetal, sendo o modo mais próprio de expor este ao público, o

⁷⁶Ofício de Ihering para a Comissão Inspetora do *Museu Paulista*, 6/4/1916, Fundo Museu Paulista, pasta n. 102.

jardim botânico. Sabendo, porém, que na Europa existem Museus botânicos e desejando o Governo do Estado completar a organização do Museu Paulista também neste sentido dirigi-me ao Ill. Sr. Dr. P. Taubert, ajudante do Museu Botânico de Berlim, pedindo informações, (...)" (Ihering, 1895b, p.161).

Esse interesse inicial não teve correspondência na prática e a botânica só seria contemplada em 1906, com a criação de um herbário e de um horto botânico⁷⁷. O primeiro, instalado em seis salas do andar superior da torre do *Museu*, iria aumentar com a transferência das seções de botânica da *Escola Politécnica* e da *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*. O segundo foi criado nos terrenos do *Museu*, mas ainda era tido como incompleto em 1917⁷⁸. Nesses locais armazenavam-se sementes, plantavam-se espécies úteis e decorativas, realizavam-se pesquisas de tipos de madeiras e suas aplicações, entre outras atividades.

Em 1915, a Secretaria da Agricultura ofereceria ao *Museu Paulista*, a seção de botânica extinta quando da reorganização da Secretaria. A "valiosíssima coleção" deveria ser "aproveitada" no *Museu*, onde seria estudada "em prol da ciência nacional"⁷⁹. Na época, Ihering também escreveria ao Secretário do Interior, propondo a aquisição das duplicatas do herbário do *Museu Paraense*. A soma desses herbários formou a seção botânica constituída legalmente quando da reorganização administrativa do *Museu*, em 1925.

⁷⁷Cf. Luederwaldt, O herbário e o Horto Botânico do Museu Paulista, p.287-311.

⁷⁸Em 1918, o entomólogo do *Museu*, Luederwaldt dizia ser necessário "(...) concluir a organização do horto botânico e abri-lo ao público". Também afirmava: "Até agora nunca estive o horto botânico no Ipiranga franqueado, como acima dissemos, ao público. Para o fazer, devíamos concluir a sua organização definitiva.", O herbário e o Horto Botânico do Museu Paulista, p.291 e 310.

⁷⁹Ofício da Secretaria da Agricultura para a Secretaria do Interior, 2/2/1915; ofício da Secretaria do Interior para Ihering, 17/2/1915; ofício da Secretaria da Agricultura para Ihering, 1/3/1915, Fundo Museu Paulista, pasta n.100.

Essas aquisições que traziam para o *Museu* as coleções botânicas descartadas por outras instituições expressavam a tendência à especialização das ciências que atingiriam, um pouco mais tarde, o próprio *Museu*, que teria sua própria seção botânica transferida em 1927, marcando o início do desligamento das coleções de História Natural do palácio do Ipiranga.

O índio como objeto de estudo

Da mesma forma que a fauna, a flora e os minerais, o índio e sua cultura foram alvo dos estudos científicos realizados no *Museu*. As tribos sobreviventes, as tribos em extinção e as reminiscências daquelas já desaparecidas eram objeto de interesse inclusive como documentos dos distintos estágios por que passaria a humanidade rumo à evolução e como possibilidade de encontrar uma resposta para a questão sobre a origem do homem.

Ihering iniciara sua carreira como cientista, estudando antropologia. Suas primeiras publicações em 1872 versaram sobre a formação do crânio humano, craniometria e temas correlatos. A partir de 1874, passou para o campo da zoologia, ocupando-se com a filogenia dos moluscos, mas manteve seu interesse pela antropologia como mostra sua atuação no *Museu*.

No primeiro volume da revista do *Museu*, Ihering já publicava um estudo de sua autoria, intitulado “A civilização pré-histórica do Brasil Meridional” (1895). Mais tarde, num outro artigo, Ihering colocava a necessidade de superar as dificuldades e estudar as tribos indígenas:

“O estudo das tribos indígenas e de sua história oferece-nos extraordinária dificuldade, particularmente pela razão de exigir

profundos conhecimentos de grande número de matérias diversas. É preciso examinar o objeto de estudo sob vários pontos de vista, como os da etnografia, linguística, história, antropologia, e arqueologia. Estas mesmas dificuldades, entretanto, se opuseram também às pesquisas análogas em outras partes do mundo e devem, pois, ser vencidas tão bem entre nós como na Europa.” (Ihering, 1904, p.23).

Para estudar os indígenas Ihering fazia esforços não somente teóricos, mas também práticos. Em 1904, por exemplo, escreveu ao chefe de polícia, fazendo o seguinte pedido:

“Sendo de grande importância para a antropologia do Brasil, rogo a V.E. que se digne dar ordens no sentido de serem todos os índios que passarem por essa repartição, fotografados no gabinete antropométrico, cujas medidas e fotografias peço a V.E. que me sejam enviados para estudos antropológicos. Outrossim rogo a V.E. que se digne dar ordem a fim de que o encarregado desse serviço se entenda comigo sobre as fotografias e medidas que desejo sejam tomadas, segundo minhas indicações. (...) Deste modo V.E. poderá ajudar o museu a obter documentos valiosos sobre os indígenas do Brasil.”⁸⁰

Nesta empreitada, o cientista não foi feliz, pois o chefe de polícia, ao que parece, não estava interessado em contribuir para o progresso da ciência e negou-se a atender o pedido: “(...) cabe-me declarar-vos que o serviço de identificação é unicamente destinado aos criminosos e suspeitos e tem o caráter reservado, sendo usado tão somente para o serviço policial. Por esse motivo não é possível satisfazer o vosso pedido, no sentido de sujeitar os índios, que não são criminosos, à identificação antropométrica.”⁸¹

⁸⁰Ofício de Ihering para o chefe de Polícia, 23/1/1904, Fundo Museu Paulista, pasta n.80.

⁸¹Ofício da Repartição de Polícia do Estado de São Paulo para Ihering, 5/2/1904, Fundo Museu Paulista, pasta n.80.

Mas os reveses não diminuiriam o interesse pelos indígenas e os estudos sobre os mesmos continuariam a sair na publicação do *Museu*. A importância desses estudos aumentava na medida em que se tinha consciência de que o índio estava em extinção como resultado do avanço do progresso. A opinião de Ihering sobre o assunto, baseava-se num pensamento científico embalado por teorias darwinistas sociais e acabaria causando-lhe problemas. Ao escrever o artigo “Antropologia do Estado de S. Paulo” (1907), desencadearia uma longa polêmica, através de revistas e jornais, devida à solução que apresentava para o problema do índio⁸²:

“O atuais índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Caingangos são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, se não o seu extermínio.”
(Ihering, 1907, p.215).

Opuseram-se às afirmações de Ihering: Silvio de Almeida, Luís Bueno Horta Barbosa, o Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, a Congregação do Museu Nacional e a Sociedade Nacional de Agricultura. Ihering rebateu as críticas que lhe fizeram, alegando existir uma divisão entre as questões de ordem administrativa e social - que o debate envolvia - e as questões de caráter científico que o preocupavam. Gagliardi analisou o papel do cientista nesta polêmica, definindo-o como um personagem em harmonia com as mudanças históricas que ocorriam na época:

“Embora ignorando os mecanismos de reprodução do capital, von Ihering sabia perfeitamente que o desenvolvimento econômico só se

⁸²Sobre essa polêmica, ver Gagliardi, *O indígena e a República*.

realizaria com a incorporação de novos territórios transformados em fazendas, vilas e cidades, e com estradas e ferrovias fazendo a conexão entre elas. Estava, portanto, em total sincronia com os pressupostos do desenvolvimento capitalista quando defendia o progresso econômico e aconselhava o uso da força contra os que porventura o ameaçassem. É por essa razão que em seus artigos fala insistentemente da necessidade de subordinar os índios arredios a qualquer custo, como também de submeter às leis vigentes no país os que já haviam sido dominados, como trabalhadores rurais ou 'espécimes' a serem observados." (Gagliardi, 1989, p.87).

A mentalidade e os estudos científicos desenvolvidos na Alemanha encontravam no Brasil terreno para se expressar, pois se os protestos contra as opiniões externadas por Ihering na *Revista do Museu Paulista* demonstravam não haver consenso quanto aos meios de se atingir o progresso, na prática, mesmo que o pecado do governo tenha sido a omissão⁸³, o extermínio de muitas tribos indígenas para dar lugar às estradas de ferro, rodovias, e outros instrumentos do progresso, demonstra que as idéias e declarações do cientista não estavam fora do lugar.

A Estação Biológica do Alto da Serra

No decorrer do século XIX, a forte tradição da História Natural tinha por espaços institucionais além dos museus, outras instituições como os hortos botânicos, jardins zoológicos, serviços geográficos e geológicos, institutos agrônômicos e as estações biológicas. Aliás, ter uma ou mais de uma dessas

⁸³Segundo Gagliardi: "A omissão do Estado nos primeiros vinte anos do Brasil republicano no que se refere à proteção das populações indígenas, já que não havia

instituições funcionando como uma espécie de anexo era um dos requisitos para o bom funcionamento dos museus de História Natural como mostra a história do *Museu Paraense* e do *Museu Paulista*.

Enquanto na Amazônia, Goeldi planejava instituir uma estação biológica e outras instituições para complementar os trabalhos do *Museu Paraense*⁸⁴; em São Paulo, Ihering fazia esforços no mesmo sentido, desde os primeiros anos de funcionamento do *Museu Paulista*: “Espero que em benefício do *Museu*, seja possível organizar na ilha de São Sebastião, uma estação biológica, e tentei fazê-lo por meus próprios meios, não podendo, porém, realizar a compra de um prédio a fim de instalar a referida estação por motivos independentes de minha vontade” (Ihering, 1897, p.3).

O plano de criar a estação biológica em São Sebastião não teve sucesso, mas Ihering conseguiria criá-la no Alto da Serra. No ano de 1909, obteve várias subscrições, tanto de particulares, quanto de instituições como a *Companhia Paulista*, a *São Paulo Railway*, a *Companhia Mogiana* e as Câmaras Municipais. Em busca das subscrições, o cientista explicava: “Desejo criar naquele parque um estabelecimento científico, um laboratório biológico do museu que será o primeiro deste gênero na América meridional. Servirá o parque para estudos práticos e experiências sobre o crescimento das árvores, doenças sujeitas e outros assuntos relacionados com uma estação científica de silvicultura”⁸⁵.

qualquer legislação específica encarregada dessa atividade, é um fato que chama atenção”, *O indígena e a República*, p.85.

⁸⁴O *Regulamento do Museu Paraense* previa no artigo terceiro: “Poderá ter o Muscu, como anexos, um Jardim Zoológico, um Hórto Botânico e uma ou mais Estações Biológicas no rio Amazonas e na Costa do Atlântico.”

⁸⁵Ofício de Ihering para prefcitos e vereadores, 1909, Fundo Museu Paulista, pastas n. 88 e 89.

Contemplando estudos de botânica e de zoologia, os objetivos da nova instituição seriam os seguintes: “servirá para campo de ensaios de restabelecimento das matas devastadas, para estudos das condições de crescimento de diversas qualidades de árvores e também das doenças e animais nocivos que estragam as mudas, etc.”⁸⁶.

Os trabalhos desenvolvidos no *Museu* eram apresentados como garantia da seriedade científica da nova instituição: “O *Museu do Estado* [*Museu Paulista*] tem introduzido no Brasil o cultivo da entomologia econômica e prestado neste sentido muitos serviços que podem servir de garantia de que também o novo empreendimento tenha um sério caráter científico”⁸⁷.

A estação biológica deveria atuar em prol da defesa das matas que estavam ligadas a uma questão de primeira ordem na época: a higiene pública. A estação devia realizar “(...) o desejo de contribuir para a defesa de nossas matas e entendo que as matas entre o alto da Serra e Piassagüera representam um elemento indispensável para a higiene pública dos cidadãos de São Paulo e Santos”⁸⁸.

Em 1909, Ihering adquiriu terrenos de mais ou menos 200 alqueires para a Estação Biológica e, no ano seguinte, deu por concluídos os trabalhos de instalação da mesma. Sua intenção era: “(...) entregar tudo ao governo, com a condição de ficar sob administração do museu”⁸⁹. Mas os ventos não sopravam a

⁸⁶Ofício de Ihering para William Speers, 1909, Fundo Museu Paulista, pastas n. 88 e 89. William Speers era o diretor da Companhia Inglesa de Estradas de Ferro.

⁸⁷Ofício de Ihering para William Speers, 1909, Fundo Museu Paulista, pastas n. 88 e 89.

⁸⁸ Ofício de Ihering para William Speers, 1909, Fundo Museu Paulista, pastas n. 88 e 89.

⁸⁹Ofício de Ihering para William Speers, 1910, Fundo Museu Paulista, pastas n. 88 e 89.

seu favor e ele teve de lutar para passar ao governo os encargos da nova instituição, queixando-se do desdém das autoridades para com a questão⁹⁰.

A doação da Estação Biológica tornou-se uma verdadeira novela feita de muitos lances e officios. Ihering apelou ao governo estadual que recusava-se a aceitá-la apresentando como justificativa uma indefinição sobre a situação legal das terras em que se encontrava a Estação. Recorreu então ao governo federal que prometeu aceitar a Estação por considerá-la importante para a preservação e exploração científica das matas. Na prática, porém, o assunto continuava sem solução. Em 1912, Ihering decidiu abandonar a Estação. Esta, no ano seguinte, passou para o Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura. As dificuldades para doar a Estação Biológica sinalizavam um certo desprestígio do cientista junto ao governo, desprestígio que aliás, só iria crescer.

“O precursor da ecologia”

As queixas, reivindicações e esforços de Ihering em favor da preservação das matas, da flora e da fauna fazem parte da história do *Museu*. O assunto foi tratado através de cartas, artigos, conferências, officios etc. Faz parte de um officio, o seguinte trecho: “Vivendo 28 anos no Brasil e tendo-me dedicado exclusivamente ao estudo de nossa natureza, ganho a firme convicção de que já estamos sentindo as conseqüências da devastação e que particularmente as [matas]

⁹⁰Officio de Ihering para o presidente do Estado, 1910, Fundo Museu Paulista, pastas n. 90 e 91.

da Serra do Mar são de grande utilidade senão necessidade para o desenvolvimento de São Paulo e Santos”⁹¹.

Conservar as matas era garantir a sobrevivência do objeto de estudo da História Natural: “(...) condição para os trabalhos científicos da estação é que nesta região fique conservado o caráter original e exclusivo da flora e fauna brasileira, proibindo-se a caça e devastação da fauna e flora, ficando a natureza intacta como num parque nacional”⁹².

Entre os muitos ofícios que Ihering escreveu sobre a preservação das matas serve como exemplo aquele endereçado ao ministro da agricultura, pedindo proteção para a área dos saltos do Iguaçu e apelando em favor da criação de um parque nacional na área⁹³. Da mesma forma, alguns títulos de seus estudos não deixam dúvidas quanto ao seu interesse pela preservação da natureza: “Necessidade de uma lei federal de caça e proteção das aves” (1902), “Devastação e conservação das matas” (1911) e “Proteção às aves” (1914)⁹⁴.

O afã em defender a natureza acabou por fazer com que o nome de Ihering fosse resgatado numa leitura *a posteriori*, como precursor da ecologia no Brasil. Essa imagem do cientista aparece no artigo, “Herman von Ihering, precursor da ecologia no Brasil”, escrito por Mario Losano (1992) e no livro *A ferro e fogo* de Warren Dean (1995) sobre a devastação da Mata Atlântica.

⁹¹Ofício de Ihering para William Speers, 1909, Fundo Museu Paulista, , pastas n. 88 e 89.

⁹²Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 1911, Fundo Museu Paulista, pastas n. 92 e 93.

⁹³Ofício de Ihering para o Ministro da Agricultura, julho de 1910, Fundo Museu Paulista, pasta n. 91.

⁹⁴Esses artigos foram publicados na *Revista do Museu Paulista* na seguinte ordem: o primeiro, em 1902, p.238-260; o segundo, em 1911, p.485-500; o terceiro, em 1914, p.316-337.

O Museu Paulista, a Comissão Geográfica e Geológica e a Geologia no Museu

Embora tenha sido criada no período monárquico (1886), a *Comissão Geográfica e Geológica* foi considerada como uma instituição da Primeira República, porque seus 45 anos de existência deram-se, quase todos, dentro desse período e por sua ligação com os interesses da oligarquia cafeeira⁹⁵. Opção científica para solucionar problemas da cafeeira, a *Comissão* inspirou-se em modelo norte-americano, foi dirigida por Orville Derby e teria sido: “(...) a primeira instituição de pesquisa criada em São Paulo dentre muitas que se seguiram, resultantes de um processo de institucionalização da ciência desencadeado em finais do século XIX.” (Figueirôa, 1987, p.4).

O projeto de criação da *Comissão*, além de ter sido uma resposta à demanda de trabalhos geográficos e geológicos para a difusão da cafeeira no estado de São Paulo, também apontava para uma demanda de outras áreas da História Natural:

“Além dos trabalhos geográficos e geológicos, conforme as circunstâncias permitirem se formarão coleções de objetos e se reunirão informações concernentes dos outros ramos de história natural, tendo-se em vista o que pertencer à relação prática e econômica da zoologia e da botânica com a indústria e a agricultura, principalmente a respeito dos vegetais e animais úteis ou nocivos que lhes interessarem; das condições dos vários ramos de cultura e criação nas diversas regiões da província; das moléstias que atacam as plantas cultivadas e os animais domesticados e dos meios usados para combatê-las (...)”⁹⁶.

⁹⁵Figueirôa, *Modernos Bandeirantes*, p.121.

⁹⁶Instruções para a exploração geográfica e geológica da província - Resolução de 7/4/1886, artigo 6º. Apud Figueirôa, *Modernos Bandeirantes*.

No projeto de criação da *Comissão*, mencionava-se - sete anos antes da criação do *Museu Paulista* - a possibilidade da criação de um museu de História Natural em São Paulo e a preocupação com a instrução:

“Colecionados os objetos, serão devidamente classificados e expostos ao público.

Nestes serviços se procurará formar um núcleo para um Museu de História Natural da Província, e desde logo se colecionarão duplicatas a fim de serem distribuídas pelo Museu Nacional e estabelecimentos de instrução que o governo designar, organizando-se com destino às escolas públicas, coleções de amostras apropriadas ao ensino”⁹⁷.

Como sabemos, a idéia de um museu foi concretizada mais tarde com a criação do *Museu Paulista*, que veio se somar à própria *Comissão* e a outras instituições, compondo o quadro científico institucional que serviu de apoio aos projetos republicanos. O prestígio da História Natural era grande e suas possibilidades de aplicação, amplas. Este prestígio era representado, no país, por cientistas como Derby - diretor da *Comissão* - e Ihering, diretor do *Museu*. Instituições como a *Comissão* e o *Museu* eram a extremidade visível do processo de institucionalização das ciências no país que incluiu o contato entre a economia, a política e os homens de ciência, que começavam a crescer e a aparecer como um grupo social diferenciado.

Quanto à relação entre a *Comissão* e o *Museu*, pode-se dizer que foi de cooperação e competitividade. Como sabemos, o *Museu* foi criado a partir do “Museu Sertório” que foi separado da *Comissão*, datando daí o primeiro atrito entre as duas instituições. Na época, Ihering faria queixas ao fato da *Comissão*:

⁹⁷Instruções para a exploração geográfica e geológica da província - Resolução de 7/4/1886, artigo 7º. Apud Figueirôa, Modernos Bandeirantes.

“(...) reservar-se as coleções entomológicas, antropológicas e outras adquiridas durante a administração da Comissão e então sob administração do Museu. É assim que a coleção de borboletas e os respectivos armários ficarão na comissão e que o *Museu* por ora não vai ter coleção de borboletas de São Paulo, nem armários para conchas etc.”⁹⁸.

A própria existência da *Comissão* limitava as possibilidades de desenvolvimento da geologia no *Museu*, onde esta teria um papel menor, como indica o pequeno número de documentos encontrados sobre o assunto. Mas, Ihering fazia algumas incursões no campo das ciências geológica.

Em 1894, antes da inauguração do *Museu*, Ihering escreveu o artigo “Taubaté”⁹⁹. Nele, propunha-se a descrever a cidade de Taubaté sob o ponto de vista da História Natural, o que significava, entre outras coisas, discutir a presença da turfa e de xistos betuminosos na cidade.

Para adquirir coleções geológicas e mineralógicas no *Museu*, um dos critérios era econômico. É o caso do parecer positivo de Ihering para a aquisição de uma coleção metalúrgica porque seria interessante para o público e importante para fins de mineração prática¹⁰⁰.

Os xistos betuminosos e suas utilizações práticas voltavam a ser assunto em uma carta de 1913, na qual Ihering dava sua opinião sobre uma descoberta geológica: “(...) me preocupou desde anos o estudo dos xistos betuminosos do país e creio que sua nova e importante descoberta terá como resultado uma

⁹⁸Livro-diário manuscrito sobre as atividades do *Museu* (1894-1921). Fundo Museu Paulista.

⁹⁹*O Estado de São Paulo*, 11/6/1894.

¹⁰⁰Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 7/12/1896, Fundo Museu Paulista, pasta n. 70.

exploração industrial, sendo mesmo de supor que em certa profundidade perfurações apropriadas demonstrarão a existência de depósitos de petróleo e matérias aliadas”¹⁰¹.

Contudo, a presença das ciências geológicas não seria um ponto forte da atuação do *Museu* que, como já foi dito, privilegiaria estudos de zoologia¹⁰².

As conferências públicas

O artigo 37 do *Regulamento do Museu Paulista* determinava: “O diretor fará, quando possível, conferências científicas e gratuitas para o público, tomando para demonstração o material do *Museu*. O zelador ou qualquer outro empregado que tenha habilitações poderá igualmente fazê-las, a convite do diretor”¹⁰³.

Ao que parece, esse artigo do *Regulamento* não foi posto em prática, mas houve tentativas. Em 1909, Ihering propôs ao Secretário do Interior a realização de conferências pagas, a fim de obter fundos para a organização da Estação Biológica prestes a ser concluída. Foi feito um esboço do convite a ser enviado às autoridades para assistirem a primeira conferência da série sobre “A origem do homem americano” no salão nobre do *Museu*, segundo o qual as conferências cumpririam: “(...) uma das disposições do Regulamento do Museu Paulista referentes ao caráter do estabelecimento de instrução pública que o mesmo deve

¹⁰¹ Carta de Ihering para Dr. José Bach, 17/5/1913, Fundo Museu Paulista, pasta n.96.

¹⁰² Cf. Figueirôa, *As ciências geológicas no Brasil*, p.143. Ver também Shwarcz que em *O espetáculo das raças* elaborou um quadro do número de artigos publicados na *Revista do Museu Paulista*, com os seguintes resultados para o período da administração Ihering (1895-1916): botânica, 3; zoologia, 75; geologia, 3; antropologia, 11; arqueologia, 5; biografias, 8; diversos, 5.

¹⁰³ *Regulamento do Museu Paulista* do Estado de São Paulo, São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1894, p.9.

ter”¹⁰⁴. Mas a idéia não vingou, conforme consta no relatório sobre as atividades do *Museu*:

“Tencionando cumprir com o que estatui o regulamento deste museu, com relação às conferências públicas neste estabelecimento, anunciou o Dr. H. V. Ihering em outubro do ano passado, quatro conferências, cujo assunto deveria versar sobre a espécie humana, desde a sua origem e seu desenvolvimento, até seu aparecimento na América, especialmente na América do Sul, e finalmente, sob ponto de vista etnográfico e arqueológico, o estudo dos nossos índios. Infelizmente não se encontrou da parte do público o desejável interesse e apoio e por isto não foi tentada a realização dessas conferências.” (Ihering, 1911, p.6).

A única referência que encontrei sobre a concretização de um evento desse tipo no *Museu* é um ofício de 1916, no qual Ihering, escrevendo ao Secretário do Interior, fala de uma conferência que lá fizera¹⁰⁵.

Algumas conferências foram feitas fora do *Museu*. Uma delas, realizada na Universidade Popular de Piracicaba em 1910, tinha como tema a “Devastação e conservação das matas”¹⁰⁶. Outra, deu-se no *Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, que agradeceu a Ihering em 1914: “(...) a hora feliz que se dignou proporcionar entre os membros dessa instituição, fazendo uma erudita conferência sobre os pássaros de São Paulo e especialmente os cucos do Brasil, que causou a mais excelente impressão no ânimo da seleta assistência”¹⁰⁷.

¹⁰⁴Rascunho do convite para as conferências, 1909. Fundo Museu Paulista, pasta n.89.

¹⁰⁵Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 28/3/1916. Fundo Museu Paulista, pasta n.102.

¹⁰⁶O texto da conferência foi publicado na *Revista do Museu Paulista*, 1911, p.485-500.

¹⁰⁷Ofício do *Centro de Letras, Ciências e Artes*, 26/5/1914, Fundo Museu Paulista, pasta n. 98.

A idéia da vulgarização da ciência e da instrução através das conferências públicas foi realizada menos no *Museu* e mais no campo de suas relações com outras instituições.

Os certames científicos: exposições e congressos

Durante a administração de Ihering, o *Museu* participou de eventos, como congressos e exposições, onde os cientistas podiam expor trabalhos, fazer divulgação científica e intercâmbio, entre outras atividades. Estes eventos tinham características diferentes: enquanto nos congressos, os cientistas dedicavam-se às suas especializações e debatiam com seus pares, as exposições científicas assumiam o caráter de espetáculos públicos.

Exemplo da visualidade que as ciências deviam ter, no final do século XIX, as grandes exposições científicas - nacionais ou universais - já foram batizadas de “vitrines do progresso”¹⁰⁸. Governo e cientistas brasileiros, buscando a “condição de civilizados”, não só participaram, como organizaram este tipo de evento. É o caso da Exposição Nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro.

O *Museu* contribuiu com publicações e objetos para exposições dentro e fora do país. Na Exposição Nacional de 1908 compareceu com um pavilhão antropológico. Para isto, mandou fazer figuras de índios - em tamanho natural - de diversas tribos do estado, suas cabanas, utensílios e armas, com fins pedagógicos: “Tudo estava disposto de tal forma, em meio de rica ornamentação de folhagem e vegetação, que dava uma impressão perfeitamente natural e completava assim os

¹⁰⁸Ver Neves, As vitrines do progresso.

fins instrutivos que esta exibição tinha em vista, isto é, de apresentar aos visitantes da Exposição Nacional quadros como que copiados do natural, (...)” (Ihering, 1911, p.5-6). Pelo pavilhão antropológico, o *Museu* recebeu o Grande Prêmio da Comissão Superior do Júri.

O *Museu* também era convidado para eventos como o Congresso dos Americanistas, cuja pretensão era juntar estudantes de arqueologia, etnologia e história primitiva das duas “Américas” e avançar o conhecimento nestas disciplinas¹⁰⁹.

Em 1910, Ihering foi convidado, junto com Oswaldo Cruz, para ser chefe de sessão do Congresso Internacional de Entomologia. Um dos organizadores do Congresso escreveria a Ihering: “(...) o senhor foi designado definitivamente como presidente de zoogeografia. Demos expressamente ao senhor essa sessão, por ser o representante indicado para zoogeografia sul-americana (...) Dr.Oswaldo Cruz (...) foi considerado o chefe de uma sessão de entomologia medicinal; além disso, uma palestra - do Dr. Cruz sobre febre amarela (...) seria altamente bem-vinda”¹¹⁰.

Além de participar de discussões teóricas, o *Museu* esteve presente em encontros voltados para questões de ciência aplicada como a Exposição Municipal Agrícola e Industrial, onde apresentou a especialidade de que se jactava, a entomologia econômica:

“Autorizado pelo Governo, o *Museu* concorreu à Exposição Municipal Agrícola e Industrial realizada nesta capital na quinzena última do mês de outubro de 1902.

¹⁰⁹ Ofício do International Congress of Americanists, Thirteenth Session, U.S.A., para Ihering, 20-25 de outubro de 1902. Fundo Museu Paulista, pasta n.77.

¹¹⁰ Walther Horn para Ihering, 2/11/10, Fundo Museu Paulista, pasta n.91. Não encontrei dados que confirmassem a participação de Ihering neste congresso.

A nossa exposição referente exclusivamente à entomologia econômica, tratou dos três pontos seguintes:

1º. Apicultura nacional; assunto que tem sido bastante estudado neste *Museu*.

2º. Sericicultura nacional; constante de casulos de diversos bichos de seda do gênero *Attacus*, com as respectivas borboletas, larvas, ovos, etc.

3º. Insetos nocivos da família *coccidae*, assunto também, cujo estudo neste país é devido, quase que exclusivamente, a este Instituto do Estado.” (Ihering, 1904, p.20).

O *Museu* realizou trabalhos, tanto de cunho mais teórico, como as pesquisas de zoogeografia, como de cunho prático, combatendo pestes agrícolas. Entendido, ao mesmo tempo, como instituição dedicada ao desenvolvimento da ciência e à prestação de serviços, atuava de forma condizente com os projetos do governo republicano que pretenderam tornar o país apresentável para figurar nas “vitrines do progresso”.

A Revista do Museu Paulista

Logo após sua criação, o *Museu* já publicava sua *Revista*. Ao definir o caráter da *Revista*, Ihering apontava para a tensão que situava em frentes opostas as demandas de instrução e a crescente especialização científica:

“Desejo quanto mais possível dar a este periódico o caráter de uma publicação de utilidade para todos que se interessam pela exploração científica do país, mas se espero que neste sentido parte dos artigos será de interesse, não poderá assim acontecer com todos, visto que esta publicação não é órgão de instrução popular, mas o arquivo dos resultados obtidos na exploração científica do Brasil pelo pessoal científico desta repartição e pelos numerosos especialistas que para

os seus estudos recebem materiais coligidos pelos empregados desta repartição.” (*Revista do Museu Paulista*, 1897, p.5).

A *Revista do Museu* podia ser encontrada em diferentes locais. A Secretaria da Agricultura requisitava exemplares para serem distribuídos às repartições à ela subordinadas: *Comissão Geográfica e Geológica*, *Posto Zootécnico*, *Hospedaria dos Imigrantes*, *Agência de Colonização e Trabalho*, *Instituto Agrônômico*, *Escola Agrícola Luís de Queirós*, *Aprendizado Agrícola*. O interesse da Secretaria da Agricultura não era à toa: havia artigos que tratavam de problemas agrícolas. Exemplares do quarto número da *Revista*, contendo assuntos referentes à lavoura, foram enviados à Secretaria da Agricultura para serem entregues aos inspetores agrícolas.

A *Revista* também servia para permuta de publicações com a *Escola de Minas de Ouro Preto*, o *Museu Nacional*, a *Sociedade de Medicina e Cirurgia*, a revista *O entomologista brasileiro* e a revista *Chacaras e Quintais*, entre outras.

Em 1904, a *Revista* recebeu o grande prêmio na Exposição Universal, nos Estados Unidos. Na eterna batalha pelo reconhecimento, o prêmio era propício para justificar, perante o governo, a importância da instituição:

“Não podemos, entretanto, deixar de externar aqui a satisfação que foi para nós todos e deve ter sido em especial para o prezado redator da *Revista do Museu Paulista*, (...) o julgamento altamente honroso que dela fez a comissão Distribuidora dos prêmios da Exposição Universal de São Luiz, U.S.A., 1904, concedendo-lhe o ‘Grande Prêmio’, a maior distinção conferida pela Exposição. Foi unicamente com a *Revista* que o Museu Paulista, incitado pelo Governo do Estado, concorreu a esse certame universal e é pois o programa nela delineado com relação ao *Museu* e a sua gradativa realização, que o júri desta forma quis premiar.” (Rodolpho von Ihering, 1907, p.30).

Além de ganhar prêmios e servir como instrumento de propaganda, a *Revista* somava as diversas tendências que permeavam o campo científico na época: o desejo de vulgarizar a ciência e promover a instrução; a procura por respostas científicas para problemas práticos; a proposta de desenvolver a ciência, através da cooperação e do intercâmbio científico.

2.e A História

Não foi só a inspiração em princípios norte-americanos de organização que diferenciou o *Museu Paulista* dos outros museus brasileiros. Outro fator de diferenciação foi o tipo de vínculo que teve, desde o início, com a história. Como sabemos, o *Museu* ocupou o palácio construído para celebrar a Independência. Este fato marcou a trajetória da instituição. Seu diretor mostrava ter consciência de que o museu científico que dirigia ocupava um “santuário nacional”. Ao que tudo indica, durante os 22 anos de sua administração nunca cogitou separar as coleções de história do *Museu*, mesmo que as concepções científicas, no final do século, apontassem para essa direção.

O vínculo com a história vinha também de fatores comuns a outros museus. Uma vez que no século XIX o saber não estava compartimentado como nos dias de hoje, as coleções Sertório que deram origem ao *Museu Paulista* eram formadas, tanto de objetos científicos, quanto de objetos históricos. Estes eram do seguinte tipo: retratos do Imperador Pedro II; fotografias da família imperial; as vestes sacerdotais do Padre Feijó; a cadeirinha da Marquesa de Santos; cadeiras, camas, mesas, oratórios e outros objetos “mais ou menos” antigos; a penúltima

camisa que vestiu D. Francisco Solano Lopes, o ditador do Paraguai; fotografias e litografias com os retratos dos membros do primeiro Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (Raffard, 1892, p.235-236).

Com o tempo, a mistura da História com a História Natural passou a ser criticada pelos contemporâneos como um ajuntamento condenável de objetos heteróclitos. Ezequiel Freire, já citado neste trabalho, referindo-se às coleções de Sertório, considerava não científica a mistura indiscriminada de objetos:

“As suas coleções estavam dispostas mais em atenção ao efeito que pudessem produzir os grupamentos do que em vista das classificações científicas. Assim, na mesma vidraça, podiam casualmente encontrar-se reunidos indivíduos dos mais disparatados feitio e índole: - uma tartaruga ao lado de um beija-flor, um cristal de quartzo junto a uma espada histórica.

Naquelas coleções de tudo havia, raridades, curiosidades e monstruosidades de toda sorte; assim, por exemplo, um serpentão antiquíssimo, instrumento de música, feito de sola, de feitio singularíssimo; - uma espada do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar; - um aparelho de fiar, que pertencera a D. Clara Maria Bueno, neta de Amador Bueno, e datava, pelo menos, de 1730.

Além destas velharias curiosas, muitas outras, muletas, fetiches de índios, artefatos indígenas, monstros vegetais e animais, coleções de conchas, mineralógicas, numismáticas, - de madeiras, de insetos e até de jornais!” (Freire, citado por Taunay, 1946, p.19).

Como contraponto elogiava as coleções naquilo que elas tinham de científico, confrontando-as de forma bem-humorada com as máximas darwinistas:

“(...) os quadrúmanos achavam-se bem representados, desde o pequeno sagüi, lépido e petulante, até o grande mono, pesado e circunspecto, podendo os transformistas lá ir tomar a benção aos avós empalhados do gênero humano.”

(Freire, citado por Taunay, 1946, p.19).

Os elogios à organização científica das coleções e o desgosto com a mistura de objetos expressavam o desejo de acompanhar as concepções científicas do final do século XIX, que tendiam para a especialização, rejeitando a mistura, antes, comum. O mesmo *bric-à-brac* - como diziam os eruditos da época versados no francês -, a mesma *barafunda* existiam quando da criação do *Museu Nacional*, em 1818, ou do *Museu Paraense*, em 1866. As críticas de Freire, feitas na década de 1880, anunciavam mudanças que iriam definir melhor as fronteiras entre a História Natural e a História, entre as disciplinas e espaços institucionais.

No caso do *Museu Paulista*, o teor simbólico atribuído ao local em que foi instalado tinha um peso tal que, mesmo contrariando as novas concepções científicas, os objetos históricos continuariam a dividir com as coleções científicas o espaço disponível no palácio do Ipiranga. Ciente desse peso, Ihering pronunciou-se, desde logo, sobre as coleções de História: “Uma das coleções que ainda não nos satisfaz e cujo desenvolvimento recomendo especialmente a esta ilustre reunião é a seção histórica.” (Ihering, 1895, p.20).

À história foram dedicados os artigos que abriram o primeiro número da *Revista do Museu*. Ihering foi o autor de um destes artigos, intitulado *História do Monumento do Ipiranga e do Museu Paulista* (1895), no qual não deixava dúvidas de que conhecia a aura histórica que envolvia a instituição científica que iria dirigir. O *Museu* estava assentado, nada mais, nada menos que no local da gênese da nacionalidade:

“Não há ponto mais importante na história do Estado de S. Paulo, do que a colina do Ipiranga. Aqui pulsou a vida paulista desde mais de três séculos. Foi desta colina que o primeiro donatário da capitania de S. Vicente, que o legendário e heróico Martim Afonso de Souza, no ano de 1531 lançou a primeira vista de olho sobre a nascente

capital deste estado, representado naqueles dias pela povoação de Piratininga, na qual o célebre chefe dos Goyanás (Goianazes), Tibiriçá reinou como aliado e amigo dos portugueses, e foi esta colina, sobre a qual passa a antiga rua de Santos a S. Paulo, sempre no meio dos acontecimentos importantes que decidiram os destinos da capitania, da província, do Estado de S. Paulo, até que veio o dia glorioso, o dia 7 de setembro de 1822 em que nasceu a Independência do Brasil, que criou para sempre a nacionalidade brasileira.” (Ihering, 1895, p.9).

Mesmo que em desvantagem com relação à História Natural, a História esteve presente no *Museu*, ocupando a área mais nobre do palácio do Ipiranga: mesmo antes do término da construção do palácio, já estava prevista a colocação, no salão nobre, do quadro de Pedro Américo que tinha por tema a Independência. Apesar do advento da República, o quadro teve seu lugar garantido no recém-criado *Museu Paulista*. Contudo, a desigualdade do número de salas dedicadas à História e à História Natural, dá uma idéia da desproporção que havia entre elas na administração de Ihering: às treze salas de História Natural somavam-se apenas uma sala de objetos históricos, uma de objetos históricos e armamentos e uma com a coleção numismática.

As coleções de história aumentavam, mas vagarosamente. Houve compras de objetos históricos e também doações. A Secretaria do Interior encaminhou ao *Museu* uma medalha do quarto centenário do Brasil; a Secretaria da Fazenda enviou um carrinho de mão e pá do início dos trabalhos da Estrada de Ferro São Paulo Railway Company; o Tesouro enviou o primeiro cofre do tempo da província; A Repartição de Estatística do Arquivo do Estado mandou busto de Floriano Peixoto: “Existindo já no *Museu do Estado [Museu Paulista]*, os bustos de todas as pessoas que têm servido como presidentes da República, e podendo

com a ação do tempo inutilizar-se o do Marechal Floriano Peixoto, que tem estado neste Arquivo, tenho a honra de remetê-lo a esse estabelecimento a fim de que fique melhor resguardado e no local em que deve estar”¹¹¹.

As doações também vieram de particulares que mostravam seu interesse em fomentar o símbolo que o *Museu* encarnava, o que significava, muitas vezes, perpetuar o próprio nome. Em 1911, as netas do Marquês e Marquesa de Valença doaram os retratos dos avós: “Estas obras primas devem pertencer à nação e principalmente a São Paulo, porquanto o marquês de Valença, ministro e o mais íntimo amigo e confidente de Sua Majestade, o senhor D. Pedro I, foi um dos mais gloriosos próceres da Independência do Brasil. O seu lugar é no monumento (museu do Ipiranga) que comemora o dia da pátria (...)”¹¹².

Mas, as doações nem sempre eram bem vindas. Segundo Ihering o *Museu* também seria uma espécie de depositário daquilo que não interessava a mais ninguém. Como forma de resolver o problema, insistia na reorganização da instituição e na criação de uma seção de História Pátria e Numismática:

“Infelizmente é esta a situação do Museu: o que para ninguém mais serve é oferecido de presente ao Museu e o que seria de grande proveito para as suas coleções não se pode comprar por causa de insuficiente verba.

Acresce que o Museu se acha em situação crítica (...) Impõe-se à consideração de que aquisições de tanta importância¹¹³ só se recomendam em caso de uma reorganização do Museu que

¹¹¹Ofício da Repartição de Estatística do Arquivo do Estado de São Paulo para Ihering, 16/8/1910, Fundo Museu Paulista, pasta n.91.

¹¹²Ofício de Francisca Rezende de Almeida Mello e Lígia de Souza Rezende para Ihering, 22/9/1911, Fundo Museu Paulista, pasta n.93.

¹¹³Ihering referia-se à coleção numismática do Sr. Augusto de Souza Lobo que queria comprar por considerá-la a terceira melhor coleção existente.

corresponde a seus verdadeiros destinos e interesses, criando entre outras seções uma de história pátria e numismática.”¹¹⁴

Vejamos qual era o critério utilizado por Ihering no processo de aquisição de objetos históricos. Em 1912, deu parecer à Secretaria do Interior sobre objetos que pertenceram ao Duque de Caxias e ao general Lima e Silva, os quais incluíam dois ofícios, um brasileiro e outro paraguaio - assinado por Solano Lopez - um escudo, fragmentos de esporas, um número do *Jornal do Comércio* etc. Apenas o escudo e os dois ofícios foram considerados aptos a figurar nas coleções do *Museu*. O parecer era acompanhado das seguintes reflexões: “Entendo que de objetos históricos há vários grupos, como sejam os que pertenceram a personagens de posição elevada na vida nacional, os que caracterizam a cultura de certas épocas e os que se relacionam com fatos históricos. Em geral são só os dos últimos dois grupos que encontram abrigo nas coleções dos museus nacionais e históricos do mundo.”¹¹⁵

Os vínculos do *Museu* com a História extrapolavam os limites do palácio do Ipiranga através das relações de seu diretor. É o caso da nomeação de Ihering para examinador do concurso da cadeira de História Geral do Ginásio de Campinas e da familiaridade com que transitava no *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, do qual foi eleito membro honorário em 1904. Segundo Rodolpho von Ihering (1924, p.166), era neste *Instituto* que se reuniam os “homens de vasto saber” da província, categoria em que incluía seu pai que, além

¹¹⁴Ofício de Ihering para a Secretaria do Interior, 20/7/1912, Fundo Museu Paulista, pasta n.95.

¹¹⁵Ofício de Ihering para a Secretária do Interior, 12/1/12, Fundo Museu Paulista, pasta n.94.

de participar das reuniões, foi presidente da comissão encarregada de angariar fundos para a construção de um novo prédio para o *Instituto*.

Quanto à separação da História e História Natural, Ihering sugeria apenas um deslocamento interno: “(...) a divisão das coleções em uma de história natural, colocada no andar superior e outra de história e antropologia no andar térreo (...)”¹¹⁶. Embora não fossem prioridade, as coleções de História tinham seu lugar garantido por Ihering que criticaria apenas a mistura de quadros e coleções científicas existente no *Museu*: “(...) acontece que os quadros que vão entrando são colocados, conforme o espaço o permite, nas salas onde se acham as coleções de história natural, o que sobre ser inconveniente e pouco decente, tem provocado da parte dos visitantes comentários desagradáveis.” (*Revista do Museu Paulista*, 1904, p.6).

Como solução, recomendava ao governo a construção, no próprio Ipiranga, de um pavilhão independente para acomodar os quadros (*Revista do Museu Paulista*, 1904, p.6). O pavilhão não foi construído, mas as telas que constituíam a Galeria Artística do *Museu* foram levadas para o *Liceu de Artes e Ofícios*. Detalhe: “Continuam, entretanto, a figurar no Museu o grande quadro do “Brado de Independência ou Morte” (sic) de Pedro Américo, bem como outros quadros históricos, tais como os retratos dos Imperadores, de José Bonifácio, Anchieta, Bartolomeu de Gusmão (estes de Benedito Calixto); do P^e Feijó etc., a grande tela da Fundação de S. Vicente (de Benedito Calixto), etc.” (*Revista do Museu Paulista*, 1907, p.15).

¹¹⁶Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 27/3/1913, Fundo Museu Paulista, pasta n.96.

Pode-se dizer que o *Museu Paulista* foi criado num momento em que os museus formavam-se a partir de coleções que incluíam objetos de História Natural e de História. Este contexto deu lugar ao uso de expressões como “história natural do homem”, ou “história natural pátria” e a instituições como os institutos históricos e geográficos que davam lugar à história pátria e à história natural¹¹⁷. As divisões entre disciplinas não eram tão definidas, mas já se criticava o fato das coleções históricas e científicas compartilharem o mesmo espaço. Com o tempo, dos museus científicos seriam deslocadas as coleções de história que iriam formar museus históricos.

As especificidades do caso paulista, que somaram um museu de ciências a um monumento histórico, tornariam também específico o processo de separação das coleções. As coleções científicas é que se mudariam para outros espaços institucionais, sendo o *Museu Paulista* transformado num museu histórico.

¹¹⁷Sobre o assunto ver Figueirôa, *Associativismo científico no Brasil*.

3. CRISE E MUDANÇAS NO *MUSEU PAULISTA*

3.a Crise no *Museu*: mudanças externas e problemas locais.

Alguns anos antes da Primeira Guerra, em 1907, o diretor do *Museu* fez uma viagem à Europa. Após a viagem, fez um relato da situação dos museus de História Natural na Europa central¹, afirmando haver uma crise: “Encontrei os museus grandes, e a maior parte dos menores, em uma situação crítica que naturalmente preocupará grandemente os naturalistas, que se dedicam no correr deste século a este ramo de ciência (...)” (Ihering, 1907b, p.431).

Ihering atribuía a crise dos museus europeus a causas internas. Uma delas seria a discrepância existente entre a finalidade dos museus - a instrução e o progresso da ciência - e a sua organização material. Para ele, a relação necessária entre a finalidade dos museus e sua organização material só começara a ser compreendida nos “últimos decênios”: “É certo que desde muito tempo todos os museus de história natural mais importantes devem preencher o duplo fim de servir de meio de instrução pública e de contribuir ao progresso da ciência. Entretanto, é só nos últimos decênios que se veio a compreender a necessidade de exprimir, também na organização material dos museus, esta diversidade de tarefas.” (Ihering, 1907b, p.431).

A seguir, Ihering apresentava algumas das inovações que considerava importantes em matéria de organização e exposição de coleções, cuja adoção deixaria a desejar na maioria dos museus europeus, pois mesmo o prestigiado *British Museum* era elogiado com ressalvas. Vejamos algumas dessas inovações.

¹A viagem de Ihering à Europa foi de abril a novembro de 1907 e resultou no artigo: A organização actual e futura dos museus de história natural, publicado no volume VII da.

A divisão das coleções - parte para exposição, parte para estudos - era uma das inovações. O próprio Ihering, como vimos, adotara este princípio desde a criação do *Museu Paulista*. Essa divisão tornaria modernos os museus, afastando-os do tempo em que “(...) o Museu era constituído pelo conjunto dos materiais das coleções e tudo estava franqueado ao público, (...) (Ihering, 1907b, p.435).

Obedecendo às novas exigências do “atual estado da ciência”, outra inovação na exposição das coleções determinava que estas deveriam ser organizadas, não mais com base somente na classificação sistemática, mas em agrupamentos determinados pela convivência sob as mesmas condições físicas e biológicas e pelas relações que mantinham na natureza e com a natureza: “Um progresso notável, que data dos últimos decênios, é a exposição de preparações biológicas, de grupos naturais de animais, destinados a ilustrar seu modo de viver.” (Ihering, 1907b, p.436).

O *British Museum* já apresentava grupos biológicos na seção ornitológica: “(...) apresentando as variadas condições da vida e do modo como as aves constroem e colocam seus ninhos”. No Museu de Hamburgo eram notáveis as: “(...) preparações de animais marinhos, expostos de um modo muito elegante em aquários artificiais.” (Ihering, 1907b, p.436).

Interessava agora mostrar outros aspectos dos espécimes. Como exemplo, Ihering citava novamente o caso do Museu de Hamburgo, onde, para preparar os insetos, considerava-se: o ciclo biológico, o dimorfismo dos sexos, estações, imitações miméticas, os estragos causados por insetos nocivos à vegetação e, especialmente, às plantas cultivadas. As mudanças teriam resultados positivos: “Tais grupos naturais são muito mais atrativos e instrutivos do que as séries

uniformes de animais isolados, que geralmente enchem as vitrines.” (Ihering, 1907b, p.437).

Tentar tornar as exposições mais atrativas e instrutivas acarretara mesmo alguns abusos: “Acontece, entretanto, que as vezes o artista então procede com fantasia exagerada. É o que se deu com o *Museu de Altona*. Vi um grupo de orangotangos tão escondidos na folhagem, de modo que custou vê-los bem.” (Ihering, 1907b, p.437).

Proceder dessa forma ofuscaria a eficiência científica das exposições: “A folhagem, as árvores, as flores, os rochedos, e tudo isto que é destinado a representar o cenário em que se desenrola a vida animal, são de valor secundário nos grupos biológicos e devem ser apenas ligeiramente indicados. Dar uma importância principal a estes ornamentos acessórios, seria o mesmo como, se numa audição musical, o acompanhamento viesse a desempenhar o papel principal.” (Ihering, 1907b, p.437).

A preocupação com a forma das exposições ligava-se, entre outras coisas, ao desejo de atrair o público. Segundo Ihering, todos os grandes museus que visitou se esforçavam para “(...) dar rótulos mais explicativos, por vezes com informações minuciosas e pequenos mapas, ilustrando a distribuição geográfica de certos gêneros, famílias etc.” (Ihering, 1907b, p.436).

As críticas de Ihering também dirigiam-se aos prédios dos museus. Seu principal defeito seria a falta da “claridade indispensável para o exame dos objetos ou para outros trabalhos”. Em sua opinião o assunto devia ganhar importância: “(...) a questão da luz deverá preocupar muito mais o espírito do diretor e do

arquiteto, em casos de construções para museus, devendo-se ligar mais importância a este assunto.” (Ihering, 1907b, p.438-439).

Para Ihering, os museus também deixariam a desejar pelo fato de não terem um plano de trabalho e de desenvolvimento: “O que se deve exigir de cada museu é que se saiba o que ele quer; que tenha um plano determinado para o seu trabalho e seu desenvolvimento futuro. A falta quase absoluta desta orientação indispensável foi o fato que mais me impressionou nesta minha viagem e isto com relação a quase todos os museus que visitei.” (Ihering, 1907b, p.440).

Continuando a desenvolver suas reflexões sobre a crise dos museus europeus e tomando como base as coleções de estudos ou coleções científicas, Ihering assim os definiu: museus centrais, provinciais e especializados. Estes últimos corresponderiam melhor às exigências da ciência e representavam uma saída para a crise, saída que era duvidosa no caso dos grandes museus: “Se agora depois de termos examinado a crise e o futuro dos Museus, procurarmos apurar a questão do que o progresso da ciência exige, declararemos que o futuro será o dos museus especializados. É duvidoso se os grandes museus serão capazes de acompanhar as modificações, que o desenvolvimento da ciência torna necessárias.” (Ihering, 1907b, p.445).

De qualquer forma, os museus europeus, grandes e pequenos, estariam passando por uma crise, cujo quadro seria o seguinte: falta de orientação (plano); coleções não organizadas segundo padrões científicos atualizados; falta de funcionários, de pessoal científico e de recursos²; funcionários mal preparados;

²Referindo-se à falta de pessoal e recursos que atingia o *British Museum*, Ihering deduzia: “(...) se tal acontece no primeiro Museu europeu de História Natural, quanto mais tal se dará nos outros Museus do continente”, A organização actual e futura dos museus de história natural, p.441.

inclusão de serviços burocráticos entre as obrigações dos cientistas; cuidados excessivos com as coleções de exposição em detrimento das coleções de estudos. A saída, para Ihering, não era criar novos museus de História Natural e sim reformular os “velhos”.

Nesse quadro de crise, como situavam-se os museus brasileiros? Estes teriam sua utilidade garantida porque eram, de certa forma, especializados: “Na América Meridional há dois museus estaduais, de programa limitado, dedicados ambos ao estudo da natureza do Brasil: os de S. Paulo e Pará e que só por meio desta restrição se puderam tornar de tanta utilidade, como o são na opinião dos cientistas competentes.” (Ihering, 1907b, p.444).

Se Ihering, em 1907, via uma crise nos museus europeus e apontava como causas as questões de organização, não se pronunciava sobre outras causas como as mudanças que vinham ocorrendo no campo científico, desde a segunda metade do século XIX, que faziam passar para o primeiro plano as ciências de laboratório³. O fato é que a crise ia além das questões de organização e administração e abalaria o prestígio da História Natural e das instituições vinculadas a esta ciência.

Um indicio da alteração no prestígio das ciências naturais no Brasil encontra-se na fala do diretor do *Museu* ao dizer que essas ciências, mesmo recebendo um “impulso apreciável”, não acompanhavam as mudanças no campo intelectual: “Não há negar que nestes últimos anos o estudo das ciências naturais, acompanhando de longe embora, o desenvolvimento intelectual que se opera em

³Como era o caso da microbiologia. Mais sobre as ciências microbiológicas no Brasil, ver Almeida, A República dos invisíveis; Benchimol e Teixeira, *Cobras, lagartos & outros bichos*; Ribeiro, *História sem fim...* e Teixeira, *Ciência e saúde na terra dos bandeirantes*.

todo o país, recebeu também um impulso apreciável, principalmente no que diz respeito a sua aplicação à medicina e à agricultura.” (Ihering, 1914, p.20).

Os problemas do Museu Paulista e o fim da administração Ihering

Quanto ao *Museu Paulista*, a partir da década de 10, os problemas começariam a se intensificar, a se multiplicar e a se diferenciar daqueles que faziam parte da rotina institucional. A diminuição das verbas era cada vez mais impeditiva⁴: “(...) a verba que era, fora dos vencimentos do pessoal, de 34 contos em 1914, de 20 contos em 1915 e que será apenas 12 contos no próximo exercício, não permite aquisição de espécie alguma.”⁵.

Em 1911, Ihering reclamava ao Secretário do Interior da situação crítica, queixando-se do desequilíbrio entre as exigências do serviço e os recursos disponíveis⁶. O cientista depositava suas esperanças no programa de reorganização do *Museu* que ele próprio elaborara como segue:

- “1. o caráter do estabelecimento fica o mesmo, sendo seu fim ilustrar a natureza e o território do país.
2. Até a festa do centenário deve ser aberto o andar térreo ao público, contendo as coleções antropológicas e históricas, ocupando as de história natural o andar superior, e indo as

⁴O *Museu* já passara por outras crises financeiras. Em 1898 e 1899, por exemplo, o Congresso cortou pela metade a verba a ele destinada. As conseqüências foram registradas na proposta para o orçamento de 1900 enviada ao Secretario do Interior em 24/4/1899, por Ihering: “Está aniquilado o [serviço] zoológico. Não tenho meios nem para comprar álcool para a conservação das coleções existentes”. Esta crise, porém, não estava relacionada apenas ao *Museu*, sendo superada nos anos seguintes.

⁵Ofício de Ihering para o Liceu de Artes e Ofícios, 24/12/1915, Fundo Museu Paulista, pasta n.101.

⁶Ofício de Ihering para a Secretaria do Interior, 23/4/1911, Fundo Museu Paulista, pasta n.92.

coleções de estudo, laboratórios, biblioteca etc. para edifícios especiais.

3. Criam-se as seções botânica, antropológica e o laboratório biológico no Alto da Serra.

4. Nos estudos zoológicos haverá só uma modificação: o estudo da fauna do mar, com relação especial à pesca, criando-se na ilha de São Sebastião um laboratório com aquário, e no jardim do *Museu* aquários para animais do mar e da água doce.

5. Os especialistas necessários serão contratados pelo diretor no exterior, mediante contrato de 3 anos. Será a desejar a criação de 2-3 lugares de ajudantes auxiliares, que além do exame de madureza ou que valha devem ter conhecimento completo das línguas alemã, francesa e inglesa e que em caso de se tornarem úteis na opinião do diretor serão aproveitados mais tarde no quadro do pessoal.

6. O tempo de trabalho será das 11 às 4 horas para o pessoal superior e das 7 às 5 horas para o inferior.”⁷.

Mas o tempo passou, a reorganização não veio e as dificuldades aumentaram⁸. Muitas das queixas referiam-se aos salários: enquanto o diretor do *Museu* ganhava 650\$000, os do *Instituto Butantã*, *Hospital do Juqueri* e *Instituto Agrônômico de Campinas* ganhavam de 1200\$000 para mais. O projeto da reforma que passou na Câmara, em 1911, deu apenas 500\$000 para os cargos de zoólogo e botânico no *Museu*, enquanto no *Instituto Agrônômico* e *Comissão Geográfica e Geológica*, os chefes de seção e especialistas recebiam de 900\$000 a 1000\$000⁹.

⁷Programa de Reorganização do Museu, 9/11/1911, Fundo Museu Paulista, pasta n.93.

⁸A reorganização do Museu só se daria em 1925.

⁹Ofício de Ihering para o Secretario do Interior, 20/7/1912, Fundo Museu Paulista, pasta n.95.

Os tempos continuarão a mudar até transformar-se nos “tempos sombrios” de que o naturalista viajante Ernesto Garbe falava a Ihering, no ano de 1914:

“(.) como o sr. escreve, o governo deixará de pagar os salários por algum tempo, não se pode falar nada, pois o governo sempre nos pagou pontualmente, o que também fará . mais tarde.

Estivemos com a bandeira nos bons tempos, e não iremos abandoná-la agora em tempos sombrios.”¹⁰

Garbe atribuía as dificuldades da instituição a “confusões, crises” e à “infeliz guerra”. O quadro que pintava era de incertezas e expectativas:

“Más notícias, as que o senhor me escreve, com essas confusões e crises e ainda mais essa infeliz guerra [Primeira Guerra], já era de se esperar que o governo não teria mais dinheiro para o Museu. A gente precisa estar satisfeito se o governo não inclui o Museu na dispensa de funcionários, pelo menos o senhor não menciona nada sobre isso em sua carta. (...) A não ser que venha uma demissão ou dispensa do meu emprego, então eu teria que voltar. A gente precisa estar preparado para tudo.”¹¹

A guerra realmente era um complicador, já que provocara, entre outras coisas, o anti-germanismo que deixaria em má situação alguns alemães residentes no país¹², embora eu não tenha encontrado documentação que confirmasse a ligação direta do anti-germanismo com os problemas enfrentados por Ihering. Além disso, este via a si mesmo como cientista brasileiro reconhecido no exterior,

¹⁰Carta de Garbe para Ihering, 7/10/1914, Fundo Museu Paulista, pasta n.99.

¹¹Carta de Garbe para Ihering, 10/9/1914, Fundo Museu Paulista, pasta n.99.

¹²Foi o caso da cientista alemã Emília Sneathlage que, em 1914 dirigia o *Museu Paraense*. Segundo Cunha, em *Talento e atitude*, a situação da cientista tornou-se complicada quando o Brasil entrou na guerra, em 1917, “(...) obrigando o então governador Lauro Sodré a demitir Emília do cargo de Diretora, mas mantendo-a na chefia da Seção de Zoologia. Com o

alegando que fizera estudos zoológicos e investigações sobre a cultura pré-histórica do Brasil, que era o único sócio correspondente do Brasil na *Société des Americanistes* e que seu nome fora proposto para uma vaga na *Académie des Sciences*, da qual nenhum naturalista da América Meridional fizera parte, até então.

Todo esse *background* não evitaria que o cientista passasse por problemas que o fariam lembrar com saudosismo do tempo de Cesário Motta. Logo, teria lugar uma verdadeira guerra entre o cientista e o governo, na qual seriam disputados livros e conchas¹³. Tanto a Secretaria da Agricultura, quanto a Secretaria do Interior solicitavam prestação de contas, sendo que esta última chegou a pedir a Ihering que se retratasse das expressões irreverentes dirigidas ao chefe da contabilidade por causa de uma disparidade entre as contas da Secretaria e do *Museu*¹⁴. O cientista reagiu:

“Aproveito a ocasião de participar a V.E. que este será o último ano que me conservarei na administração desta repartição, pretendendo pedir a aposentadoria ao fim do ano. O governo terá então a ocasião de fazer do Museu o qual, graças à Cesário Motta, é toda minha obra, o que quiser e de ver-se livre de pessoa que não é grata e por isso muitas vezes desautorizada. Ao lado desta satisfação o governo terá, entretanto ao mesmo tempo, perdido um trabalhador de primeira classe, que sem conhecer férias, licenças, domingos e dias feriados, dia por dia trabalhou exclusivamente para o Museu e que em muitas matérias é autoridade. Não há quem

desenrolar da guerra (...) Lauro Sodré viu-se constrangido a afastar totalmente Sneathlage das atividades do Museu, em 4 de março de 1918.”

¹³Em ofício de 12/8/1916, dirigido a Armando Prado, Ihering cita seus direitos sobre conchas, cartas e livros, os quais estariam sendo desrespeitados pelo governo. Quando o cientista foi afastado, levou consigo mais de 5 mil livros de sua biblioteca particular que estariam misturados à biblioteca do *Museu*.

¹⁴Todos os ofícios utilizados sobre o assunto encontram-se organizados no Fundo Museu Paulista.

pudesse julgar-se capaz de substituir-me e por esta razão penso que ao governo convém introduzir no Museu, enquanto eu ainda estiver na sua frente, as modificações que são necessárias para garantir a continuidade de seu trabalho.”¹⁵.

Mas, o governo não lhe dava ouvidos e intensificou-se a guerra para definir o que era seu e o que era do *Museu*. O problema não era pequeno, em virtude da direção fortemente personalista que transformara pessoa e instituição quase que uma entidade só. Um dos pontos de atrito era a coleção de conchas fósseis: “(...) a base de minhas descobertas sobre a história da costa do Brasil; e sua antiga conexão com a África”¹⁶; e também a coleção de conchas fluviais. As duas coleções, segundo o cientista, não estariam incluídas na doação que fizera ao *Museu*. Outro problema era o aluguel do palacete onde Ihering morava, o qual desejava ver incluído como parte de seu salário, a fim de melhorar sua aposentadoria: “Se eu, depois de 36 anos de trabalho para o Brasil, 7 em serviço federal, 23 no do estado de São Paulo me retiro do serviço com 300\$000 mensais de aposentadoria (...) não representa recompensa justa. Seria o caso de tomar-se em conta o dinheiro que o governo paga pelo aluguel de minha moradia oficial como sendo parte dos vencimentos (...)”¹⁷.

Outro ponto de atrito era a biblioteca. Ihering tentou negociar os livros que considerava seus, com o governo. Procurando pressionar, informava:

“Acontece, entretanto, que a direção de um museu estrangeiro está em negociações comigo para aquisição desta minha biblioteca e de minhas coleções de conchas. Está sendo

¹⁵Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 1/3/1915, Fundo Museu Paulista, pasta n.100.

¹⁶Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 1/3/1915, Fundo Museu Paulista, pasta n.100.

¹⁷Ofício de Ihering para o Secretário do Interior, 1/3/1915, Fundo Museu Paulista, pasta n.100.

prejudicada não só esta repartição, mas pode também ficar objeto de críticas públicas caso o principal instrumento de estudos desta repartição saísse do país. Prejudicados seriam assim não só o Museu do Estado [Museu Paulista], mas também grande número de cientistas de outras repartições que no Museu fazem estudos.”¹⁸

Em outro ofício, o cientista apresentava a situação como “absolutamente anormal”:

“(...) a situação desta Repartição no exercício corrente há de ser considerada como absolutamente anormal. Ao passo que muitas outras repartições, no correr dos últimos 2 decênios têm sido reorganizadas, o Museu Paulista ainda está na sua organização primitiva (...) vencimentos do pessoal científico-técnico (...) desproporção entre verba pessoal e material (...) o corte de 14:000\$000 praticado no exercício em vigor inutiliza em grande parte os esforços do estabelecimento. Não podemos mais editar publicações científicas, fazer aquisições para os laboratórios e as coleções, não podemos continuar com as costumadas viagens de exploração nem comprar livros ou mesmo continuações de periódicos até agora completos. O mínimo necessário para a instituição existir é 500\$000 mensais, e só recebe 300\$000 (...) situação indigna (...)”¹⁹.

Em 1916, o cientista foi informado de que uma comissão investida de amplos poderes faria um levantamento minucioso da situação da instituição²⁰. Ihering, então, apelaria à comissão: “Começando os jornais a ocupar-se com o

¹⁸Ofício de Ihering para o presidente do Estado, Rodrigues Alves, 1/3/1915. Fundo Museu Paulista, pasta n.100.

¹⁹Ofício de Ihering para a Secretaria do Interior, 1915, Fundo Museu Paulista, pasta n.100.

²⁰“Científico-vos de que a comissão composta dos Srs. Antonio de Barros Barreto, Reynaldo Ribeiro da Silva e Sebastião Felix de Abreu e Castro, nomeados para inspecionar esse estabelecimento tem amplos poderes de acordo com o artigo 41 do Decreto n. 249 de 26 de julho de 1914, para examinar por completo o estado do mesmo estabelecimento pelo que deve essa directoria facilitar-lhes por todos os modos o desempenho do seu encargo.” Ofício de 3/2/1916. Fundo Museu Paulista, pasta n.102. A comissão havia sido nomeada no dia 4 de janeiro de 1916, pelo Secretário do Interior (interino) Eloy Chaves. Barros Barreto era lente da *Escola*

Museu e essa comissão, parece-me melhor apressar a minha aposentadoria sobre a qual já 2 vezes dentro de 12 meses me dirigi ao governo; o problema do Museu será um dos mais difíceis a resolver no próximos anos.”²¹.

A situação do cientista tornou-se insustentável e ele pediria afastamento por motivos de saúde em maio de 1916. O pedido foi negado, mas ele afastou-se assim mesmo, sendo substituído interinamente por seu filho Rodolpho von Ihering. O desfecho dessa guerra particular foi sua demissão em agosto do mesmo ano.

O que aconteceu? Será que o anti-germanismo e a relativa queda de prestígio das ciências naturais são suficientes para explicar a rigidez do tratamento dado a um cientista que se naturalizara brasileiro e permanecera durante 22 anos na direção do *Museu*? Será que as irregularidades administrativas alegadas teriam sido suficientes para criar uma situação tão grave? O certo é que Ihering chegou a se considerar inutilizado como homem público e a decidir sair do país: “(...) só espero o restabelecimento da paz para pedir a minha aposentadoria e retirar-me por alguns anos desta minha segunda pátria por motivos que V.S. conhece, considerando-me, desde já, como homem inutilizado que nem na imprensa, nem em reuniões públicas mais comparecerá.”²².

Warren Dean, na obra *A ferro e fogo*, acrescenta mais uma razão para os problemas de Ihering: os desafetos que criou por causa de sua atuação contra o desmatamento florestal. Embora eu não tenha encontrado documentos que

Politécnica. Ribeiro da Silva era lente da *Escola Normal* e Felix de Abreu e Castro era chefe de seção na Secretaria do Interior.

²¹Ofício de Ihering para a comissão inspetora do *Museu*, 16/3/1916, Fundo Museu Paulista, pasta n. 102.

²²Carta de Ihering para Luiz Pereira Barreto, 10/5/1915, Fundo Museu Paulista, pasta n. 100.

apontassem de forma explícita para este problema, alguns dados apontam para a influência dos elementos apresentados por Dean (1995) para a queda de Ihering. Por isso, reproduzo sua versão dos acontecimentos.

Discutindo a devastação da Mata Atlântica, Dean apresenta alguns cientistas, entre os quais Ihering, como defensores das florestas brasileiras. Defendendo as matas, Ihering teria angariado inimizades, uma vez que estavam em jogo “(...) direitos privados de propriedade - porque quase todas as florestas públicas já haviam sido usurpadas.” (Dean, 1995, p.260).

Em 1904, foi discutido no legislativo estadual do Rio de Janeiro um código rural que obrigaria os proprietários particulares a pedir permissão de conselhos municipais para derrubar suas matas e caçar, proibiria o corte de árvores de florestas públicas e ratificaria a competência do Estado para conservar e recompor as florestas. O código não foi aprovado, mas provocou muita celeuma e sofreu forte oposição: “(...) esse tipo de medida, que teria restabelecido políticas coloniais, era anátema para os proprietários de terra.” (Dean, 1995, p.261).

Entre os opositores do código, estava o cientista Edmundo Navarro de Andrade, protegido da família Prado que havia sido contratado para trabalhar na *Companhia Ferroviária Paulista*, pelo seu presidente, Antônio Prado. Sua função era implantar reservas florestais de *Eucalyptus* para produzir lenha para a *Companhia*.

Segundo Dean, a postura de Ihering opunha-se à de Navarro:

“Por isso, ele [Ihering] propunha o estabelecimento de um serviço de reservas florestais para inventariar terras públicas florestadas, impedir sua invasão por posseiros e regulamentar as concessões a companhias madeireiras. O estado, já despojado da maior parte de sua terra florestada,

compraria de volta reservas florestais e bióticas com as receitas de um imposto sobre a terra que também exerceria o efeito saudável de diminuir os preços de terra em vigor.”

(Dean, 1995, p.261).

Daí adviriam os contratemplos que o naturalista teve de enfrentar: “Idéias dessa natureza podem ter sido o motivo real pelo qual Ihering perdeu prestígio entre a elite do estado.” (Dean, 1995, p.261). Decerto que a atuação de Ihering em defesa da conservação das matas não devia agradar àqueles para quem a sua derrubada significava lucro.

Após a demissão de Ihering, em agosto de 1916, foi nomeado para substituí-lo na direção do *Museu*, não um cientista, mas um advogado, Armando Prado, que permaneceria no cargo por apenas seis meses²³.

Anos após sua demissão, o nome de Ihering ainda era lembrado no *Museu* com os piores adjetivos. Em 1921, o então diretor, Taunay, diria sobre ele:

“O senhor Ihering é um desonesto. Apropriou-se de objetos do *Museu* que valem mais de uma centena de contos de réis, ficou com seis mil volumes de nossa biblioteca, entre os quais numerosas raridades. (...) já o mandei avisar que quando menos esperar terá o prazer de ler na Revista em quatro línguas, a narrativa de suas façanhas. A venda das coleções de fósseis do Museu Paulista ao Museu de La Plata, a subtração de seis mil volumes da biblioteca, (...) enfim mil cositas (sic) mais que por miúdo serão relatadas para pasmo dos povos. À generosidade com que foi tratado corresponde com a maior ingratidão.”²⁴

²³ Segundo Taunay, “Muito poucos meses ocupou, porém, o novo diretor o cargo, de que o afastaram as exigências do seu movimentado escritório forense.”

²⁴ Carta de Taunay para J.J. Tavares, 19/9/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.112.

A imagem de Ihering na instituição só seria resgatada após sua morte, com a publicação de uma biografia elogiosa na *Revista do Museu Paulista*, em 1931²⁵. Mas voltemos para o ano de 1917.

Em 1917, o governo de São Paulo nomeou Afonso de E. Taunay para dirigir o *Museu*. Se ignorarmos o breve período em que Armando Prado dirigiu a instituição, o que ocorreu foi o seguinte: saiu o naturalista Ihering, entrou o engenheiro Taunay. Este último permaneceria muitos anos à frente do *Museu*²⁶ e, embora tenha dado continuidade às atividades de História Natural, foi durante sua administração que se iniciou o processo pelo qual esta ciência seria sobrepujada, na instituição, pela História Pátria. Como teria sido o processo de crescente incremento da História Pátria e encolhimento da História Natural, a qual, aos poucos, teria mesmo de mudar de endereço?

3.b Os primeiros anos da administração Taunay

Em 1917, Afonso de Taunay foi nomeado para a direção do *Museu Paulista* que continuaria a abrigar atividades de História Natural, História e instrução. Procuro mostrar, a seguir, qual o tratamento dado nos seis primeiros anos de sua administração a cada uma dessas atividades, apontando para permanências e mudanças e tentando compreender qual a situação da ciência neste momento da instituição.

²⁵ *Revista do Museu Paulista*, tomo XVII, 1931, p. 553-566. O artigo tem a forma de um ensaio necrológico e “trata sobretudo da atuação do eminente zoólogo [Ihering] como Diretor do nosso estabelecimento.”, Taunay, Prefácio, p. V.

²⁶ A administração Taunay foi de 1917 a 1945, mas só interessam aqui os anos de 1917 a 1922.

Taunay e a instrução

As promessas de instrução, como vimos, tiveram um papel fundamental para a criação do *Museu Paulista*. Desde então, a instrução nunca deixaria de estar ligada à instituição, mas o entusiasmo e as promessas do início dos primeiros governos republicanos arrefeceram ainda durante o período em que Ihering era o diretor, quase estagnando quando da crise e da mudança de administração: “Em 1916, das coleções do Museu apenas saiu para a Escola Normal do Brás, por ordem da Secretaria do Interior, uma pequena coleção de aves e de conchas.” (Taunay, 1918a, p.25).

Depois de iniciada a administração Taunay, continuariam as relações rotineiras com as instituições escolares. Não havia mais a idéia de integração da instituição a um plano, ou programa amplo, visando instruir a população, mas prosseguiriam as consultas sobre assuntos de História Natural, pedidos de exemplares, solicitações da *Revista* e visitas por parte das escolas. Três exemplos: o diretor geral das Escolas denominadas “Sete de Setembro” pediu permissão para levar mil crianças ao *Museu*²⁷; a Escola Normal Primária de Casa Branca solicitou pássaros, insetos e outros animais empalhados, para o ensino da História Natural²⁸; o Grupo Escolar de Itápolis pediu duplicatas para o museu escolar que desejava organizar, dando como justificativa: “(...) pois, o método racional nos

²⁷Ofício das Escolas “Sete de Setembro” para Taunay, 21/9/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n.104.

²⁸Ofício da Escola Normal Primária de Casa Branca para a Secretaria do Interior, 18/10/1917; ofício de Taunay para a Secretaria do Interior, 19/10/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n.104.

ensina que só a inspeção direta e o estudo prático e intuitivo instruem mais e melhor que as definições ouvidas ou decoradas.”²⁹. Ao responder a um pedido do Ginásio do Carmo, Taunay diria que a instituição deveria estar pronta para suprir “alguma encomenda eventual” por parte das escolas³⁰: “Acredito pois, que sem prejuízo para o serviço do estado, pode o Museu fornecer uma pequena coleção de espécimes zoológicos ao Ginásio do Carmo, tendo sempre em vista, o fato de que precisa o Museu conservar nas suas reservas elementos para satisfazer alguma encomenda eventual de escola do estado.”³¹.

O Museu criado, entre outras coisas, para integrar o aparato montado pelo governo republicano para instruir o público, continuou a exercer essa função sob o comando de Taunay, mas de forma desacelerada. Porém, ao que parece, entre a prática e a retórica preponderou a segunda, pois, na década de 20, a maioria da população ainda era analfabeta e as discussões sobre a necessidade de instrução continuavam na ordem do dia.

Taunay e a História Natural

²⁹Ofício do Grupo Escolar de Itápolis para Taunay, 17/3/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

³⁰As encomendas eventuais eram do seguinte tipo: o Grupo Gabriel Prestes de Lorena pediu espécimes para a organização de um museu escolar que auxiliasse o ensino da História Natural; o Ginásio Santo Antônio de São João del Rey pediu ajuda para o museu e a biblioteca do Ginásio; o Grupo Escolar de Piquete solicitou exemplares das obras *Livrinho das Aves* de Rodolpho von Ihering e *Livro das Aves* de Prescilliano de Almeida; a Escola Normal Primária de Botucatu e o Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro de S. Luís de Paraitinga pediram informações sobre processos para embalsamar aves; o Ginásio Nogueira da Gama queria duplicatas para o museu escolar; o Grupo Escolar Dr. Pádua Salles solicitou publicações para a biblioteca que estava montando e espécimes para o museu escolar que estava organizando; o Instituto Comercial de Rio Claro pediu coleções para o ensino da História Natural; o Ginásio da Capital agradeceu um exemplar da *Revista do Museu* que recebeu. Ofícios organizados no Fundo Museu Paulista.

³¹Ofício de Taunay para a Secretaria do Interior, 18/7/1918, Fundo Museu Paulista, pasta n.106.

A entrada de Taunay para o *Museu* tem sido entendida pela historiografia como uma guinada radical em direção à história³². As mudanças, no entanto, não foram imediatas. O novo diretor procuraria, num primeiro momento, continuar a tradição naturalista, ao lado das atividades voltadas para a história. Esta intenção encontra-se registrada no primeiro número da *Revista*, publicado sob sua administração: “Grandes são as suas aspirações [do *Museu*] porém, e assim se realizem, para que, naquele majestoso edifício da colina do Ipiranga, cada vez mais se engrandeça - abrigada pelo padrão monumental e comemorativo do gesto de Pedro I - uma casa da Ciência e da Tradição, cujo nome continue cada vez mais familiar e mais acatado por todos os brasileiros e pelos cientistas do universo.” (*Revista do Museu Paulista*, 1918, p.872).

Taunay não havia sido encarregado, a princípio, da missão de “historicizar” o *Museu* e sim, como ele mesmo diria, de mantê-lo “à altura de seu passado”. Para isso, tomaria diversas medidas dando continuidade às atividades científicas. Enviou material para ser examinado no *Instituto Manguinhos*; tentou resgatar as coleções enviadas ao exterior - para permuta ou classificação - muitas das quais retidas por causa da guerra; buscou sanar as deficiências da bibliografia necessária para a classificação das plantas do herbário³³; propôs a abertura de uma

³²Matos declara: “A primeira preocupação do novo diretor foi, pois, praticamente criar a seção de História”. Maria José Elias (1996, p.222) escreveu sobre a mudança de direção: “Em 1916, dá-se um verdadeiro terremoto mudancista no *Museu Paulista*: cai o diretor-cientista e com ele se vai o projeto até então hegemônico de um instituto de ciências naturais. Em seu lugar irá se entronizar um projeto explicitamente ideológico, voltado mais para a relação memória-poder e menos para o par dialético ciência-poder”. Noutro trecho, afirma: “Afonso de Taunay assume a diretoria do Museu Paulista em 1917, com a missão de ‘historicizá-lo’, isto é, de preencher com matéria histórica aquele memorial desvirtuado em laboratório científico”, *Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil*, p.32.

³³Taunay solicitou ao Secretario do Interior a biblioteca da seção botânica da Secretaria da Agricultura que considerava de grande valor: “sobretudo agora que esta diretoria está procedendo, (...), à instalação da sala de exposição botânica e à revisão do herbário e do material a classificar levada a efeito pelo Dr. Hoehne e o Sr. Luederwaldt.”, ofício de 21/5/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n.103. A biblioteca seria transferida no mesmo ano para o *Museu*.

sala de botânica; contratou um desenhista “especialista em reprodução de assuntos de história natural”³⁴, entre outras providências³⁵. Vejamos algumas delas com mais detalhes.

Reativar a *Revista do Museu* foi uma das primeiras preocupações do novo diretor:

“Desde que tomei posse da diretoria lembrei a V. Excia., a conveniência de se editar um novo tomo da revista do Museu Paulista, publicação interrompida desde 1914. Obtendo a imediata aquiescência e animação de V. Excia., tratei de angariar colaboradores para o volume em projeto obtendo logo a adesão de numerosos cientistas e estudiosos das ciências naturais (...) No tomo X figuram contribuições zoológicas, botânicas, etnográficas, geológicas, arqueológicas etc., nelas surgindo preciosas memórias que farão, estou certo, com que o órgão do Museu se mantenha à altura do seu passado.” (Taunay, 1918c, p.990).

O próprio Taunay contribuiria para o primeiro número da *Revista* publicado sob sua direção com o artigo “O primeiro naturalista de São Paulo (Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, 1752-1826”. Baseando-se em fragmentos de um livro sobre observações ornitológicas, oriundos do período colonial, procurava demonstrar que Ordonhes teria sido: “(...) o primeiro filho de São Paulo que haja escrito cientificamente alguma coisa sobre as ciências naturais.” (Taunay, 1918b, p.831). Nas entrelinhas fazia a apologia da história, da ciência e de São Paulo. O pretexto era reparar uma injustiça, conferindo a Ordonhes: “(...) entre paulistas, quiçá mesmo entre brasileiros, salvo quanto a Alexandre Rodrigues Ferreira, a

³⁴Ofício de Taunay para o Secretario do Interior, 14/3/17, Fundo Museu Paulista, pasta n.103.

³⁵Todas as atividades listadas fazem parte da correspondência do *Museu*, organizada no Fundo Museu Paulista. Esta correspondência encontra-se bem organizada e permite o acompanhamento das atividades diárias do *Museu*.

primazia do cultivo da zoologia, orientada pelo critério rigoroso, científico e moderno.” (Taunay, 1918b, p.845).

As coleções destinadas ao público também estiveram entre as preocupações de Taunay e foram motivo de severas críticas à administração anterior:

“À primeira vista ressaltava o descaso com que desde longos anos viviam as coleções destinadas ao público. Logo à entrada do *Museu*, contrastando com a elegância e suntuosidade do seu peristilo tão nobre, surgiam aos olhos dos visitantes atônitos um camelo e uma girafa lamentavelmente pelados, desbotados, sujos, pessimamente preparados, espécimes de uma taxidermia pré-histórica. Nas salas do andar superior nada mais desagradável do que o aspecto dos armários onde se viam as coleções zoológicas, mineralógicas, etnográficas, numismáticas, etc.” (Taunay, 1918c, p.983).

Taunay não se limitaria a fazer críticas, mas procuraria modificar a situação: “(...) resolvi mandar que o taxidermista substitua todos estes exemplares (...) nas vitrinas onde os exemplares são pouco numerosos se coloquem novos espécimes, para que as salas se apresentem com melhor aspecto ao numeroso público que já as frequenta.”³⁶

Também as coleções em série ou de estudos estiveram sob sua mira. Ao deparar-se com o que considerou a riqueza e extensão dessas coleções, rejubilou-se: “Tive a maior e a mais agradável surpresa verificando quão rico era o material armazenado nos depósitos do *Museu*, quão extensas e valiosas as suas coleções em série angariadas sobretudo graças aos resultados das extensas campanhas dos naturalistas viajantes do Instituto.” (Taunay, 1918c, p.989).

³⁶Ofício de Taunay para a Secretaria do Interior, 10/3/1917, Fundo Museu Paulista. pasta n. 103.

Dando seqüência às providências para reestabelecer as atividades e o prestígio científico do *Museu*, Taunay contrataria um botânico: “Aquiessendo V. Excia. à minha proposição convidei para o lugar do botânico o Dr. Frederico Carlos Hoehne, naturalista brasileiro, de nome feito nas nossas rodas científicas, membro desde 1910 da comissão Rondon, e autor de numerosas e reputadas memórias sobre a nossa flora (...)” (Taunay, 1918c, p.977-978).

Mais e mais providências iam sendo tomadas para incrementar as atividades científicas. Diversos naturalistas foram convidados a contribuir com a *Revista* ou para trabalharem temporariamente na classificação do material do *Museu*³⁷. Foram contatados Ricardo Krone, Mello Freitas, Adolpho Ducke, Adolpho Lutz, Luís Travassos, Carlos Moreira, Alípio de Miranda Ribeiro, entre outros. Miranda Ribeiro e Roquette Pinto prometeram vir a São Paulo prestar serviços ao *Museu*:

Como V. Excia. sabe, em princípios do ano vindouro prometeu o Sr. Professor Dr. Alípio Miranda Ribeiro do Museu Nacional o eminente zoólogo brasileiro cujo saber tanto é acatado no país e no estrangeiro, vir trabalhar no Museu por algum tempo, com o fim de determinar o nosso rico material ictiológico. Idêntica promessa fez o Sr. Professor dr. Edgard Roquette Pinto, o erudito autor da Rondonia, cujos conhecimentos etnográficos e antropológicos tão conhecidos e justamente celebrados são.” (Taunay, 1918c, p.977-978)³⁸.

³⁷Taunay sugeria ao Secretario do Interior em officio de 14/3/1917: “contratar o Museu, em comissão, por três meses, de cada vez, especialistas que viessem ultimar ou promover o avanço da classificação do nosso material. Teríamos a vantagem de possuir profissionais de especialidades várias trabalhando nos diversos ramos da história natural em vez de um funcionário fixo, cujo campo de ação seria necessariamente restrito.”, Fundo Museu Paulista, pasta n.103.

³⁸A idéia de convidar cientistas de diferentes especialidades para atuarem no *Museu Paulista* surgiu em fevereiro de 1917, com a saída de Rodolpho von Ihering. Na ocasião, Taunay escreveria ao Secretário do Interior: “Submeti a V. Excia. a idéia de se lhe não preencher a vaga, tomando um assistente para a seção de botânica, a fim de determinar o copioso material existente no Museu e contratando por espaço de meses, sucessivamente um zoólogo, um

Miranda Ribeiro trabalharia algum tempo no *Museu*, estudando a fauna ictiológica; quanto a Roquette Pinto não encontrei dados sobre a concretização ou não de sua promessa. Taunay, por suas intensas relações com o *Museu Nacional*, seria eleito membro correspondente daquela instituição, respondendo que se sentia honrado em pertencer a “um cenáculo de naturalistas eminentes.”³⁹

Tal como na administração anterior, indivíduos e instituições científicas nacionais continuariam o intercâmbio com o *Museu*. O *Instituto Agrônomo* pedia mudas de mate⁴⁰, mandava lista de plantas para permuta, enviava passarinhos para estudos; o *Instituto Manguinhos* mandava helmintos para estudos⁴¹; o Sr. C. Battiston, de Araras, mandava uma aranha⁴²; a *Fazenda Moderna* – “revista mensal ilustrada de lavoura, criação, indústrias rurais e comércio” - pedia a *Revista do Museu Paulista*, já que esta teria “íntimas relações com a agricultura”⁴³; a Farmácia Internacional enviava um bezerro de 2 cabeças⁴⁴; a Xarqueada S. Francisco pedia instruções para doar chifre de grossura desproporcional⁴⁵.

entomólogo etc.; até que as condições gerais do Universo melhorassem e se pudesse conseguir um bom naturalista fixo para o estabelecimento.” Relatório referente ao ano de 1917, p.977.

³⁹Ofício de Taunay para o *Museu Nacional*, 23/4/1918, Fundo Museu Paulista, pasta n.105.

⁴⁰Ofício do *Instituto Agrônomo* para Taunay, 12/2/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n.103.

⁴¹Ofício do *Instituto Manguinhos* para Taunay, 31/3/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n.103.

⁴²C. Battiston dizia ter enviado: “(...) uma aranha que peguei em minha casa. Achei que tal aranha representasse uma raridade e tive a idéia de enviá-la para esse Museu, V.S. fará dela o que lhe aprouver”. Ofício de 9/8/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n.104.

⁴³Ofício do *Fazenda Moderna* para Taunay, 16/4/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n. 103.

⁴⁴Ofício da Farmácia Internacional para Taunay, 14/12/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n.104.

⁴⁵Ofício da Xarqueada São Francisco para Taunay, 12/1/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

Ao mesmo tempo, Taunay procuraria manter o intercâmbio com instituições do exterior. Escreveu para a *Smithsonian Institution*⁴⁶ e para a *Universidade de Cornell*, pedindo intercâmbio de publicações e material zoológico; fez consultas ao *British Museum* sobre espécimes etnológicos; remeteu espécimes ao *Museu Nacional de História Natural* de Buenos Aires para permuta; trocou informações com o *Museu de La Plata* sobre formigas. Quando não havia especialistas no Brasil que dessem resposta a um problema, era ao exterior que se dirigia, como no caso de um “lepdóptero prisioneiro e malfeitor” enviado para um especialista em Washington⁴⁷.

Dando seguimento às atividades científicas, os naturalistas viajantes foram postos em ação. Em 1917, Taunay pensava em reativar as grandes viagens: “É o sr. Garbe como já o disse a V. Excia. um caçador emérito. Lembrei-me de o enviar a Mato Grosso de onde poderá trazer volumoso material comparável ao das suas grandes viagens do Rio Juruá, do Alto Uruguai, do outrora sertão de Avanhandava, campanhas que foram proveitosíssimas⁴⁸. Da mesma forma, em 1918: “Durante o ano por diversas vezes caçaram e herborizaram na Mata do Governo, em Itatiba e no Alto da Serra os Srs. João L. de Lima e H. Luederwaldt trazendo de suas viagens bastantes espécimes vegetais e zoológicos.” (Taunay, 1918c, p.999).

⁴⁶Taunay escreveria à assistente curadora de invertebrados marinhos do *Smithsonian Institution*, Mary Rathbun: “I ask you for an active exchange of materials (...)”. Ofício de 12/2/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n. 103.

⁴⁷Taunay para Dr. Diogo Faria, 1/10/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n. 104.

⁴⁸Taunay para o Secretario do Interior, 25/7/1917, Fundo Museu Paulista, pasta n. 104.

Em alguns momentos, Taunay chegou mesmo a dar prioridade ao aspecto científico em detrimento do histórico. É o caso de seu parecer sobre a possível compra de quadros da Marquesa de Santos e do Brigadeiro Tobias de Aguiar:

“Como já tive ocasião de informar a V. E., este preço (...) é incompatível com os recursos ordinários do Museu. Tanto mais quanto como já tive a honra de lembrar a V. E. (...) achasse o Museu em urgente necessidade de mobiliário e de subsidiar uma excursão do naturalista viajante, visto como desde 1916 nada se pode fazer para reunir material novo zoológico, devido ao estado de guerra. (...) embora não saiba quem haja pintado os dois quadros, reputo-os valiosos, quer pelo lado artístico quer pela significação histórica dos personagens neles retratados. Entendo porém que o Museu, com as escassas verbas de que agora dispõe não os pode adquirir presentemente.”⁴⁹

De todos os esforços do novo diretor, talvez o mais importante para afirmar que a ciência esteve entre as prioridades do período inicial da sua administração, tenha sido seu plano para o futuro científico do *Museu*. Este previa, não somente a continuidade das atividades científicas da instituição, mas também a ampliação do espaço destinado a estas atividades. Nesse plano, o incremento da História Natural não era considerado incompatível com as atividades relacionadas à História Pátria, sendo ao contrário, entendido como complementar à programação para o centenário da Independência, daí a quatro anos. A idéia de Taunay era anexar um jardim zoológico:

“Mais tarde, com o desenvolvimento dos serviços do *Museu*, muito seria a desejar que ao estabelecimento pudesse ser anexado um jardim zoológico como sucede ao *Museu Goeldi* em Belém. A área de que atualmente dispomos para tanto é

⁴⁹Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 24/12/1918, Fundo Museu Paulista, pasta n.106.

insuficiente. Pode ainda o Estado adquirir terrenos bastante vastos às margens do Ipiranga, uns cem ou duzentos mil metros quadrados atendendo ao futuro da nossa Instituição (...) Sugerindo ao alto critério de V. Excia. semelhante lembrança como complemento ao seu magnífico plano de obras comemorativas do centenário da Independência ouso esperar que a atenção de V. Excia. se volte para esta ordem de idéias.” (Taunay, 1918c, p.996).

Falando dos trabalhos científicos do *Museu*, Taunay diria em 1920: “Continuam cada vez mais animados, quer por parte dos funcionários do *Museu*, quer por parte dos estudiosos que a ele vêm ter, quatro ou cinco apaixonados das ciências naturais que são extremamente assíduos.”⁵⁰

No mesmo documento falava do tomo X da *Revista* que saíra com mais de 1.000 páginas e do tomo XI que estava pronto para sair com 950 páginas e “(...) uma extensa resenha bibliográfica compreendendo o movimento das ciências naturais no Brasil nos últimos seis anos, (...)”⁵¹.

Para o problema da falta de espaço, Taunay sugeria: “(...) despender o Estado uns duzentos contos na construção de um prédio do porte de um dos grandes grupos escolares como o Pedro II da Barra Funda, ali se colocariam a administração, a biblioteca, os laboratórios e depósitos do Museu.”⁵². Portanto, não era sugerida a separação da História Natural e História e, sim, a remoção das coleções em álcool, devido a problemas de segurança. Atitude que, segundo Taunay, vinha sendo tomada por todos os museus do mundo.

⁵⁰Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 5/5/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁵¹Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 5/5/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁵²Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 5/5/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

Um acontecimento exemplar para representar a postura inicial da administração Taunay foi a inauguração de duas novas salas de exposição, uma voltada para a ciência e outra para a tradição: salas A7 e A10⁵³.

A ciência era contemplada na sala A7, dedicada à botânica, na qual, os espécimes eram exibidos de acordo com os critérios científicos considerados mais modernos, ou seja, procurando demonstrar os preceitos da evolução:

“Entrando-se na sala, vêem-se à esquerda, as formas mais rudimentares do mundo vegetal - representadas, devido à dimensões microscópicas, por meio de desenhos muito ampliados. As Acrassiales no primeiro quadro em cima, constituem as primeiras.

De quadro em quadro, seguem então formas cada vez mais complexas e perfeitas demonstrando pouco a pouco a teoria da evolução, até que, em escala ascendente, se chega numa volta completa pela sala, às Compostas da extremidade direita junto à entrada.” (Taunay, 1918c, p.986).

Na sala A10, foram expostos documentos e velhas cartas geográficas referentes à cartografia sul-americana e brasileira. E, também, quadros históricos que, deslocados de outras salas, passavam a receber foco especial⁵⁴. Segundo Taunay:

“A segunda sala aberta ao público, A10, também correspondia a uma verdadeira necessidade. No monumento do Ipiranga, construído para a celebração do nosso magno acontecimento nacional, como solenemente o declara a sua grande placa inaugural da escadaria, com todo o seu destaque, quase nada havia que lembrasse a tradição brasileira e paulista. Em dois

⁵³O governo teria liberado verbas extra, para suprir a dotação orçamentária de 200\$000 que, segundo Taunay: “(...) não dava sequer margem para a conservação regular das coleções (...)”, Relatório referente ao ano de 1917, p.975.

⁵⁴Os quadros expostos eram *Fundação de São Vicente* e os retratos de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Domingos Jorge Velho e Padre José de Anchieta, todos de Benedito Calixto.

acanhados cômodos, se espalhavam objetos heterogêneos em arrumação defeituosa, quadros históricos de envolta com móveis e objetos velhos, documentos sem valor algum histórico ou arqueológico, ali tendo ido parar ao acaso da boa vontade dos seus doadores.” (Taunay, 1918c, p.986).

A preocupação com a história e a tradição aumentaria e se traduziria na prática. Com a aproximação e a apropriação da data do centenário da Independência pelas forças políticas em ação naquele momento, haveria um forte estímulo à História que ganharia espaço no *Museu* em detrimento das atividades científicas.

Taunay e a História Pátria

Taunay definia as aquisições da administração anterior para as coleções de história como insignificantes e procurava deixar claro que, sob sua direção, a História teria vez. Com relação ao estado em que encontrou as coleções históricas, tudo o incomodava: o tamanho, a forma de organização e o tipo de objetos expostos. Alguns objetos chegariam mesmo a ser alvo do riso público: “Vinte anos havia que se paralisara quase por completo tão importante seção do Museu. Nas vitrinas figuravam diversos objetos que ali não deviam estar, alguns mesmo ridículos e provocadores da risota pública, dignos acompanhadores do célebre vaso noturno que o presidente Campos Sales ordenara que se retirasse da exposição pública.” (Taunay, 1918c, p.986).

Distante do entusiasmo dos primeiros anos republicanos, quando se pretendeu instruir, inclusive esteticamente, o público, Taunay via a mistura de objetos geológicos e quadros como negligência da antiga direção: “Outro fato

demonstra o abandono em que a chamada ‘coleção histórica’ se achava. É difícil explicar, por exemplo porque fora uma tela representando a fundação de São Vicente alcandorar-se por cima de um armário de minerais, na sala de mineralogia e geologia, a quase 4 metros acima do soalho. Nada ou quase nada no Museu Paulista lembrava o passado de São Paulo.”(Taunay, 1918c, p.987).

Fazendo jus a sua retórica, o novo diretor tomaria muitas iniciativas para desenvolver as coleções de história. A empolgação era crescente e, em julho de 1918, Taunay pediria verbas a fim de aprontar o *Museu* para a festa da Independência: “Ora aproxima-se a data centenária de 1822 e o nosso Museu precisa aparelhar-se para poder, aos visitantes desse tempo, apresentar uma feição mais comemorativa da efeméride gloriosa, adquirindo objetos que lembrem a época da Independência, por exemplo, mobiliando-se mais densamente etc.”⁵⁵.

Muitos e variados esforços foram feitos a fim de preparar a instituição para as festas centenárias. Taunay conseguiria do Supremo Tribunal Militar o retrato do Barão de Cahahy⁵⁶; escreveria pedindo ajuda ao Automóvel Clube⁵⁷; faria apelos através dos jornais a fim de conseguir retratos de personagens ligados à Independência⁵⁸; organizaria um concurso para uma monografia sobre o 7 de setembro⁵⁹; trocava cartas com a *Biblioteca Nacional*, recebendo desta, entre

⁵⁵Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 24/7/1918, Fundo Museu Paulista, pasta n.106.

⁵⁶Ofício do Supremo Tribunal Militar para Taunay, 23/1/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁵⁷Ofício de Taunay para Henrique Baurepaire de Aragão, 26/1/1920; ofício de Taunay ao Secretário do Interior, 5/3/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109. O Automóvel Clube de São Paulo ajudaria, adquirindo um quadro do pintor Oscar Pereira da Silva e quatro grandes medalhões com os retratos de Antônio Carlos, Martim Francisco de Andrada, Cônego Januário da Cunha Barbosa e José Joaquim da Rocha para a “galeria dos grandes vultos da Independência do Museu Paulista”.

⁵⁸Uma das respostas aos apelos nos jornais foi o ofício de João Raimundo Duarte, de 26/1/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁵⁹Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 8/3/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

outras coisas, um retrato de Labatut⁶⁰; encomendaria obras de vários pintores, reproduzindo cenas das monções, cavalhadas etc. no afã de resgatar o “antigo modo de viver”⁶¹ e fazer a coleção da antiga iconografia paulista⁶². Os ofícios iam e vinham, pedindo reforço de créditos⁶³.

Todos os esforços acima foram efetuados em 1920, sob a administração do presidente de São Paulo Washington Luís. Conhecido por seu interesse pela história⁶⁴ e por suas ações políticas mirabolantes, o presidente não pouparia esforços para exaltar São Paulo, através dos recursos mais variados. Com ele, a idéia de aparelhar o *Museu* de forma grandiosa para o centenário ganhou corpo. Para isto, poder e verbas foram delegados a Taunay que pode ser definido como o homem certo, no lugar certo, na hora certa. Quanto à necessidade de reconstituir o passado, o acordo entre os dois era pleno: “(...) estou de pleno acordo com V.Excia. no tocante à necessidade da reconstituição dos antigos cenários de nossa

⁶⁰Ofício da *Biblioteca Nacional* para Taunay, 13/3/20, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁶¹Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 4/6/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁶²Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 22/4/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁶³Ver, por exemplo, ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 20/8/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.110.

⁶⁴Washington Luís fizera publicar documentos dos arquivos da Municipalidade e do Estado de São Paulo como as *Atas* e o *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, os *Inventários e Testamentos*, as *Sesmarias* e os *Documentos Interessantes*. Segue trecho da sátira de Juo Bananére, referindo-se ao autoritarismo de Washington Luís, que o teria feito, inclusive, historiador: “A Grizia Pulittica, una piquena circumferenza inzima du mussolino di Macae’

- Bondie sô Mussolino!

- Bondie Bananére! O che manda?

- Io sô dottore!? Io non mando nada! Chi manda aqui nista gapitania é u signore!

- E’ modestia sô Bananére!

- Intó io sô besta?! Intó io non tô veno!? U signore quizi sê segretario da polizia, i fui!

Quisi sê Governatore da città, i fui! Quizi sê Governatore du Stá di San Baolo, i fui! Quizi sê Storiadore, i fui! Aóra u signore stá quireno sê Prisentimo da a Republica i à di sê, i si um signore quizê sê Papa també à di sê, perchê San Pietro non éra no importanti come u signore fui!! (...), *O Estado de São Paulo*, 13/2/1924, apud. Casalecchi, *O Partido Republicano Paulista*, p.166.

terra, por meio de todos os elementos outrora a eles circunscritos, sob este ponto de vista é a nossa coleção absolutamente incipiente.”⁶⁵.

Os dois, porém, não estavam sozinhos na senda da exaltação histórica. Em 1920, Taunay seria convidado para membro da Comissão Técnica⁶⁶ da Comissão Executiva do Monumento das Bandeiras, pelo presidente honorário que era, nada mais, nada menos, que Washington Luís. Junto a outros colegas, o novo membro deveria apresentar um laudo a respeito da maquete de Brecheret para o monumento, sob o ponto de vista artístico, histórico e orçamentário⁶⁷. Taunay também seria convidado para participar da comissão julgadora do monumento a Carlos Gomes, que a colônia italiana oferecera ao Estado pela comemoração do centenário da Independência do Brasil⁶⁸. Foi feito um concurso para a melhor monografia sobre o 7 de setembro e Taunay figurava entre os membros nomeados para julgar a monografia⁶⁹.

Os esforços não se restringiam à capital. A prefeitura municipal de Porto Feliz, a pedido de Taunay, não só dispôs-se a fazer uma investigação sobre um batelão das monções como, poucos meses depois, já o convidava para a solenidade de inauguração do abrigo que havia sido construído para preservar e

⁶⁵Ofício de Taunay para Washington Luís, 26/2/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

⁶⁶Os colegas de Taunay na Comissão Técnica eram Ramos de Azevedo, Aguiar de Andrade, Adolfo Pinto e Wash Rodrigues.

⁶⁷Ofício dos secretários da Comissão Executiva do Monumento das Bandeiras - Armando Prado, Menotti del Picchia, R. Moreira - para Taunay, 24/8/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.110.

⁶⁸Ofício da prefeitura do Município de São Paulo para Taunay, 18/3/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.113.

⁶⁹Ofício do Secretario do Interior para Taunay, 25/10/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.114. Os outros membros da comissão eram Haddock Lobo Filho e Plínio Barreto.

homenagear a: “(...) histórica canoa em que os intrépidos bandeirantes atravessaram os mistérios do ‘Tietê’ e outros cursos d’água do sertão.”⁷⁰.

No *Museu*, o ritmo tornava-se febril. Taunay foi a Tremembé verificar instrumentos utilizados na lavoura do café⁷¹, doados ao *Museu*; escreveu à Princesa Isabel e ao Conde D’Eu em Paris, perguntando sobre a cor dos cabelos de membros da família real para dar “maior autenticidade” ao quadro em que seriam retratados⁷²; pediu a substituição das duas bandeiras nacionais, rasgadas e desbotadas, hasteadas no *Museu*⁷³; apelou a Tancredo de Barros Paiva, da Livraria Brasileira, para obter ajuda na busca de “personagens ilustres” como Gonçalves Ledo⁷⁴.

Aliás, Ledo talvez tenha sido o personagem que mais trabalho deu a Taunay. Este, em verdadeiro trabalho de detetive, rastreou os traços fisionômicos do personagem, seguindo pistas que foram de Cantagalo⁷⁵ a New York⁷⁶.

Para se ter uma idéia da importância dada à construção da versão paulista da Independência, no *Museu*, vale a pena acompanhar a movimentação de Taunay, visando encontrar a efígie de Ledo

⁷⁰ Ofício da prefeitura de Porto Feliz para Taunay, 5/1/1918, Fundo Museu Paulista, pasta n. 105.

⁷¹ Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 8/11/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n. 110.

⁷² Ofício de Taunay para o Conde e a Condessa D’Eu, 13/4/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 111.

⁷³ Ofício de Taunay para o Secretario do Interior, 26/12/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 112.

⁷⁴ Sobre Gonçalves Ledo e sua relação com a Independência ver Oliveira, Cecília Helena de Salles, Política e memória histórica.

⁷⁵ Ofício da Câmara Municipal de Cantagalo para Taunay, 21/2/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n. 109.

⁷⁶ Ofício de Taunay para Charles Keck, 4/3/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n. 109.

Ao receber da Livraria Brasileira a informação: “O retrato de Ledo está em uma fazenda em Macaé, onde passou sua infância o Dr. J. C. Rodrigues (...)”⁷⁷, Taunay prontamente escreveria para o tal doutor, perguntando se se lembrava dos traços de Ledo no retrato que via, quando criança, na casa de D. Carlota Ledo Vega. O destinatário responderia que, por ser muito novo na época, não lembrava.

Em busca da imagem de Ledo, Taunay apelou para a Livraria Brasileira, a imprensa⁷⁸ e o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁷⁹. O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, por sua vez, recorreu a Richard P. Momsen, advogado, morador do Rio de Janeiro, que prometeu obter cópia do retrato de Ledo: “Consegui de um amigo meu a promessa formal de fazer tirar, nos Estados Unidos uma cópia do único retrato dele, cuja existência se conheça”⁸⁰. Um ano depois, em maio de 1921, as coisas estavam no mesmo pé e Taunay desabafava com Washington Luís: “Escrevi dezenas de cartas, publiquei circulares nos principais jornais do Brasil. Renderam alguma coisa sempre pois graças à insistência obtive os retratos dos marechais Curado, Argollo (Visconde de Cahyba), Joaquim de Oliveira Alvares, do sucessor de Labatut, Lima e Silva (Visconde de Magé), Visconde de Pirajá, Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente da junta patriótica baiana.”⁸¹.

⁷⁷Ofício da Livraria Brasileira para Taunay, 5/2/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁷⁸Uma das respostas aos anúncios da imprensa veio de Feliciano A. de M. Lima que dizia possuir um desenho de Ledo feito pelo seu pai. Ofício de 15/3/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁷⁹Ofício de Taunay para o diretor do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 22/3/20, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁸⁰Ofício de Richard P. Momsen para Taunay, 3/4/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁸¹Ofício de Taunay para o presidente do Estado, 31/5/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

Mas, e quanto a Ledo? O mistério prosseguia: “(...) até hoje continuo em dúvida sobre a efígie de Joaquim Gonçalves Ledo (...)”⁸².

Sabedor de uma efígie de Ledo que teria sido utilizada como modelo pelo escultor Charles Keck, Taunay procurou o cônsul geral do Brasil em New York, pedindo contatar Keck. O escultor trocava algumas cartas com o cônsul, mas no final diria: “Eu estive na *Biblioteca Pública* e no *Museu de Arte*, na *Biblioteca da Universidade de Columbia*, escrevi para Washington na esperança de encontrá-la, mas até agora não tive sucesso”⁸³. Despedia-se, dizendo que continuaria a busca.

O cônsul confidenciaria a Taunay que a falta de interesse do escultor Keck em ceder informações sobre a efígie de Ledo, provavelmente dever-se-ia ao fato de ter sido preterido no concurso para a construção de um monumento que deveria ser posto nos terrenos do *Museu* para abrilhantar a festa da Independência. Taunay, indignado, avaliou com severidade o projeto do escultor. As críticas que fez ao projeto de Keck ajudam a compreender, por oposição, o tipo de representação histórica que Taunay considerava desejável: “(...) o seu projeto era prodigiosamente medíocre e digno de comemorar a Independência de Andorra ou de São Marinho, imagine um magro Pedro I cavalgando o mais deplorável rocim sobre um pedestalzinho insignificante e tendo por traz uma exedra onde havia uns cinco personagens sentados: José Bonifácio, Hipólito da Costa, Cônego Januário, José Clemente Pereira e Ledo.”⁸⁴

⁸²Ofício de Taunay para o presidente do Estado, 31/5/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

⁸³Ofício de Charles Keck para o Cônsul Geral do Brasil nos Estados Unidos, 7/10/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.112.

⁸⁴Ofício de Taunay para o Cônsul Geral do Brasil em New York, 30/5/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

Depois de receber mais uma resposta negativa, agora da *New York Public Library*⁸⁵, Taunay começava mesmo a pensar na existência de uma tramóia, conforme comunicou ao cônsul geral em New York: “A minha impressão é que alguém teimosamente ou antes maldosamente sabe do paradeiro do retrato do nosso grande agitador e o esconde (...). Esperemos de um momento para outro reapareça a misteriosa efigie, sobretudo agora que tanto se empenham em descobri-la eruditos e patriotas (...)”⁸⁶.

A mesma desconfiança permanecia na correspondência posterior com o cônsul. A diferença, é que Taunay começava a tomar outras providências para resolver o caso : “(...) há aí qualquer mistério a esclarecer, pois indubitavelmente deve existir a efigie de Ledo que o Dr. José Carlos Rodrigues tanto conheceu e durante tantos anos figurou na galeria dos retratos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (...). A espera da descoberta do retrato do nosso ilustre compatriota, servirá a fisionomia imaginada pelo escultor Keck de efigie presumível do pro-homem de 1822.”⁸⁷.

Taunay referia-se à fisionomia de Ledo imaginada por Keck para o projeto de monumento que fora rejeitado. De fato, chegando ao final de 1921 sem um resultado positivo, Taunay decidiu copiar a efigie de Ledo a partir do projeto de Keck, sem poder lançar mão do original que tanto procurara.

Para esta e outras iniciativas, o apoio do governo era maciço. Sobre os gastos com a decoração para a festa do centenário, Taunay diria: “Avalio que o

⁸⁵Ofício da New York Public Library para Taunay, 20/10/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.112.

⁸⁶Ofício de Taunay para o Cônsul Geral do Brasil em New York, 17/11/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.112.

⁸⁷Ofício de Taunay para o Cônsul Geral do Brasil em New York, 2/12/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.112.

revestimento e a decoração escultural do *Museu* completa não pode ficar em menos de várias centenas de contos de réis”⁸⁸. O projeto era grandioso, mas as verbas chegavam a tempo e em quantidade suficiente para realizá-lo. Foi aberta uma conta especialmente destinada aos gastos com o centenário.

Para contar a sua maneira a história de São Paulo, ou a história do Brasil a partir de São Paulo, a liberação de verbas foi tanta, que Artur Neiva, em carta a Taunay, não conteve o entusiasmo “(...) meus parabéns com todos os hurras que manda a pragmática atual: como soube cavar quase mil contos para o seu Museu, que técnica, amigo!”⁸⁹.

A correspondência com o gabinete presidencial era intensa. Do gabinete chegavam cartas de apresentação de artistas⁹⁰. O presidente também remetia objetos que considerava dignos de serem expostos, junto a sugestões sobre sua importância. Uma das motivações para expor um objeto era a exaltação dos “grandes homens”. É o caso de uma escrivanhinha setecentista enviada com a seguinte consideração: “Penso eu que a coleção de móveis antigos de São Paulo não deve ter em vista mostrar o adiantamento ou atraso das artes industriais entre nós, mas o fato artístico, o conforto e os meios de fortuna dos nossos maiores.”⁹¹

Washington Luís, envolvendo-se pessoalmente na transformação do *Museu*, enviou: a pena com que Prudente de Moraes assinou a constituição da

⁸⁸Ofício de Taunay para o Secretario do Interior, 5/5/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁸⁹Carta de A. Neiva para Taunay, 26/9/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁹⁰O ofício de 6/2/1920, por exemplo, recomendava o artista italiano N. Petrilli. Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

⁹¹Ofício do presidente do Estado para Taunay, 24/2/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

República⁹²; a espada doada pelos netos de Fernando Nogueira que fez parte da comitiva de D. Pedro I, quando da proclamação da Independência⁹³; um autógrafo de José Bonifácio⁹⁴; um quadro com desenho original da bandeira do Brasil e quatro fotografias de detalhes do mesmo quadro⁹⁵; uma peça de vestuário feminino da época da Independência⁹⁶; sinos e cruzeiros de bronze das ruínas existentes em Itapura⁹⁷; um mostrador de pedra de um relógio solar⁹⁸; um grande panorama de Santos pintado por Benedito Calixto⁹⁹; algumas flechas, arcos, buzina e bolsa com miudezas dos índios de Mato Grosso¹⁰⁰.

Ao que parece, Washington Luís estava para Taunay, assim como Cesário Motta esteve para Ihering. Sobre a atuação de Washington Luís, Taunay diria, mais tarde: “Sob a presidência do Dr. Washington Luís P. de Souza (1920-1924) tomou a seção histórica enorme desenvolvimento. Largos créditos lhe foram concedidos pelo novo presidente, apaixonado tradicionalista, para a apresentação condigna do palácio do Ipiranga e suas coleções na data fausta do centenário da Independência.” (Guia da Seção Histórica do *Museu Paulista*, 1937, p.48).

⁹²Ofício do presidente do Estado para Taunay, 6/9/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 112.

⁹³Ofício do presidente do Estado para Taunay, 9/9/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 112.

⁹⁴Ofício do presidente do Estado para Taunay, 12/9/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 112.

⁹⁵Ofício do presidente do Estado para Taunay, 18/9/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 112.

⁹⁶Ofício de Taunay para o presidente do Estado, 7/10/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 112.

⁹⁷Ofício de Taunay para o presidente do Estado, 14/11/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 112.

⁹⁸Ofício do presidente do Estado para Taunay, 25/11/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n. 112.

⁹⁹Ofício de Taunay para o presidente do Estado, 1/5/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n. 113.

¹⁰⁰Ofício de Washington Luís para Taunay, 14/11/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n. 114.

Era com Washington Luís que Taunay discutia os “retratáveis” - personagens com possibilidade de serem retratados para figurarem nas galerias do *Museu* - e também com autoridades como Capistrano de Abreu¹⁰¹. Ao primeiro, Taunay falava, em 1921, das dificuldades para obter os personagens desejados:

“A questão porém é do número de retratos e da ausência de conhecimento que existe acerca das efígies de alguns vultos eminentes que ali tanto mereceriam figurar. Nestas condições Felipe dos Santos, os principais mártires da revolução pernambucana de 1817, como Domingos Theotônio Jorge, Padre Roma, Padre José Ribeiro Pessoa, ou de propagandistas portugueses da liberdade como Patroni no Pará, Luiz Pereira da Nóbrega, no Rio de Janeiro, personagens de conduta heróica nas ações de guerra da Campanha da Independência como João das Botas, José de Barros, Falcão de Lacerda etc.”¹⁰²

Eram recorrentes os ofícios de artistas oferecendo-se para prestar serviços. O professor Failutti candidatou-se a fazer retratos¹⁰³; Henri van Emelen¹⁰⁴, Nicola Rollo e Amadeu Zani¹⁰⁵ propuseram-se a fazer esculturas. Todos eles realizariam obras para o *Museu*. Emelen, por exemplo, faria os vasos para decorar a escadaria monumental¹⁰⁶.

Taunay interferia diretamente na composição das obras. Os artistas eram informados e pediam informações sobre como representar a história. Niccolo

¹⁰¹No ofício de 30/5/1921, por exemplo, Taunay pedia a opinião de Capistrano de Abreu sobre retratos que deveriam figurar no *Museu*. Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

¹⁰²Ofício de Taunay para o presidente do Estado, 31/5/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

¹⁰³Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 26/2/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

¹⁰⁴Ofício de Henri van Emelen para Taunay, 16/5/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

¹⁰⁵Ofício de Nicola Rollo e Amadeu Zani para Taunay, 20/6/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

¹⁰⁶Ofício de Henri van Emelen para Taunay, 9/6/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.109.

Petrilli, por exemplo, perguntava como deveria representar o episódio da morte do sobrinho de Tibiriçá, pois havia duas versões sobre o episódio¹⁰⁷. O mesmo Petrilli entraria em conflito com Taunay por ter-se recusado a retocar e dar uma expressão mais corada aos personagens lívidos da cor da parede que teria pintado¹⁰⁸.

Também houve uma querela com Rodolpho Bernardelli em torno da estátua de D. Pedro I que o artista faria para figurar no nicho central da escadaria do *Museu*¹⁰⁹. Taunay acompanhava atentamente os trabalhos de Bernardelli¹¹⁰. Tudo correu bem, até o artista anunciar que a estátua não ficaria pronta a tempo. Taunay reclamou: “Será um terrível fiasco que eu não possa apresentar a estátua de D. Pedro I a dominar a escadaria do Museu, figura principal nas festas comemorativas cuja ausência certamente me trará as mais acerbos queixas e reparos”¹¹¹. Afinal, como fazer a festa de D. Pedro, sem ele?

“O que não convém de todo é que se faça a festa de D. Pedro I com a sua ausência completa, ficando o nicho da nossa escadaria lamentavelmente vazio e isto quando as demais estátuas hão de estar todas colocadas inclusive as duas grandes de mármore mandadas da Itália pelo Prof. Brizzolara.”¹¹².

¹⁰⁷Ofícios de 6/4/1922 e 30/6/1922, 7/7/1922, Fundo Museu Paulista, pastas n.113 e 114.

¹⁰⁸Ofícios de Taunay para Petrilli, 20/6/1922, 24/6/1922, 30/6/1922, 7/7/1922 e 8/7/1922, Fundo Museu Paulista, pastas n.113 e 114.

¹⁰⁹Ofícios de R. Bernardelli para Taunay, 29/9/1921 e 9/11/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.110.

¹¹⁰Ofícios de Taunay para o Secretario do Interior, 4/1/1922 e 22/4/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.113.

¹¹¹Ofício de Taunay para Bernardelli, 19/6/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.113.

¹¹²Ofício de Taunay para Rodolpho Bernardelli, 30/6/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.113.

Todos os apelos foram em vão. Foi necessário emprestar do diretor da Escola Nacional de Belas Artes, um busto do imperador para a festa: “O seu busto de Pedro I teve um sucesso extraordinário e foi apreciadíssimo: mandei fazer-lhe uma ornamentação em torno com flores, bandeiras modernas e antigas, braços recentes e de outrora e o decorador saiu-se muito bem.”¹¹³

Mas, a festa era paulista e D. Pedro teria de dividir as honrarias com os bandeirantes. Em janeiro de 1922, Taunay pediu aprovação para encomendar ao artista Luigi Brizzolara, na Itália, as gigantescas estátuas dos bandeirantes Antonio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes Leme que se encontram, até hoje, no saguão do *Museu*. No Brasil, o professor Amoedo seria incumbido de pintar os bandeirantes, representando cenas de uma varação e de uma mineração¹¹⁴. Outro artista, Henrique Bernardelli, receberia recomendações de como pintar o bandeirante que lhe fora encomendado, já que não fora encomendado somente um bandeirante, mas uma interpretação da história:

“(...) deve representar Matias Cardoso de Almeida personagem que me parece dever ter sido um homem de face gravibunda e assim pediria ao ilustre amigo que o pusesse com barbas e já de certa idade na época em que este famoso sobrinho de Fernão Dias andou a bater-se com os índios do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Piauí, de 1689 a 1694.

E como este quadro vai figurar numa galeria em que todos tem atitudes heróicas, não será de recear que ele venha representando um homem numa situação despreocupada como quem está a fumar? Receio que daí nasça uma certa heterogeneidade com os demais quadros e estátuas.

¹¹³Ofício de Taunay para João Baptista da Costa, 11/9/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.114.

¹¹⁴Ofício de Amoedo para Taunay, 12/2/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.113.

Assim lhe pediria que suprimisse o cachimbo, e seu quadro deve ir ao lado da estátua do seu irmão que representa Pedro I a arrancar o tópicos português. Ora, poderá causar estranheza ver-se um homem, figura principal da tela, a fumar, entre o Imperador nesta atitude heróica e o conquistador de Goiás, estátua de Zani apoiado no seu arcabuz em posição de combate; não pensa assim?¹¹⁵.

Ao final de toda essa movimentação estava montado um discurso histórico que exaltava São Paulo como o berço da nacionalidade e o lugar de onde esta se irradiava para o resto do país. A história ganhara – inclusive literalmente - mais espaço no *Museu*. Nada menos que oito novas salas: “A 7 de setembro de 1922 foram abertas à visita pública oito salas novas consagradas à história paulista e nacional, além de se ter procedido à decoração do majestoso peristilo, da escadaria monumental e do Salão de Honra, onde apenas se apresentava outrora o quadro de Pedro Américo.” (Guia da Seção Histórica do *Museu Paulista*, 1937, p.48).

Depois dessa transformação, não é de se estranhar que a Liga Nacionalista¹¹⁶ tenha escolhido e solicitado justamente o salão de honra do *Museu Paulista* como o espaço em que desejava dar uma festa na noite de 7 de setembro de 1922¹¹⁷.

¹¹⁵Ofício de Taunay para Henrique Bernardelli, 20/7/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.114.

¹¹⁶A Liga Nacionalista foi um dos diferentes movimentos que se organizaram durante e após a Primeira Guerra. Foi fundada no dia 7 de setembro de 1916 e tinha como fio condutor o patriotismo de Olavo Bilac. Centrando fogo na defesa nacional e na educação, tinha como preocupações centrais a questão do serviço militar obrigatório e a educação cívica e patriótica.

¹¹⁷Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 3/8/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.114. Não encontrei dados sobre a realização ou não da festa.

A História Natural na festa do centenário

E a História Natural? Com o crescimento febril das atividades voltadas para as festas do centenário, Taunay, assoberbado com as novas ocupações¹¹⁸, negligenciava o lado científico da instituição, o que é fácil constatar através das reclamações de cientistas e instituições científicas com relação ao seu “sumiço”. De 1920 em diante foram muitas as reclamações: Mello Leitão reclamava não ter notícias de Taunay há 3 meses¹¹⁹; a *Academy of Natural Sciences of Philadelphia* não tinha notícias “desde maio”¹²⁰; Alípio de Miranda Ribeiro reclamava do “longo silêncio”¹²¹; Mello Leitão não desistia: “Há quanto tempo não tenho notícias suas! (...) já esqueceu os amigos do Rio? Minha última carta na qual lhe mandava afinal meus garatujos desenhos ficou sem resposta.”¹²²

Reclamações à parte, era aos “amigos do Rio”, entre outros cientistas, que estavam encomendados os artigos para o tomo XIII da *Revista do Museu Paulista* que daria o toque científico à celebração do 7 de setembro¹²³. Este tomo sairia com mais de 1300 páginas e, segundo Taunay, “(...) se lhe demos tal extensão foi justamente para que melhor se assinalasse o ‘Tomo do Centenário’ (Taunay, 1922,

¹¹⁸Em ofício a Bruno Lobo do *Museu Nacional*, 15/2/22, Taunay diria: “Estou absolutamente apossado de serviço com o centenário e sinto-me muito cansado”. Fundo Museu Paulista, pasta n.113.

¹¹⁹Ofício de Melo Leitão para Taunay, 26/8/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.110.

¹²⁰Ofício da *Academy of Natural Sciences of Philadelphia* para o *Museu Paulista*, 14/12/1920, Fundo Museu Paulista, pasta n.110.

¹²¹Carta de Alípio de Miranda Ribeiro para Taunay, 19/2/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

¹²²Carta de Mello Leitão Para Taunay, 17/5/1921, Fundo Museu Paulista, pasta n.111.

¹²³O tomo XIII acabaria saindo atrasado para a festa do 7 de setembro. Saiu apenas em dezembro, o que Taunay lamentaria no prefácio.

p.III). Taunay falava com entusiasmo desse número da *Revista* que já era o quarto sob sua direção. Nele, saíram artigos científicos de zoologia, botânica e etnografia, entre os quais: “*Theraphosoideas* do Brasil” e “Sobre uma aranha parasita de saúva” de Mello Leitão; “A única verdadeira rã do continente sul-americano” e “Os *hylodideos* do Museu Paulista” de Alípio de Miranda Ribeiro; “Novidades da flora Matto-grossense, do herbário da comissão Rondon” de F. C. Hoehne; “Gramática da língua tupi” do americanólogo Constantino Tastevin. Mas o toque científico não se restringiria à *Revista*. Outras providências seriam tomadas para a boa apresentação das ciências na festa da Independência.

Taunay dispendeu com o mobiliário das salas de História Natural parte das verbas destinadas às festas da Independência: “Sabe V. Excia. que a enorme reforma que passou o Museu sobretudo quanto à pintura fez com que precisasse eu recorrer à verba destinada à ‘Comemoração da Independência’ a fim de restaurar o mobiliário das salas de história natural que ficou em mísero estado com a pintura das portas e paredes das diversas salas.”¹²⁴

Também foram compradas vitrines novas que possibilitariam uma exposição “soberba” de entomologia:

“Com as novas vitrinas poderemos fazer uma exposição realmente soberba pois os recursos de nossas reservas são enormes; temos mais de 80.000 insetos em série e deste acervo onde há numerosas raridades vamos poder agora exhibir ao público elementos de primeira ordem até agora guardados por falta de mobiliário. Assim as nossas duas salas de entomologia poderão traduzir a riqueza da fauna brasileira e

¹²⁴Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 5/5/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.113.

constituir uma das melhores exposições do Museu Paulista.”¹²⁵.

Quanto ao naturalista viajante, fizera grandes esforços para preparar as salas de zoologia para a festa do centenário: “Ainda este ano trabalhou [o naturalista viajante] com o maior afinco na reorganização de diversas salas de zoologia para a reabertura do Museu a 7 de setembro.”¹²⁶.

Ao lado dos esforços para montar um aparato histórico no *Museu*, as coleções científicas foram organizadas e a *Revista do Museu Paulista* foi publicada para abrilhantar as comemorações do centenário. O que se pode dizer é que as ciências naturais não ficaram do lado de fora da festa da Independência, mas certamente não detinham o papel principal.

Panem et circences

Quanto a Taunay, pode-se dizer que sua figura sintetizava, de alguma forma, os dois períodos do *Museu*: aquele que se encerrara com a saída de Ihering, no qual a História Natural havia sido prioridade e aquele que se iniciara com a entrada do próprio Taunay na instituição e traria a História para o primeiro plano. Não seria exagerado dizer que Taunay passou, no plano pessoal, por uma metamorfose semelhante à do *Museu*. Com formação em engenharia, foi professor da Escola Politécnica de São Paulo e demonstrou entusiasmo pelas ciências

¹²⁵Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 14/5/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.113.

¹²⁶Ofício de Taunay para o Secretário do Interior, 26/10/1922 Fundo Museu Paulista, pasta n.114.

naturais, mas sua atenção iria, cada vez mais, voltar-se para a História, tornando-se conhecido, afinal, como historiador.

Quanto à metamorfose do *Museu*, Taunay diria que este adquiriu “(...) uma feição absolutamente nacionalista, nele se celebrando os grandes feitos dos grandes vultos da História brasileira, especialmente de São Paulo.”¹²⁷

Toda essa parafernália nacionalista montada no *Museu* tinha destino certo: o público. Quanto ao impacto junto ao público, a avaliação do construtor desse teatro da história não deixou dúvidas: os resultados foram plenamente satisfatórios. No mês seguinte ao espetáculo do centenário, Taunay rejubilava-se: “Não podeis imaginar como cresceu a afluência de visitantes no Museu; hoje atinge ao número quádruplo do que era nos anos anteriores, basta dizer-vos que nos últimos três domingos tivemos respectivamente 7.856, 11.362 e 8.163 visitantes ao passo que em igual período do ano transacto o total foi de 8.812 para todo o mês de setembro quando no corrente ano tivemos só em três domingos 27.381!”¹²⁸

Apesar do sucesso, a obra de “síntese histórica” não era dada por encerrada. Taunay, logo após as festas do centenário, recorreu ao senador Alfredo Ellis, tentando obter subsídios federais para criar no palácio do Ipiranga um verdadeiro museu histórico nacional:

“Se V. Ex. quiser prestar-nos o seu apoio tão patriótico e tão esclarecido e daí provier este subsídio, poderá o Brasil dispor num monumento que é uma jóia arquitetônica como o Palácio do Ipiranga de um verdadeiro museu histórico nacional que

¹²⁷Ofício de Taunay para o senador Alfredo Ellis, 26/9/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n. 114.

¹²⁸Ofício de Taunay para o Dr. Armando S. Caiuhy, D.D. Delegado da 6ª Circunscrição, 5/10/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n. 114.

será o único em todo o nosso território e o primeiro da América do Sul, servindo ao mesmo tempo de verdadeiro liame entre os filhos de todos os estados da federação.”¹²⁹.

São Paulo, porém, não era o único estado na corrida nacionalista. Logo, seria criado o *Museu Histórico Nacional*, no Rio de Janeiro. Contrapondo-se a este museu, Taunay declarou que o *Museu Paulista* era histórico também, defendeu a permanência de objetos históricos em São Paulo e principalmente sua própria jurisdição sobre estes objetos: “Ouso lembrar a V. Ex. a conveniência de nada se remeter ao *Museu Histórico Nacional*: documentos, pinturas, objetos diversos das nossas repartições estaduais sem que seja consultada a esta diretoria sobre a conveniência ou não na incorporação destes diversos objetos às coleções do Ipiranga.”¹³⁰

Mas ainda levaria um bom tempo para a conversão completa do *Museu Paulista* de museu científico em museu histórico. Alguns anos após a festa de 1922, mais precisamente em 1925, o decreto de reorganização do *Museu* foi publicado no Diário Oficial¹³¹. O novo regulamento determinava que o *Museu* teria três seções: a de História Nacional e “especialmente” de São Paulo; a de Zoologia; a de Botânica. Com isso, reafirmava a continuidade da convivência entre história e ciência no palácio do Ipiranga.

O processo de separação só começaria com a transferência das coleções botânicas para o *Instituto Biológico*, criado em 1927¹³². Em 1939, chegaria a vez

¹²⁹Ofício de Taunay para o senador Alfredo Ellis, 26/9/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.114.

¹³⁰Ofício de Taunay para o Secretário do interior, 31/10/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.114.

¹³¹Decreto n.3871, de 3 de julho de 1925. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1925*, 35, p.416, 1925.

¹³²Lei n.2243, de 26 de dezembro de 1927. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1927*, São Paulo, 37, p.335, 1927.

das coleções zoológicas, transferidas para o recém-criado *Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura*¹³³. Em 1963, o *Museu Paulista* foi incorporado à *Universidade de São Paulo*¹³⁴. Finalmente, em 1989, a Resolução n.3.560 da Universidade determinou a unificação dos museus e órgãos afins com atuação nas áreas de Arqueologia e Etnologia, o que levou à retirada das coleções do *Museu* relacionadas a essas áreas. Este, a partir de então, passou a ser um museu histórico, condição que mantém até hoje.

A meu ver, embora a História estivesse presente desde a criação do *Museu*, o processo que o transformou em museu histórico iniciou-se durante a administração Taunay e esteve relacionado à uma conjuntura de crise que incluía o questionamento da hegemonia política paulista. O Partido Republicano Paulista (PRP), que com a República passara a estar no centro das decisões políticas do país, a princípio, enfrentara e superara diversos conflitos, mas com o passar do tempo, as crises iriam acumular-se. Estudando o PRP, Casalechi considerou o período de 1889 a 1906 como um tempo de conflitos, mas de consolidação para o Partido, e os anos de 1906 a 1926, como de consolidação, mas de crise. Aos poucos, as crises no PRP seriam insuperáveis e provocariam rachaduras na estrutura estabelecida de poder, o que pode ser bem exemplificado pela criação do Partido Democrático, em 1926¹³⁵. Além das crises internas, havia também o *front*

¹³³Decreto n.9918, de 11 de janeiro de 1939. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1939*. São Paulo, 49 (4), p.412, 1939.

¹³⁴Lei n.7843, de 11 de março de 1963. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1963*. São Paulo, 73, p.207, 1963. Sobre a incorporação do *Museu Paulista* à Universidade de São Paulo, Eduardo Diatary Bezerra de Menezes afirma: “Com efeito, poucos museus expressam de forma tão retórica o projeto político-ideológico de elites em busca de instituir a sua hegemonia em face da nação; e o seu vínculo de pertença com relação à Universidade de São Paulo tanto pode representar uma via de retificação crítica, como pode desvelar a que ponto esta última instituição seria parte integrante do projeto”. *Anais do Museu Paulista*, 1994, p.47.

¹³⁵Cf. José Ênio Casalecchi, *O Partido Republicano Paulista*.

externo criado pela insatisfação de outros estados, como o Rio Grande do Sul, que questionavam a preponderância política paulista. Aqueles que viam seu poder questionado esforçaram-se por reafirmá-lo, recorrendo inclusive ao plano simbólico e cultural. Neste plano incluem-se as transformações que sofreu o *Museu Paulista*, destinadas a mostrar que o berço da nacionalidade era São Paulo.

O *Museu* prestara-se a diferentes usos no decorrer dos anos focalizados por este trabalho, ou seja, 1895 a 1922. Num primeiro momento, fora utilizado como recurso de legitimação pelos republicanos paulistas, constituindo-se como lugar de uma ciência prestigiada mundialmente, a qual respondia a alguns dos interesses correntes. Num segundo momento, fora utilizado para lhes dar respaldo, constituindo-se como espaço da tradição, da história e do fervor cívico. Aliás, este último recurso já havia sido experimentado, em menor escala, nos conturbados anos de 1911 e 1912¹³⁶, quando o *Museu* foi palco de grandes festas cívicas, com aumento expressivo do número de visitantes¹³⁷.

Com relação ao festival de 1922, talvez quem o tenha melhor definido seja um contemporâneo que, entusiasmado, após assistir ao “esplêndido” espetáculo do Centenário da Independência no Ipiranga, enviou uma carta a Taunay propondo que este realizasse, anualmente, “o ‘ESPETÁCULO HISTÓRICO NACIONAL DO IPIRANGA’ [o grifo é do autor da carta] tal e qual o de Guilherme Tell na

¹³⁶As conturbações referidas foram uma sucessão de acontecimentos relacionados às dissidências no PRP de 1910 a 1912: a campanha civilista, que lançou Rui Barbosa à presidência da República em oposição a Hermes da Fonseca; a criação do Partido Republicano Conservador; os temores paulistas com relação às possibilidades de intervenção em São Paulo por parte do hermismo; as complicações entre o governo do Estado e o governo federal acentuadas com a campanha pela sucessão estadual de 1912.

¹³⁷Cf. listas anuais de visitantes, *Revista do Museu Paulista*, tomo X, p. 979, 1918. Sobressaem, pela quantidade de visitantes, os anos de 1911 e 1912, com 91.025 e 78.425, respectivamente. Estes números são assim explicados: “A frequência notada em 1911 e 1912 foi excepcional e motivada pelas grandes festas patrióticas realizadas no Museu a 7 de setembro por

localidade histórica de Altdorf (...)”. O autor da proposta, dizendo-se preocupado com o “nacionalismo são brasileiro”, escreveu a carta já no dia 7 de setembro de 1922 e tratava, ele próprio, de definir os acontecimentos que presenciara e a proposta que apresentava, ao escrever no topo da missiva a seguinte expressão:

*Panem et circenses*¹³⁸.

referente iniciativa do Exmo. Sr. Dr. Altino Arantes, então Secretário do Interior.” Taunay, Relatório referente ao ano de 1917, p.979.

¹³⁸Carta escrita a Taunay, 7/9/1922, Fundo Museu Paulista, pasta n.114. O autor autodenomina-se “sonhador e amigo sincero”. Não foi possível decifrar a assinatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do *Museu Paulista* deu-se na época da Ciência com letra maiúscula e no singular, a qual se fazia presente nos discursos, na literatura, na imprensa e nas instituições reformadas ou criadas com o objetivo de promovê-la. Sua importância era tal que mesmo um acontecimento aparentemente distante do âmbito científico como a construção de um palácio-monumento para celebrar a Independência acabou transformado no pivô de uma batalha pela sua utilização como um lugar para a ciência e para a instrução.

O processo de criação do *Museu* apontou para alguns dos personagens, cujos interesses convergiram e influenciaram, direta ou indiretamente, na sua criação e atuação: políticos republicanos, cientistas, “cavalheiros” e, nas entrelinhas, o povo. Apontou também para os temas e preocupações mais presentes nos discursos de alguns desses personagens: instrução, patriotismo, progresso, nação, ciência. Estes temas permeavam a retórica da época que apregoava a necessidade de transformar o país em uma civilização e fizeram parte dos discursos em prol da criação de um museu de história natural em São Paulo.

A partir de 1889, a missão de civilizar o país, ou seja, colocá-lo em sintonia com referenciais europeus, fora assumida pela República. Ao se instalar, o regime “para o povo” confrontou-se com o problema de como assimilar uma população quase absolutamente analfabeta, à qual não só haviam-se integrado, há pouco, os contingentes de libertos como também somavam-se constantemente os imigrantes que entravam no país para trabalhar nas plantações de café. Estava reforçada a

contradição entre o desejo de ser civilizado e a realidade de um povo que não tinha o comportamento político, nem a cultura, nem a maneira de morar, nem a cara que se queria que tivesse. Espandiu-se o sentimento de que era necessário mudar a nação. O regime republicano trouxe consigo expectativas e fez promessas de mudanças, apresentando a instrução e a higiene como instrumentos e inserindo-as em seu programa político.

No período de instalação e consolidação da República promoveu-se uma reorganização do aparato institucional que lhe deveria servir de apoio. São Paulo aglutinava as mudanças. No campo da higiene, entre 1889 e 1903, foram criados: o Instituto Vacinogênio, o Instituto Bacteriológico, o Laboratório de Análises Clínicas, o Laboratório Farmacêutico e o Instituto Butantan, todos em São Paulo. No campo da instrução, o grande prédio construído para a Escola Normal era o eixo de uma série de iniciativas que incluíram a criação dos grupos escolares, escolas modelo, escolas secundárias, a Biblioteca Pública e o *Museu Paulista*.

Seja no campo da instrução, da higiene e outros setores como a agricultura, a reforma e a criação de instituições realizadas nos primeiros anos do regime republicano apontam para uma valorização da ciência como respaldo e legitimação para uma forma de poder que se queria racional e moderna. Ao que parece, a ciência e os homens de ciência tinham mais a oferecer aos novos projetos políticos do que a literatura e os literatos¹. A criação do *Museu Paulista* é um bom exemplo.

¹Sobre a relação entre a República e os literatos, ver Sevchenko, *Literatura como missão*.

De acordo com a ideologia da época, um museu de História Natural representava um símbolo de civilização que toda comunidade progredida deveria ter. Vinha a calhar que São Paulo possuísse uma instituição de tal tipo para legitimar sua condição ainda incipiente de centro dos acontecimentos nacionais e seu desejo de alcançar o *status* de civilização. Além da função simbólica, um museu científico tinha outra vantagem bem de acordo com as promessas e projetos de plantão: podia instruir. Pode-se afirmar que tanto o aspecto simbólico quanto a utilidade instrutiva influenciaram fortemente para que o *Museu Paulista* fosse criado como parte integrante dos projetos republicanos.

O *Museu* integrou o programa republicano de instrução, o que não era pouca coisa, pois a instrução era vista como a “base de nossa regeneração social” por republicanos influentes como Rangel Pestana. Outro republicano influente, Cesário Motta, Secretário do Interior de São Paulo e figura central para a criação do *Museu*, tomou iniciativas que visavam não somente educar, mas instruir de forma abrangente a um público também abrangente que incluísse o “paulista pobre”. As propostas eram do seguinte tipo: formar o “povo que lê”, através da criação de uma biblioteca pública; dar “educação estética” à população mediante a exposição de quadros dos artistas nacionais no *Museu*; criar uma escola de música como forma de incentivar os talentos nacionais.

Em meio a esse ambiente de otimismo e grandes expectativas com relação à instrução, o *Museu Paulista* foi criado para instruir o cidadão que visitasse suas coleções e também para atuar como instituição complementar às instituições escolares. Como tal, fornecia museus escolares e duplicatas de espécimes para as

escolas. Essa função determinou a relação da instituição com um público mais abrangente que incluía estudantes do nível elementar e transformou o número de visitantes em medida da importância social do *Museu*. Pode-se dizer que o *Museu* foi criado num momento em que a República precisava de “um povo” e a ciência precisava de “um público”.

O uso do *Museu* para fins instrutivos fora facilitado pela adoção dos princípios de administração de museus propalados pelo norte-americano Brown Goode adaptados ao contexto de mudanças da São Paulo do final do século XIX. O condutor desse processo de adaptação foi o zoólogo Ihering que organizou e dirigiu o *Museu* por 22 anos, de acordo com os princípios expostos por Brown Goode no livro *Principles of museum administration*, segundo os quais a sobrevivência de um museu dependia de atuação agressiva no campo da instrução e da ciência.

A instrução era um dos dois objetivos principais propostos no regulamento do *Museu* que, com isto, sintonizava-se com as propostas de vulgarização da ciência correntes na época. Uma das formas pelas quais se procurou realizar estas propostas foi a implantação de inovações como a divisão de coleções em coleções de exibição - também chamadas “Museu do Povo” - e coleções de estudo para o uso dos cientistas e estudiosos. No *Museu Paulista* esta inovação foi implantada, desde o início.

O segundo objetivo proposto pelo regulamento do *Museu* era contribuir para o progresso da ciência. Para isto, voltavam-se as atividades de *exploração da natureza* que tinham por fim levantar os objetos naturais ou das culturas indígenas, os quais uma vez estudados eram integrados às coleções. Contribuir para o progresso da ciência significava, em grande parte, descobrir novas espécies e dados que de alguma

forma contribuíssem para responder às questões científicas do momento como a indagação sobre as origens obscuras da humanidade.

Para registrar os resultados dos trabalhos científicos foi criada a *Revista do Museu Paulista* que também foi utilizada como um instrumento para o intercâmbio científico. Grande parte dos trabalhos publicados durante a administração de Hermann von Ihering eram de sua autoria e situavam-se dentro de sua área preferencial de atuação, a Zoologia.

É interessante notar que, embora não estivesse previsto pelo seu regulamento, o *Museu* atuou ativamente na área da entomologia aplicada à agricultura, funcionando como uma espécie de centro para consultas e trabalhos na área. Motivo de orgulho para o seu diretor, que utilizava as realizações no campo da entomologia como forma de pressão e propaganda junto ao governo, esta função não prevista da instituição talvez tenha se imposto pela força das demandas de um Brasil ainda essencialmente agrícola. O *Museu*, pois, atuou no estudo e combate às pestes agrícolas. Ao contrário do que se afirma, a ciência já chegara ao campo na época do *Museu*.

O *Museu Paulista*, criado por uma soma de diferentes razões - das questões pessoais às injunções políticas - integrou o quadro institucional organizado para dar apoio aos republicanos paulistas. O contato entre as ciências do *Museu* e a sociedade deu-se de diferentes formas: serviços prestados ao governo, visitas às exposições, doações, consultas, etc..

Mas, o *Museu* não teve entre suas atividades somente a instrução, a ciência e a entomologia econômica. Também a História se incluiu aí.

Criado a partir de uma coleção particular de ciências naturais, o *Museu Paulista* foi instalado dentro do palácio que havia sido construído no Ipiranga para comemorar a Independência do Brasil. Este fato marcou sua trajetória, pois à iniciativa científica ligava-se um monumento histórico. Os vínculos do *Museu* com a História não paravam por aí, pois as coleções científicas que lhe serviram de núcleo também possuíam objetos históricos, como era comum na época.

A História marcaria a trajetória do *Museu*. Este passaria por mudanças que incluíam a transferência de suas coleções científicas e a sua transformação em museu histórico. Essa transformação teve início depois da entrada de Taunay como diretor da instituição, porém não foi imediata como quer a historiografia. Esse desvio das metas científicas iniciais ocorreu aos poucos com a aproximação da festa do centenário e como resposta às oscilações políticas e às modificações no campo das ciências.

Passada a euforia inicial, a República sofreu severas críticas e São Paulo alguns reveses. Os primeiros anos da administração Taunay deram-se num momento em que a hegemonia dos republicanos paulistas era questionada. Neste momento o *Museu Paulista* foi reutilizado a fim de exibir um aparato discursivo que exaltava São Paulo como o berço e o centro de onde se irradiava a nacionalidade. Em tempo de crises políticas e arroubos nacionalistas, o regime republicano recorreu à História, buscando, através de uma parafernália de quadros, estátuas e outros objetos, construir uma tradição, que incluía elementos espaciais e temporais: a “antiga São Paulo”; e elementos humanos que a habitaram: o “herói bandeirante”. A tradição criada foi utilizada para reafirmar a autoridade de São Paulo e misturada a elementos novos

para compor uma receita de modernização. O aparato construído na época, ainda pode ser visto no *Museu*. Os aspectos históricos envolvidos na trajetória da instituição acabaram preponderando sobre sua história como instituição científica. É possível perceber na historiografia não somente o favorecimento dos estudos do *Museu* como instituição histórica, como o abandono ou uma certa dificuldade em compreendê-lo como instituição científica que foi, não só quando da sua criação, mas durante longos anos de sua trajetória. Penso ter contribuído para preencher essa lacuna ao estudar o “Museu do Ipiranga” como museu científico, entendendo esse museu científico como um dado da História de São Paulo e do Brasil.

O *Museu Paulista*, no âmbito mais geral, fez parte do chamado movimento dos museus, integrando os esforços do país para engajar-se ao cenário científico internacional ou à “ciência universal”. Fruto do encontro de estratégias entre as vicissitudes políticas e os anseios de alguns cientistas, sua criação e atividades também estiveram relacionadas a questões locais bem específicas que foram determinantes para sua existência e trajetória. Num primeiro momento, o *Museu* integrou-se aos projetos dos republicanos paulistas como lugar da História Natural, num segundo momento, o governo reorientou as metas da instituição em direção à História Pátria. Esta reorientação das metas da instituição foi facilitada por um contexto que valorizava a História e presenciava mudanças no campo das ciências, que, cada vez mais, se especializavam, tornando um tanto obsoletos os projetos enciclopédicos simbolizados pela tradição iluminista da História Natural, encarnados pelos museus de história natural.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

CAMPOS, Bernardino de. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 7 de abril de 1895*. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1895.

COLLECÇÃO de leis e posturas municipais promulgadas pela Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, 1878-1881. São Paulo, Typographia do Diário Oficial.

COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de S. Paulo de 1893. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, tomo III, 1913.

CUNHA, Euclides da. À margem da história. In: Coutinho, Afrânio. *Euclides da Cunha. Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguillar, v. I, 1966.

DERBY, Orville A.. Ofício ao cidadão Dr. Hermann von Ihering. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. I, 1895, p.13-14.

GOODE, George Brown. *The principles of Museum Administration*. York: Coultas & Volans, 1895.

HEMPEL, Adolph. Notas sobre Capulinia Jaboticabae Ihering. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. III, 1898:51-61.

_____. As Coccidas brasileiras. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. IV, 1900, p.365-538.

HOEHNE, F.C. Novidades da flora Mato-grossense, do herbário da Comissão Rondon. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Museu Paulista, t. XIII, 1922, p. 1245-1252.

IHERING, Hermann von.. Notícias de ciências, letras e artes. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, v. I, 1895a, p.191-192.

_____. História do Monumento do Ipiranga e do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. I, 1895b, p.9-31.

_____. O fim e a disposição de um Museu Botânico pelo Dr. P. Taubert (Apresentação). *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. I, 1895c, p.161.

_____. O Museu Paulista no ano de 1896. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. II, 1897a, p.3-15.

- _____. Os piolhos vegetais (Phytophthires) do Brasil. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. II, 1897b, p.385-420.
- _____. A doença das jaboticabeiras. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. III, 1898, p.45-49.
- _____. Prejuízos causados em São Paulo às laranjeiras por piolhos vegetais. *Revista Agrícola*, 1899.
- _____. O Museu Paulista em 1899 e 1900. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. V, 1902a, p.1-12.
- _____. Necessidade de uma lei federal de caça e proteção das aves. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. V, 1902b, p.238-260.
- _____. O Museu Paulista em 1901 e 1902. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. VI, 1904a, p.1-22.
- _____. Os Guayanãs e Caingangs de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. VI, 1904b, p.23-44.
- _____. A Antropologia do Estado de S. Paulo. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. VII, 1907a, p.202-257.
- _____. A organização atual e futura dos Museus de história natural. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. VII, , 1907b, p.431-449.
- _____. As brocas e a arboricultura. *O Entomologista Brasileiro e Boletim de Agricultura*, 1909.
- _____. A questão dos índios do Brazil. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. VIII, 1911, p.112-140
- _____. Devastação e conservação das matas. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. VII, 1911b, p.485-500
- _____. Os insetos nocivos da figueira. *Chacaras e Quintaes*, São Paulo, Ed. Chacaras e Quintaes Indústria e Comércio, 1911.
- _____. O Museu Paulista nos anos de 1910, 1911 e 1912. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. IX, 1914a, p.5-24.
- _____. Proteção às aves. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. IX, 1914b, p.316-337.
- IHERING, Rodolpho von. O Museu Paulista nos anos de 1903 a 1905. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. VII, 1907, p.5-30.
- _____. Três Chalcidas parasitas do bicho do café. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, v. IX, 1914, p.85-106.
- _____. *Contos... de um Naturalista*. São Paulo, Brasão, 1924.

- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980. (originalmente escrito em 1882)
- LEITÃO, C.F de Mello. *Theraphosoideas do Brasil*, *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Museu Paulista, t. XIII, p. 1-438.
- _____. Sobre uma aranha parasita de saúva. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Museu Paulista, t. XIII, p. 521-526.
- LUEDERWALDT, H. O herbário e o Horto Botânico do Museu Paulista, *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, t. X, 1918, p.287-311.
- MUSEU PAULISTA. Cópias manuscritas dos relatórios enviados pelo Diretor Hermann von Ihering à Secretaria do Interior do Estado de São Paulo.
- _____. Fundo Museu Paulista. Pastas 69 a 114.
- _____. Crônicas do Museu Paulista. Datas-limite 1894-1921. Livro-diário das atividades do Museu, escrito inicialmente por Hermann von Ihering e depois por Afonso de Taunay.
- _____. Coleção Harold Alexandre Hummel.
- _____. Coleção Barão de Ramalho.
- _____. *Regulamento do Museu Paulista do Estado de São Paulo*. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1894.
- _____. Museu do Estado. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Museu Paulista, v. I, 1895, p.16-28.
- _____. O centenário do Museu Nacional. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo X, 1918, p.865-874.
- _____. *Evolução Institucional do Museu Paulista (1891-1963)*. São Paulo, Museu Paulista, 1992 (mimeografado).
- MOTA JUNIOR, Cesário. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, apresentado pelo secretário Dr. Cesário Motta Junior ao Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo, em 28 de março de 1894*. S. Paulo, Typographia Vanorden & Companhia, 1894.
- _____. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, apresentado pelo secretário Dr. Cesário Motta Junior ao Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo*. S. Paulo, Typographia Vanorden & Companhia, 1895.
- OFÍCIO de 4 de fevereiro de 1883, enviado pela Câmara Municipal de Piracicaba para o presidente do *A Província de S. Paulo* (maço núm.1890). Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- REPERTÓRIO das leis promulgadas pela Assembléia Legislativa de São Paulo de 1876 a 1889. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, v. I, 1898.

- RIBEIRO, Alípio de Miranda. A única verdadeira do continente sul-americano. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Museu Paulista, t. XIII, 1922, p. 799-810.
- _____. Os *hylodideos* do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Museu-Paulista, t. XIII, 1922, p. 823-846.
- ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates*. Porto, Chardron, 1910.
- RAFFARD, Henrique. Alguns dias na paulicéia. *Revista do IHGB*. t. LV, n. 233, parte I, 1892.
- STAATSBIBLIOTEK PREUSSISCHER KULTURBESITZ (Berlim): Handschriftenabteilung, Darmm. Smlg., La 1892, (15): Cartas de Orville Derby para Hermann von Ihering.
- TASTEVIN, Constantino. Gramática da língua tupi. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Museu Paulista, t. XIII, 1922, p. 535-598.
- TAUNAY, A. d'Escragnolle. Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1916, pelo diretor, em comissão. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, t. X, 1918a, p. 19-28.
- _____. O primeiro naturalista de São Paulo (Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, 1752-1826). *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, t. X, 1918b, p. 829-845.
- _____. Relatório referente ao Anno de 1917, apresentado, a 2 de janeiro de 1918, ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, Dr. Oscar Rodrigues Alves, pelo diretor, em comissão do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, t. X, p. 973-1000, 1918c.
- _____. Prefácio. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, t. XVII, 1931, p. III-V.
- _____. *Guia da secção histórica do Museu Paulista*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1937.
- _____. *Comemoração do cinquentenário da solene instalação do Museu Paulista*. (Separata de *Administração Pública*) São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Departamento do Serviço Público, Serviço de Documentação, 1946.
- VERÍSSIMO, José. Discurso pronunciado por José Veríssimo, Director Geral da Instrução Pública, perante o Governador do Estado, Capitão-Tenente Bacelar Pinto Guedes, por ocasião de se inaugurar o Museu, restaurado em 13 de maio de 1891. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Belém, v.I, n. 1/41894-1896, p. 5-8.
- ZALUAR, Emilio Augusto. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975. (Reconquista do Brasil, v. 23)

PERIÓDICOS

- A Gazeta*. São Paulo, 1938.
A Platea. São Paulo, 1895.
A Província de S. Paulo, 1885-1889.
Anais do Museu Paulista, 1994
Correio Paulistano. São Paulo, 1895 a 1930.
Diário Popular. São Paulo, 1890 a 1895.
O Democrata. Tietê, 1969.
O Estado de S. Paulo, 1889-1941.
Revista do Museu Paulista 1895-1931

OBRAS DE REFERÊNCIA

- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. 3 v., v.3.
- CINESESC. Catálogo do filme *Sinfonia de uma metrópole*, de 1929. São Paulo, Sesc, março de 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, v. I, 1899.
- MOTTA, Cássio. *Cesário Motta e seu tempo*. São Paulo, s.c.p., 1947.
- MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora. Evocações da metrópole*. São Paulo, Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1932.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Marta de. A República dos invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Dissertação de Mestrado - História Social, FFLCH/USP, 1998.
- ALVES, José Jerônimo de Alencar. A ciência: os projetos implantados em seu nome, Brasil (1920-1950). Tese de Doutorado - História Social, FFLCH/USP, 1988.
- _____. O movimento pela ciência pura e a Academia Brasileira de Ciências, *Quipu*, vol.8, n.1, 1991, p. 111-122.
- ARBOLEDA, Luis Carlos. Acerca de la difusión científica en la periferia: el caso de la física newtoniana en la Nueva Granada (1740-1820). *Quipu*. México, SLHCT, v. 4, n.1, jan./abr., 1987, p.7-30.

- BENCHIMOL, Jaime L. (coord.). *Manguinhos, do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 1990.
- BENCHIMOL, Jaime Larry & TEIXEIRA, Luís Antônio. *Cobras, lagartos & outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A formação das almas*. São Paulo, Companhia da Letras, 1990.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Talento e atitude; estudos biográficos do Museu Emilio Goeldi*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 1989. (Col. Alexandre Rodrigues Ferreira)
- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Fases da implantação da ciência no Brasil. *Quiju*, México, mai./ago. 1988: 265-275.
- _____. Institucionalização. In: *Anais do 2º Congresso Latino-Americano de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, Nova Stella, 1989, p.376-379.
- _____. (org.). *Os espaços da ciência: do Brasil Imperial ao Republicano (1808-1930)*. São Paulo. (no prelo)
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- ELIAS, Maria José. Museu Paulista da Universidade de São Paulo. In: PAIVA, Orlando Marques. *O Museu Paulista da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Banco Safra, 1984.
- _____. De monumento a monumento-museu. *Às margens do Ipiranga: 1890-1990*. São Paulo: Museu Paulista, 1991, p. 23-24.
- _____. Museu Paulista: memória e história. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1996.
- FERREIRA, Luiz Otávio. O nascimento de uma instituição científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1996.
- FERRI, Mário Guimarães e MOTOYAMA, Shozo (coord.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo, Edusp/EPU/CNPq, 1980.
- FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Modernos Bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista. Dissertação de Mestrado - História Social, FFLCH/USP, 1987.

- _____. Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX. *Interciencia*, v. 17, n. 3, may-june, 1992, p.141-146.
- _____. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. & LOPES, Maria Margaret. A difusão da ciência e da tecnologia através da imprensa e dos periódicos especializados (São Paulo, 1890-1930). *Anais do Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro, SBHC, 1997.
- FORGAN, S. The architecture of display: museums, universities and objects in nineteenth-century Britain. *History of Science*. Science History Publications Ltd, v. 32, n.96, June, 1994, p.139-162.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo, Hucitec-Edusp-Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- GOULD, Stephen Jay. *Vida maravilhosa: o acaso na evolução e a natureza da história*. São Paulo, Companhia da Letras, 1990.
- GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. *Ciência e Serviço: o Instituto Butantã e a saúde pública (São Paulo: 1901-1927)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/USP, 1994.
- GUILHOTTI, Ana Cristina; LIMA, Solange Ferraz de; MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Às margens do Ipiranga: um monumento museu Às margens do Ipiranga: 1890-1990*. São Paulo: Museu Paulista, 1991, p.9-11.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Nas Colinas do Ipiranga: palacete-asilo, escola ou museu?*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 35, 1993, p.145-155.
- _____. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/USP, 1996.
- HOBBSAWN, E. J.. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo, Paz e Terra, 1977.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- KOLSTEDT, Sally Gregory. International Exchange and National Style: A view of Natural History Museums in the United States, 1850-1900. In: REINGOLD, N. & ROTHEMBERG, M. (eds.). *Scientific Colonialism – A Cross-Cultural Comparison*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1987, p. 167-190.

- LIMOGES, Camile. The development of the Muséum d'Histoire Naturelle of Paris, c. 1800-1914. In: FOX, R. and Weisz, G.(eds.) *The Organization of Science and Technology in France 1808-1914*. Paris. Maison des Sciences de l'Homme and Cambridge / Cambridge University Press. 1980.
- LOPES, Maria Margaret. As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX. Tese de Doutorado – História Social, FFLCH/USP, 1993.
- _____. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____. De como os moluscos venceram as zebras e os elefantes brancos: a aurora dos museus paulistas e as primeiras coleções científicas. In: BUENO, C. (org.). *Ensaio museológicos: um olhar paulista*. São Paulo: DEMA/Sec. da Cultura. (no prelo)
- LOSANO, Mario G. Hermann von Ihering. *Revista USP*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 13, mar./abr./maio, 1992, p.89-99.
- LOVE, Joseph L.. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil: perfil biográfico e ensaio bibliográfico*. São Paulo, Coleção do Museu Paulista, Série Ensaio, V.I, 1977.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra. Comentário I. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. (Nova Série), São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 2, jan./dez., 1994, p.43-48.
- NEVES, Margarida. As vitrines do progresso. Rio de Janeiro, 1986. (Relatório de Pesquisa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Política e memória histórica: Gonçalves Ledo e a Questão da “Independência”. Bresciani, M. S., Samara, E. de M. e Lewkowicz, I. (org.). *Jogos da política. Imagens, representações e práticas*. São Paulo, ANPUH-São Paulo/Marco Zero/Fapesp, 1992, p. 153-169.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1990.
- PESTRE, Dominique. Por une histoire sociale et culturelle des sciences: nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques. *Annales*. Paris, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, n. 3, maio-jun., 1995, p.487-522.
- POLANCO, Xavier. La ciencia como ficción. Historia y contexto. In: J. SALDAÑA, J.. *El perfil de la ciencia en América*. México: SLHCT/Cuadernos de Quipu, n. 1, 1986, p. 41-56.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde Pública. São Paulo - 1880-1930*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993.

- _____. *História, Ciência e Tecnologia - 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da agricultura (1927-1997)*. São Paulo, Instituto Biológico, 1997.
- SARGES, Maria de Nazaré. Riquezas produzindo a Belle Époque. Belém do Pará (1870-1910). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1990.
- SAWAYA, Paulo. Homens e instituições: o primeiro centenário do nascimento de Hermann von Ihering (1850-1950). *Ciência e Cultura*. São Paulo, SBPC, v. III, n. 1, 1951, p.52-61.
- SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil - 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZMANN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1979.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. Museu Paulista: história mito e crítica. *As margens do Ipiranga: 1890-1990*. São Paulo: Museu Paulista, 1991, p. 22-23.
- _____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- SHEETS-PYENSON, Susan. Cathedrals of science. The development of Colonial Natural History Museums during the Late Nineteenth Century. *History of Science*. Science History Publications Ltd, 1987, p. 279-300.
- SILVA, James Roberto. Fotogenia do Caos. Fotografia e instituições de saúde: São Paulo, 1880-1920. Dissertação de Mestrado - História Social, FFLCH/USP, 1998.
- SILVA, Márcia Regina Barros da. Construindo uma instituição: Escola Paulista de Medicina (1933-1956). Dissertação de Mestrado - História Social - FFLCH/USP. (em fase de conclusão)
- SUANO, Marlene, *O que é Museu*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- TEIXEIRA, Luís Antonio, Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903-1916. Dissertação de Mestrado, Fiocruz-RJ, 1994.
- VESSURI, Hebe M.C.. Perspectivas recientes en el estudio social de la Ciencia. *Interciencia*. v.16, n.2, mar.-abr., 1991, p.60-68.